



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**A CASA DE VIVENDA DO
SÍTIO SÃO BENTO DE JAGUARIBE:
UMA RECONSTITUIÇÃO ARQUEOLÓGICA**

Ana Paula Guedes de Andrade
RECIFE
2006

ANA PAULA GUEDES DE ANDRADE

**A CASA DE VIVENDA DO
SÍTIO SÃO BENTO DE JAGUARIBE:
UMA RECONSTITUIÇÃO ARQUEOLÓGICA**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Arqueologia da
Universidade Federal de Pernambuco,
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Arqueologia.**

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Oliveira

**RECIFE
2006**

A553c Andrade, Ana Paula Guedes de
A casa de vivenda do Sítio São Bento de Jaguaribe : uma reconstituição arqueológica. – Recife: O Autor, 2006.
162 folhas : il., mapas, plantas, desenhos, tab.

Orientador: Cláudia Alves de Oliveira

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Recife, 2006.

Inclui bibliografia.

1. Arqueologia histórica – Vestígios arquitetônicos. 2. Fazenda de São Bento de Jaguaribe – Dados arqueológicos e arquitetônicos. 3. Casa de Vivenda de Fazendas – Espacialidade rural colonial. 4. Propriedade Beneditina – Litoral Norte de Pernambuco. I. Título.

902.2

CDU (2.ed.)

UFPE

930.1

CDD (22.ed.)

BCFCH2006/36

ANA PAULA GUEDES DE ANDRADE

A CASA DE VIVENDA DO
SÍTIO SÃO BENTODE JAGUARIBE:
UMA RECONSTITUIÇÃO ARQUEOLÓGICA

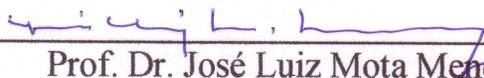
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da
Universidade Federal de Pernambuco,

Aprovada em: 31 de agosto de 2006



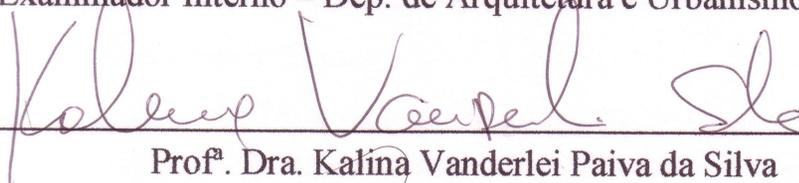
Prof.ª Dra. Cláudia Alves de Oliveira

(Orientadora – Departamento de Comunicação Social – UFPE)



Prof. Dr. José Luiz Mota Menezes

(Examinador Interno – Dep. de Arquitetura e Urbanismo – UFPE)



Prof.ª Dra. Kalina Vanderlei Paiva da Silva
(Examinador Externo – Dep. de História – UPE)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus;

Aos meus pais, Pedro e Inês, incentivadores das primeiras letras até o Mestrado; sempre me fizeram acreditar que o conhecimento é a maior riqueza.

Ao meu marido, Ronaldo, companheiro de todas as horas, sempre presente, mesmo distante.

Em nossos caminhos aparecem pessoas iluminadas, que, sem nenhuma ligação familiar, são como irmãos, que nos motivam, nos incentivam e acreditam no que fazemos. Agradeço a Mércia Carréra, por seu companheirismo sempre e em todas as horas, e a Leandro Surya, que, com seu senso crítico, me ajudou a “ver” de uma maneira mais arqueológica.

Aos meus irmãos, Ricardo, Rodrigo e Rogério, que me incentivaram com o carinho e a disponibilidade em ajudar. Ao meu sobrinho João Pedro, pelo amor que ele me dá. E às minhas cunhadas, Ângela, Mariana e Maria, pelo apoio e alegria.

Aos meus tios e primos, em especial à minha tia Belinha e ao meu primo Júnior, pelo incentivo à vida acadêmica.

Ao CNPq, pela ajuda financeira ao longo de um ano.

À Fundação Seridó, pelo apoio durante a escavação.

À Prefeitura Municipal de Abreu e Lima, pelo apoio financeiro durante a escavação.

À Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Prof^ª. Dra. Anne-Marie Pessis, e à Vice- Coordenadora, Prof. Dra. Gabriela Martin, pela dedicação e seriedade com que dirigem o Curso.

À Prof^ª. Dra. Cláudia Oliveira, pelo apoio e orientação científica.

Ao Prof. Dr. José Luís Mota Menezes, pela disponibilidade em utilizar o seu acervo na pesquisa bibliográfica.

Ao Prof. Fernando Guerra, por acreditar em meu potencial.

Ao Prof. Dr. Carlos Miranda, pela atenção e esclarecimentos prestados.

Ao Corpo Docente do Curso de Pós-Graduação em Arqueologia, em especial ao Prof. Marcos Albuquerque, pelos valiosos ensinamentos transmitidos.

Ao Prof. Dr. Roberto Araújo, pela atenção concedida à análise das estruturas arquitetônicas.

Ao amigo Antônio Moura que, com carinho e dedicação, auxiliou a pesquisa.

Ao amigo Carlos Rios, pela ajuda logística durante o trabalho de campo.

Aos amigos Melânia Forest, Tereza Simis, Vera Menelau, Ana Valéria Menezes, Áurea Conceição, Rosiane Limaverde, Daniele Luso, Valdeci, Ricardo Barbosa e, em especial, Fabíola Jansen, companheiros de São Raimundo Nonato.

A Norma, pela ajuda prestada.

A Cristina Malta, pelo auxílio e profissionalismo.

A Luciane Borba, exemplo de profissionalismo, sempre solícita em ajudar.

A João Deijaci, Danielle Fulco e Cláudia Tavares, pela amizade e compreensão.

A todos que participaram da escavação, em especial Matheus, Filipe, Henrique Nelson, Demétrio, Marcelo, Onésimo, Neto e Flávio, pela contribuição tão preciosa para esta pesquisa.

Aos colegas da Pós-Graduação e do NEA, pela convivência enriquecedora durante o Curso.

A Toni, Sr. Arnaldo, Glenda e D. Isabel, que fazem parte da Pós-Graduação.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

“O único meio de um homem se orientar para o futuro é tomar consciência do que foi no passado – passado cujo contorno é inequívoco, fixo e imutável”.

Ortega y Gasset

RESUMO

O trabalho tem como objeto de estudo a casa de vivenda dos monges beneditinos na Fazenda de São Bento de Jaguaribe, localizada no litoral norte de Pernambuco, antiga Sesmaria Jaguaribe, propriedade dos beneditinos do século XVII ao XIX. Procurou-se analisar o programa de moradia rural do período colonial, identificando os espaços, formas e materiais. Neste estudo abordou-se o problema da adequação dos espaços arquitetônicos ao **modus vivendi** do proprietário. Trabalhou-se com a hipótese de que a moradia teria um programa diferenciado, de acordo com o **modus vivendi**. A Arqueologia Histórica, através da Arqueologia da Arquitetura, forneceu os fundamentos básicos para a pesquisa, que abrangeu três etapas: **Pesquisa bibliográfica** nos documentos escritos pelos próprios beneditinos e na literatura (documentos, mapas e iconografias) sobre o papel e atuação dos monges na Colônia e a arquitetura de casas de vivenda na área rural, no período colonial, realizada em bibliotecas e centros de documentação de Pernambuco; **Escavação da área do estudo** (unidade habitacional), dividida em quadrículas de 4 m² e estas subdivididas em quadrantes de 1 m²; **Análise do objeto de estudo**, identificando que a casa tinha o formato em L, constituída por 7 ambientes, ocupando uma área de 380m². Os ambientes amplos caracterizam espaços diferenciados daqueles encontrados no levantamento realizado sobre as casas-grandes pesquisadas do período colonial. O fato do **modus-vivendi** dos monges ser voltado para a catequese, a educação e a hospitalidade sugere que a dimensão destes ambientes era adequada à necessidade do dia-a-dia dos religiosos. O resultado da pesquisa indica que, apesar do uso da edificação ser o de moradia, o programa apresenta-se diferenciado em relação às casas de vivenda já estudadas, levando a acreditar que o programa de moradia é definido de acordo com o **modus-vivendi** do usuário, o que confirma a hipótese levantada. A pesquisa da casa de vivenda da Fazenda de São Bento de Jaguaribe não pode ser considerada como conclusiva sobre o tema “A arquitetura de moradias rurais no período colonial”. No entanto, servirá de referência a outros trabalhos a serem desenvolvidos, minimizando a grande lacuna existente na história da arquitetura e da sociedade, neste período.

Palavras-chave: ARQUEOLÓGIA DA ARQUITETURA, PROPRIEDADE RURAL BENEDITINA, CASA DE VIVENDA

ABSTRACT

The work has as study objective the residence house of Benedictines monks in the Saint Bento's Jaguaribe Farm, located at north Pernambuco's shore, ancient Sesmaria Jaguaribe, Benedictines property from century XVII through XIX. It tried to analyze the colonial period agricultural housing program, identifying the spaces, forms and materials. In this study the problem of the adequacy of the architectural spaces was approached to the landowner modus vivendi. We worked with the hypothesis that the housing would have a differentiated program, in accordance with the modus vivendi. The Historical Archaeology, through the Architecture Archaeology, supplied the research basis, which enclosed three stages: Bibliographic Research of documents written by the monks and in literature (documents, maps and iconography) about the monk's role and performance in the Colony and residences houses architecture at rural area, during colonial period, take over in Libraries and Pernambuco's documentation centers; Study excavation area (habitation unit), divided in 4 m² small squares and this ones subdivided in 1 m² quadrants; Analysis of the study object, identifying that the house had an L format, constituted by 7 ambient, with 380 m² of total area. The ample ambient characterize differentiated spaces of those found in the survey carried out about the principal houses from the colonial period researched. The fact that the monk modus vivendi was toward to catechism, the education and hospitality suggest that these ambient dimensions were adequate to this religious day-by-day necessity. The research result indicates that although the construction use was for living, the program is differentiated presented in relation to the housing already studied, leading us to believe that the housing program is defined according to the user modus vivendi, what confirms the raised hypothesis. The Saint Bento's Jaguaribe Farm residence house research cannot be considered as conclusive about the theme "The rural housing Architecture during colonial period". However, it will serve as reference to other works to be developed, minimizing the great existing gap in architecture and society history during this period.

Key Words: Architecture Archeology, Benedictine rural property, residence house.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	08
LISTA DE MAPAS, CROQUIS E PLANTAS	09
LISTA DE FOTOGRAFIAS	10
INTRODUÇÃO	12
Capítulo 01	19
1-CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	
Capítulo 02	28
2-CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL	
2.1- Igreja e Estado na Colonização do Brasil: Ordens Religiosas	
2.2- Os Beneditinos no Brasil	
2.3- Os Beneditinos em Pernambuco	
Capítulo 03	40
3-A ARQUITETURA NO BRASIL	
3.1- A Arquitetura Religiosa	
3.2- A Arquitetura Civil	
3.3- Materiais e Técnicas Construtivas	
Capítulo 04	70
4- A ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA CASA DE VIVENDA DO SÍTIO SÃO BENTO DE JAGUARIBE	
4.1- Dados Históricos	
4.2- Características Ambientais	
4.3- A Escavação	
4.3.1- Descrição das Quadrículas	
4.3.2- Materiais Coletados	
Capítulo 05	122
5- ANÁLISE PRELIMINAR DAS ESTRUTURAS DA CASA DE VIVENDA DA FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE	
5.1- Desenho Arquitetônico e Dimensionamento dos Ambientes	
5.2- Materiais e Etapas Construtivas	
5.3- Estudo Comparativo	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
BIBLIOGRAFIA	136
APÊNDICE	142

LISTA DE FIGURAS

Nº	Figura	Pág.
01	Parede de Alvenaria	25
02	Parede de Madeira	25
03	Beiral com Calha	25
04	Platibanda	25
05	Fachada século XVII	25
06	Fachada século XVIII	25
07	Fachada 1800	25
08	Fachada 1860	25
09	Fachada 1900	25
10	Planta Baixa do Convento Franciscano da Paraíba	45
11	Vista do Convento Franciscano da Paraíba	45
12	Planta Baixa do Pavimento Térreo do Mosteiro de São Bento de Olinda - PE	46
13	Vista do Mosteiro de São Bento de Olinda - PE	47
14	Pintura de Frans Post - Casa com Torre	49
15	Pintura de Frans Post – Casa, observar os materiais construtivos e a tipologia da área de habitação, na parte superior.	51
16	Pintura de Frans Post – Casa	52
17	Modelo de Casa Rural Fazenda do Manso – Ouro Preto-MG	53
18	Plantas Baixas do Pavimento Térreo e do Pavimento Superior da Casa-Grande do Engenho Passassunga, em Bom Jardim, PE.	55
19	Perspectiva da Casa-Grande do Engenho Passassunga, feita pelo arquiteto Augusto Reynaldo, em 1956.	55
20	Plantas Baixas do Pavimento Térreo e do Pavimento Superior da Casa-Grande do Engenho Megaípe, em Muribeca - PE.	56
21	Vista Frontal da Casa-Grande do Engenho Megaípe, PE.	56
22	Plantas Baixas da Casa Grande do Engenho Matapiruna, em Escada -PE	57
23	Vista da Casa Grande do Engenho Matapiruna, em Escada -PE	57
24	Plantas Baixas da Casa Grande do Engenho Gurjaú-de-Cima, em Cabo de Santo Agostinho –PE.	58
25	Vista da Casa Grande do Engenho Gurjaú-de-Cima, em Cabo de Santo Agostinho –PE.	58
26	Planta Baixa da Casa Grande do Engenho Santa Helena, em Água Preta –PE.	59
27	Vista da Casa Grande do Engenho Santa Helena, em Água Preta –PE.	59
28	Planta Baixa da Casa Grande do Engenho Sete Rancho, em Amaraji – PE.	60
29	Vista da Casa Grande do Engenho Sete Rancho, em Amaraji – PE.	60
30	Plantas Baixas e Vista da Casa Grande do Engenho São José, em Sirinhaém -PE.	61
31	Plantas e Corte do Sobrado Recifense, segundo Vauthier.	63
32	Pintura de Frans Post, observar a edificação sendo construída.	65

LISTA DE MAPAS, CROQUIS E PLANTAS

Nº	Mapas	Página
01	Terras do engenho Lagoa Grande, em cujo âmbito se mostram as mais terras adjacentes. Arquivo do Mosteiro de São Bento.	37
02	Sumário, anotações, de propriedades do Mosteiro de Olinda. Século XVIII. Arquivo do Mosteiro de São Bento.	39
03	Detalhe das cartas da Sudene – Folha SB.25-Y-C-VI/3-SO MI-1293/3-SO e SB.25-Y-C-VI-3-SE. A cruz em vermelho indica o local da Fazenda de São Bento de Jaguaribe.	70
Nº	Croquis	Página
01	Modelos de Canjicado utilizados durante o período colonial	69
02	Planta Baixa da Quadrícula 7L.	82
03	Planta Baixa e Corte das Quadrículas 9L e 10L	87
04	Planta Baixa dos quadrantes c e d da Quadrícula 10, da Quadrícula 9M e da Quadrícula 11M, e quadrantes a e b da Quadrícula 10N, da Quadrícula 9N e da Quadrícula 11N.	92
05	Planta baixa das Quadrículas 11A, 11B, 11C, 11D, 11E e 10E.	95
06	Retirado do caderno de campo.	101
Nº	Plantas	Página
01	Planta de Divisão de Setores	77
02	Planta do Setor I	78
03	Planta baixa cotada.	123
04	Planta baixa, observar área hachurada.	125
05	Planta baixa, observar os pilares indicados.	125
06	Planta baixa com detalhe da sala menor e quartos.	127
07	Planta baixa, destaque do detalhamento do piso e da área com a escada.	128
08	Planta baixa com a quarta fase em destaque.	129
09	Planta baixa geral com indicação de fotos, mapeamento das estruturas.	130

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Nº	Foto	Pág.
01	Detalhe entre do pátio da igreja e a casa.	76
02	Detalhe da parte interna da casa.	76
03	Carroça passando na estrada que corta o meio do sítio.	79
04	Bioperturbações, raízes do coqueiro.	80
05	Vestígios, as pedras calcárias fazem parte do piso externo, e o aglomerado de tijolos e argamassa são provenientes da parede que desabou.	81
06	Alicerces da parede e parede perpendicular.	83
07	Base da parede, vista superior.	83
08	Base da parede, vista lateral.	83
09	Piso em tijoleira encontrado nas quadrículas 9B e 9C.	84
10	Detalhe das marcas do giro da porta.	85
11	Detalhe do giro da porta.	85
12	Tijolos escalonados.	86
13	Alinhamento das peças escalonadas.	88
14	Detalhe do desenho dos tijolos.	89
15	Pedra utilizada na construção do edifício.	89
16	Entulho.	90
17	Verga existente na posição original.	90
18	Vestígio de uma verga encontrada no meio do entulho.	90
19	Retirada da garrafa de vidro.	91
20	Lateral da escada, reboco e cal.	91
21	Foto 21: Cachimbo e material malacológico.	91
22	Colher encontrada no quadrante b da 11M.	91
23	Piso entre as quadrículas 10E e 11E.	93
24	Detalhe da soleira, rodapiso e piso em 45°.	93
25	Preocupação estética, diversidade de materiais.	94
26	Piso de tijoleira disposto de forma disforme e danificado.	96
27	Tijoleiras.	97
28	Detalhe do reboco no perímetro da estrutura de pedra calcária.	98
29	Perfil da Quadrícula 11N.	98
30	Vista das Quadrículas 11O, 11P, 11Q, 11R e 11S, em primeiro plano.	99
31	Observar detalhe da composição do sistema construtivo do piso da quadrícula O.	100
32	Linha 12, Quadrícula L e quadrantes a e b.	10
33	Quadrícula 13L, detalhe da tampa.	102
34	Detalhe da área aterrada da edificação.	103
35	Visão geral das Quadrículas 15L, 16L, 17L e 18L.	104
36	Quadrículas 16L e 17L, detalhes das estruturas.	104
37	Trabalho realizado na quadrícula 18L.	105
38	Detalhe da louça, com 60% da peça retirada.	105
39	Quadrícula 12K.	106
40	Quadrículas 15K, 16K e 17K.	107
41	Quadrículas 17L e 17K.	107
42	Quadrículas 16C e 16D, 17C e 17E e 18E, remanescentes da estrutura da parede independente da casa.	108
43	Bordas Diretas	110
44	Base Cerâmica	110
45	Cerâmica Vitrificada Internamente.	110
46	Cerâmicas com Queima 1- oxidação completa, e Queima 2- oxidação incompleta	110
47	Cachimbo cerâmico coletados: A- Quadrícula 17E, B- Quadrícula 11Q, C- quadrícula 11M, e D- Doação de Moradores.	111
48	Cachimbos cerâmicos coletados: A- Quadrícula 10N, B- Quadrícula 11A, e C-	111

	Quadrícula 11R.	
49	Garrafa de base quadrada coletada na quadrícula 18L.	112
50	Garrafa coletada na Quadrícula 18L.	112
51	Xícara coletada na Quadrícula 11Q e 12 Q.	112
52	Garrafa coletada nas quadrículas 11Q e 12Q, a garrafa tem relevos que indicam o fabricante.	112
53	Moedas coletadas, A- 13M, B- 13L, C- 11N, D- 10N e E- doadas por moradores.	113
54	Dobradiça de porta, coletada na quadrícula 9C.	113
55	Dobradiça de porta, coletada na quadrícula 11R.	114
56	Utensílios domésticos, coletados nas quadrículas 11Q e 12Q.	114
57	Argola de parede, coletada na quadrícula 11F.	114
58	Utensílio doméstico, coletado na quadrícula 11M.	115
59	Objeto identificado como uma possível bala, coletado na quadrícula 11N.	115
60	Fragmentos de metal coletados em quadrículas variadas, utilizados como pregos de construção.	115
61	Faiança Portuguesa, coletada na quadrícula 10M.	116
62	Borrão com estilo Chinotseriere, coletado na quadrícula 18L.	116
63	Faianças coletadas nas quadrículas 11Q, 11R e 10N.	117
64	Borda de Prato com técnica Transfer Printing e motivos florais, coletado na quadrícula 18L e 13O.	117
65	Faiança pintada à mão, com motivos florais, coletada nas quadrículas 16L e 17J.	117
66	Tampa de Porcelana, coletada na quadrícula 13O.	118
67	Peças com marca de fabricante, Irostone China, coletadas nas quadrículas 11M, 11N, 17J e 11P.	118
68	Utensílio doméstico coletado na quadrícula 18L.	118
69	Tijolo de barro.	119
70	Tijoleira triangular, coletada na quadrícula 10E.	120
71	Telha de barro.	120
72	Telha de barro,	120
73	Telha de barro utilizada como verga de abertura, observar o material calcário aglutinado.	121
74	Tijolo de barro com material calcário aglutinado, observar as proporções 29x19x7 cm.	121
75	Área com piso calcário.	125
76	Detalhe do pilar existente.	126
77	Detalhe da base do pilar.	127
78	Vista da escada no centro, ao lado esquerdo o escalonamento de tijolos e ao lado direito a massa calcária.	128
79	Base do pilar da quarta fase.	129

INTRODUÇÃO

A importância das Ordens Religiosas se fez presente desde o início da colonização do Brasil. De 1549 a 1604 chegaram de Portugal 28 expedições missionárias da Companhia de Jesus. Segundo Buarque de Holanda (1985), os objetivos dos jesuítas foram: as missões, fundando aldeias indígenas, e a educação, com a implantação de colégios, contribuindo para a base da cultura colonial.

Os franciscanos trabalharam junto às aldeias indígenas e na prosélite, em que são considerados os mais famosos oradores sacros. Os capuchinhos, vindos da França, chegaram primeiro no Rio de Janeiro e no Maranhão. Apenas em 1654 chegam ao Recife, iniciando um importante trabalho de catequese. Os carmelitas tiveram seu primeiro convento fundado em Pernambuco, em 1584, chegando a ter 13 conventos e, em 1686, constituíram uma vigaria independente de Portugal.

A Ordem Beneditina fundou seu primeiro mosteiro, em 1581, na cidade de Salvador, centro do poder político da colônia. Sua chegada a Olinda ocorreu por volta de 1592, iniciando o processo de ocupação do território da Capitania de Pernambuco. Atribui-se, hoje, relevância ao papel da Igreja na formação da nacionalidade.

As ordens religiosas e as corporações leigas, irmandades e ordens terceiras contribuíram não só na catequese e assistência social como na educação, propagação da cultura cristã-ocidental e na adequação dos povos autóctones ao *modus vivendi*¹ mercantilista então vigente. A produção literária até a metade do século XVII, no Brasil, esteve sob a orientação e produção dos religiosos (BUARQUE DE HOLANDA, 1985:66).

Historicamente, é sabido que o grande impulso dado à arquitetura, no Brasil, nos primeiros séculos de colonização, deveu-se às construções para fins religiosos. Segundo Menezes (1986:59), o conhecimento da arquitetura é escasso, no que concerne à sua história, ainda mais no que tange à concebida para fins religiosos, no Brasil, tomando como referência aqueles mais antigos edifícios construídos desde o século XVI. Existe

¹ modo de viver.

um grande interesse dos pesquisadores em investigar as ações missionárias, porém os lugares construídos pelos religiosos são esquecidos e não mencionados na historiografia, salvo as edificações que se salvaram pela perpetuação do seu uso através do tempo.

Outra fonte de informação sobre a arquitetura do início da colonização são os trabalhos dos cronistas da época, como também a grande contribuição representada pelas pinturas dos holandeses, que retratam, além da arquitetura, a população negra, cabocla e indígena, frutas e animais que aqui viviam.

Bazin (1983), no seu livro sobre arquitetura religiosa, nos presenteia com uma contribuição acerca dos empreendimentos artísticos das diversas ordens no Brasil, inclusive a Beneditina. Estes foram pesquisados pelo arquivista da Ordem, Dom Clemente Maria da Silva – Niagra, e fornecendo dados significativos relativos ao conjunto de sua obra. Em geral, a Ordem Beneditina, sendo douta, empregava arquitetos e artistas integrantes de seus próprios mosteiros, que mantinham verdadeiras oficinas de arte (BAZIN, 1983).

Sabe-se, de acordo com a historiografia, que os beneditinos custeavam suas atividades, não sendo uma ordem mendicante. Desta maneira, suas propriedades rurais tinham a mesma finalidade das propriedades dos laicos, gerar renda, seus engenhos, suas fazendas, suas casas urbanas sustentavam o mosteiro.

O Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda (1948) contém a relação das terras compradas e recebidas por doações, pelos beneditinos, incluindo a Fazenda de São Bento de Jaguaribe, propriedade dos monges desde o século XVII, localizada nas antigas terras da Sesmaria Jaguaribe. Essas terras foram doadas, no início, a Vasco Fernandes, pelo donatário da Capitania, Duarte Coelho, no ano de 1540; este fato está registrado no livro de Tombo do Mosteiro de São Bento. As informações sobre o uso da fazenda indicam que havia uma ligação direta com o sistema econômico da Ordem.

A Sesmaria Jaguaribe é um dos primeiros núcleos de povoação da Capitania de Pernambuco, localizada em um ambiente natural caracterizado por áreas remanescentes da Mata Atlântica e manguezais, que hoje faz parte da Região Metropolitana do Recife, constituído pelos municípios de Paulista, Igarassu e Abreu e Lima. A Sesmaria está situada entre o estuário do Rio Timbó e a barra sul do Canal de Santa Cruz.

A Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a coordenação da Dra. Cláudia Oliveira, vem desenvolvendo pesquisas arqueológicas nesta área, dotada de um rico potencial para o conhecimento da pré-história e da história colonial no Nordeste. Foram realizadas prospecções arqueológicas na Fazenda de São Bento de Jaguaribe, nas ruínas dos engenhos Jaguaribe e Ayamam, em fornos de produção de cal, além de aldeias indígenas (OLIVEIRA, 2003, 2004 e 2005).

Esta área de estudo faz parte do Programa Jaguaribe, desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco, com a finalidade não apenas de resgate histórico, mas de inserção desse patrimônio numa política de desenvolvimento sustentável.

Carréra (2005) investigou a organização espacial da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, comprovando, em sua pesquisa, a similitude entre o modelo de organização espacial dos engenhos e da fazenda, indicando que a distribuição do espaço é definida pelo tipo de organização social prevalecente no período colonial, e não pelo tipo de produto cultivado e nem pelo fato de ser propriedade de religiosos e não de laicos.

Bezerra, Silva e Santos (2005) averiguaram a utilização de faianças portuguesas produzidas a partir do século XVI, além da faiança fina inglesa que chegou ao Brasil a partir de 1810. Guedes (2005) elaborou uma classificação dos artefatos de vidro, visando compreender sua função e seu significado. Surya (2005) realizou a análise dos cachimbos cerâmicos encontrados na área da antiga Sesmaria Jaguaribe e os comparou aos encontrados no Sítio de São Bento.

Pesquisas na área demonstraram que os remanescentes da casa de vivenda eram compostos de pedra e tijolos, o mesmo ocorrendo em relação à capela e à senzala.

Gomes (1998:131) afirma que, nas unidades rurais, a capela destacava-se pela durabilidade dos materiais utilizados na sua construção e pelo apuro estético na execução de suas fachadas e de seus ricos interiores. Os demais edifícios poderiam ser provisórios e isto se evidenciava pelos materiais com que eram construídos.

Estes dados se contrapõem quando são analisadas as estruturas da casa de vivenda da Fazenda de São Bento de Jaguaribe. Estas questões, ligadas ao sistema construtivo e aos materiais utilizados, levaram, num primeiro momento, a questionar a real função do edifício, que logo foi confirmada, pelos documentos primários existentes, como uma casa de vivenda dos monges.

O objeto dessa pesquisa é o estudo da casa de vivenda dos monges na Fazenda de São Bento de Jaguaribe. Através do estudo da arquitetura e da pesquisa arqueológica procura-se conhecer os tipos de atividades realizadas pelos beneditinos nas residências rurais.

Qual o programa de necessidade desenvolvido na casa de vivenda dos monges beneditinos? Sabe-se que a fazenda estava ligada ao sistema econômico colonial, e sua função era de gerar lucros para a sustentabilidade da Ordem. Do mesmo modo, as fazendas laicas tinham a função de gerar lucros e seguiam um padrão para suas casas de vivenda. A casa de vivenda dos monges beneditinos na Fazenda de São Bento de Jaguaribe tinha um padrão próprio ou seguia este modelo estipulado pela sociedade vigente?

Quais seriam as necessidades de espaço interno das residências rurais de religiosos? Teriam o hábito de construir hospícios² ao lado de suas acomodações, para que os fiéis pudessem se abrigar? Teria algum ambiente de produção fazendo parte do programa da casa? Teria relação com as residências dos laicos? Que tipo de material foi utilizado? Quais as técnicas construtivas?

²Local de hospedagem.

Se o comportamento da fazenda dos religiosos seguia a mesma função das terras dos laicos, a casa teria a mesma função, local de moradia; no entanto, sua concepção, seu programa, suas necessidades, tinham alguma ligação com o modelo de casas rurais de propriedades laicas?

Essa pesquisa tem como finalidade o estudo arquitetônico da casa de vivenda dos monges da Fazenda de São Bento de Jaguaribe. Procura-se reconstituir o “programa” de moradia rural da Ordem Beneditina a partir do estudo dos espaços, identificando a forma, a função, as técnicas construtivas desta estrutura, os materiais utilizados e as transformações ocorridas durante a sua utilização.

Os estudos realizados sobre a arquitetura religiosa beneditina contêm informações sobre os mosteiros, igrejas, capelas. No entanto, apesar dos beneditinos serem donos de diversas propriedades rurais, ainda não se conhece como seria a arquitetura de sua moradia rural. Este fato nos leva a questionar: Teria a moradia rural dos religiosos o mesmo programa das casas-grandes das propriedades rurais laicas? Ou o *modus vivendi* do proprietário definiria os espaços, ou seja, o programa de necessidades para a elaboração do projeto?

A hipótese trabalhada é que a casa seguia um programa direcionado às necessidades dos religiosos no local, ao *modus vivendi* da Ordem Beneditina, independente de modelos estipulados pela sociedade vigente, apesar da fazenda ter a mesma função daquelas dos proprietários laicos. O espaço seria adequado conforme as necessidades de uso e função, desta forma provavelmente as moradias rurais dos beneditinos não obedeciam ao mesmo programa das casas-grandes dos laicos.

A documentação histórica pesquisada sobre a arquitetura rural descreve a casa-grande como uma edificação de moradia simples, utilizada pelos proprietários rurais. Entretanto, sabe-se que a Ordem Beneditina tem um *modus vivendi* com objetivos definidos, como a catequese, a hospitalidade e a educação, e a própria forma de vida celibatária interferiria no espaço concebido para moradia.

Luna³ (1947:82) afirma, sobre as fazendas beneditinas, que:

Era comum encontrar um pequeno, mas bem ordenado mosteiro, com a respectiva igreja, em que se reunia o pessoal do trabalho com suas famílias, para os atos da religião. Nas fazendas que não dispunham de mosteiro, havia ao menos uma casa espaçosa em que residiam os religiosos, encarregados da administração, tendo ao lado a igreja, para os atos do culto.

O estudo pretende resgatar e compreender a arquitetura colonial, buscando respostas para preencher as lacunas existentes sobre o tema: arquitetura civil⁴ na zona rural, no período colonial, em uma propriedade de religiosos.

A dissertação foi trabalhada em cinco capítulos, abordando questões pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa, desde a revisão bibliográfica e o levantamento da documentação textual, até o trabalho de campo, através da escavação arqueológica do Sítio São Bento.

O primeiro capítulo apresenta o quadro teórico-metodológico, fornecendo os aportes necessários ao embasamento da pesquisa, além de delimitar o campo de ação da arqueologia da arquitetura e sua conceitualização.

O segundo capítulo aborda o contexto histórico das Ordens Religiosas instaladas no Brasil, relacionando seu conhecimento, não só eclesiástico, mas também nas artes em geral, influenciando a arquitetura religiosa e civil da época. Destacam-se os Beneditinos, pelo interesse de obter informações relevantes do seu trabalho na Capitania de Pernambuco, especialmente na Fazenda de São Bento de Jaguaribe, objeto do estudo.

O terceiro capítulo contém informações sobre a arquitetura civil residencial do período colonial, juntamente com a religiosa, com uma abordagem sobre os sistemas construtivos e materiais utilizados na época, que servem de referência para a análise das estruturas.

³ Religioso da Ordem de São Bento.

⁴ Classificação em Arquitetura, para designar a qual grupo social pertence o edifício.

O quarto capítulo trata da escavação arqueológica, realizada com a finalidade de reconstituir a espacialidade e as estruturas da casa dos monges. Foi priorizada, na pesquisa de campo, a definição dos espaços internos e externos da moradia e, para isto, foi realizado o levantamento topográfico, fotográfico, o desenho das quadrículas e das estruturas arquitetônicas remanescentes.

O quinto capítulo inclui a análise preliminar das estruturas escavadas em relação ao que foi discutido nos capítulos da contextualização histórica e da arquitetura, numa tentativa de compreender o espaço e entender sua função, sua forma e suas etapas construtivas.

1º Capítulo CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A arqueologia é o estudo das sociedades passadas por meio da sua cultura material, composta por todos os produtos confeccionados pelo homem, conscientemente ou não, a qual pode abranger desde objetos a paisagens. Algumas mudanças, que vêm ocorrendo nas últimas duas décadas, em torno do pensamento arqueológico, têm ampliado seu campo de estudo e feito emergir novas possibilidades de investigação sobre a sociedade, permitindo, assim, que, hoje em dia, as pesquisas procurem responder questões relacionadas a gênero, etnia, paisagem e arquitetura, entre outras.

No Brasil, de uma maneira geral, a arqueologia foi vista por muitos pesquisadores como uma disciplina ou técnica a serviço de outras áreas do conhecimento, não se levando em consideração o seu plano interpretativo. Contudo, a contribuição na reconstrução e na compreensão do nosso passado, através da arqueologia, utilizando a antropologia, a história e a arquitetura, permite investigar questões que resgatam a memória social e reinterpretam a história oficial (ANDRADE LIMA, 1989: 97).

As pesquisas sobre a casa dos monges beneditinos da Fazenda de São Bento de Jaguaribe inserem-se na perspectiva da Arqueologia Histórica, definida por Orser Jr. (1992: 23) como o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje.

Em seus primeiros anos, os trabalhos realizados a partir da Arqueologia Histórica no Brasil estavam atrelados ao restauro e a estudos de tombamentos de órgãos patrimoniais. No entanto, seu desenvolvimento ampliou as perspectivas. Sua importância reside no potencial que representa para o estudo das minorias e segmentos subalternos não registrados pela História; diante disso, campos de batalha, quilombos, simples unidades domésticas, quintais, caminhos, povoados, fazendas, senzalas, tecnologia de processamento de determinados materiais, entre outros, passaram a ser valorizados como objeto de investigação (ANDRADE LIMA, 1993: 228).

A Arqueologia Histórica, baseada numa perspectiva antropológica, pode atingir aspectos não conscientes das estruturas tecno-econômicas, sócio-políticas e ideológicas; assim, o estudo da Arqueologia Histórica está ligado ao dinamismo social e se preocupa não só com os monumentos, mas com as pequenas cidades e os elementos do cotidiano, como afirma Andrade Lima (1989:90).

A pesquisa está inserida dentro das novas linhas de pensamento na Arqueologia Histórica, um segmento a ser levado em consideração, a Arqueologia da Arquitetura, uma linha de pesquisa direcionada ao estudo da arquitetura através da ótica da arqueologia; as estruturas arquitetônicas são elementos ativos, produtos culturais de um determinado momento de uma sociedade, atuando de forma dinâmica com o homem (ZARANKIN, 2002:15).

Apesar da arqueologia ter uma larga tradição nos estudos dos remanescentes arquitetônicos, o termo Arqueologia da Arquitetura foi utilizado somente na década de 80 do século XX. Este termo surgiu da necessidade de agrupar as experiências e investigações, aplicação de instrumentos, conceitos e problemáticas da disciplina arqueológica que estuda a arquitetura (MANNONI, 1990:28).

A Arqueologia da Arquitetura é dividida em duas fases, de acordo com Castillo (2002). A primeira vai até o ano de 1995, e se caracteriza pela experimentação e busca de novos instrumentos e critérios arqueológicos no estudo da arquitetura. A segunda fase teve início a partir da publicação de trabalhos que representam um maior esforço e profundidade que os realizados até aquele momento, em sistematizar e normatizar os critérios utilizados nas pesquisas realizadas na Península Ibérica. São eles: o artigo “Leer el Documento Construido” de Latorre Zoreda Caballero, em 1995, e um curso realizado em 1996, por Caballero Escribano (CASTILLO, 2002).

Por muito tempo, a arqueologia da arquitetura foi utilizada como um método, associada estritamente à história da construção. Os estudos realizados fundamentaram a disciplina, que conseguiu desenvolver uma bagagem instrumental e conceitual estritamente

arqueológica, bem diferente da que é empregada por disciplinas como história das artes e arquitetura.

Segundo Castillo(2002), existe uma concepção muito heterogênea acerca do significado e do campo de atuação da arqueologia da arquitetura. Dentro do conceito inerente a esta linha de pesquisa, têm-se: a leitura estratigráfica dos achados, a análise dos materiais construtivos antigos, o estudo da área do sítio, as propostas de intervenções conforme a necessidade, a análise arqueométrica e a leitura baseada em critérios análogos e estilísticos.

Os critérios básicos que definem a arqueologia da arquitetura são, segundo Castillo (2002):

1. A arqueologia da arquitetura é uma disciplina arqueológica que pesquisa a sociedade através de documentos materiais, neste caso arquitetônicos;
2. Compromisso com a gestão do patrimônio edificado, o patrimônio como documento das sociedades passadas e recurso da sociedade atual;
3. Utilização de uma bagagem de natureza estritamente arqueológica, como a estratigrafia, que permite analisar e datar o documento arquitetônico;
4. Ela também é uma disciplina intermediária entre a arqueologia, a arqueometria, a restauração e a arquitetura;
5. Propõe o desenvolvimento de modelos interpretativos, desde posições antropológicas, funcionalistas ou materialistas, que se contraponham aos pressupostos idealistas e positivistas arraigados na historiografia da arquitetura.

Com isso, pode-se afirmar que a arquitetura é uma aliada da arqueologia, pois, de acordo com Zarankin (2002), ela representa um conjunto de arte e tecnologia que descreve sua época; o valor simbólico que se encontra na arquitetura transcende o objeto criado e influencia todos que convivem com o edifício.

A construção e a organização espacial contêm informações sobre a sociedade a que pertencem (ZARANKIN, 2002). Tomando este pressuposto como premissa para esta pesquisa estabeleceu-se as características delineadoras do tipo de moradia religiosa na zona rural. A casa dos beneditinos, localizada na área da antiga Fazenda de São Bento de Jaguaribe, é o objeto de estudo desta dissertação. Para tal, reconstituiu-se o seu contexto histórico e cultural a partir de levantamento bibliográfico da literatura existente, mapas e iconografia do período.

Procurou-se compreender as necessidades de determinados espaços, de acordo com o *modus vivendi* desses religiosos. Qual seria este *modus vivendi*? Os beneditinos modificaram a arquitetura tradicional das casas de engenho da época em função de suas necessidades como religiosos?

Supõe-se, entretanto, que os religiosos, com um modo de vida particular, demandem concepções e soluções arquitetônicas apropriadas em suas vivendas, modificando o programa¹ das residências laicas; no entanto, permaneciam as técnicas construtivas e os materiais da época. A escassez de literatura e pesquisas referentes ao tema, tanto na história, na arqueologia e até mesmo na arquitetura, tornou-se um catalisador na busca de informações que permitissem a verificação da hipótese levantada.

Segundo Shanks e Tilley (1987) e Hodder (1988), a cultura material representa um certo papel na estrutura social e na sua organização espacial; deste modo, o espaço construído faz parte de uma linguagem não verbal e constitui o principal contingente da cultura material de um grupo social, transmitindo, armazenando e preservando o conhecimento de uma determinada sociedade.

Com as plantas das casas se pode demonstrar o cotidiano das pessoas que viveram naquele local, através da facilidade ou da dificuldade de acesso dentro do edifício. Se o espaço pode ser utilizado por todos, ele terá acessos fáceis, como as salas de visitas das casas da época colonial; mas, se aquele ambiente só deve ser utilizado por um determinado grupo, este terá um acesso mais difícil, como a parte íntima da residência.

¹ As necessidades do espaço.

Segundo Rapoport (1969), a arquitetura reflete diretamente a relação entre a cultura e o meio-ambiente, princípio este utilizado por Blanton (1994), ao afirmar que os fatores sócio-culturais e econômicos influenciam a concepção e utilização das unidades domésticas, em diversas regiões do mundo.

A arquitetura faz parte da vida de tal maneira que as paisagens artificiais, criadas pelo homem, se tornaram algo comum no dia-a-dia, ocupando um lugar essencial na vida das pessoas. A natureza, com seus espaços verdes, vales, rios, serras, passa a ser algo distante do contexto. Os espaços arquitetônicos refletem o pensamento do homem e estão impregnados da cultura de quem os criou, abrangendo as necessidades, os sentidos e as intenções.

A arquitetura é um instrumento para o estudo de uma sociedade. De acordo com Foucault (1976), pode-se compreender a arquitetura como uma tecnologia do poder. Com esta visão, Zarankin(2002) comenta que a capacidade de controlar o espaço é uma condição para o funcionamento do poder, e a arquitetura, como forma de construção física da paisagem cultural, é um dispositivo eficaz para tal fim.

A paisagem humana é o que resultou de um complexo processo cultural. Ela é pensada e construída recebendo influências ideológicas com funções simbólicas e utilitárias. O entorno físico é construído a partir de um cotidiano que vai se transformando com o tempo e de acordo com as necessidades humanas.

A arquitetura é fruto de uma sociedade, reflexo do pensamento social de uma determinada época. Em qualquer edifício tem-se portas e corredores, com a função de negar ou permitir o acesso, refletindo a sociedade que o construiu. A estrutura edificada condiciona comportamentos, determinando a mobilidade e vigiando os acessos. Estas são idéias presentes na arquitetura, desde o seu princípio até os dias atuais.

Sendo parte integrante da história do homem, seus estilos se modificam de acordo com o pensamento da sociedade. Segundo Costa (1995:443), a história das artes mostra que a

arquitetura sempre foi parte integrante fundamental no processo de criação artística como manifestação normal da vida.

O mesmo autor (1995:444) também afirma que, para se ter uma idéia da carga contida nessas sucessivas manifestações ocorridas ao longo do tempo, basta pensar no empobrecimento abismal que teria significado, para o mundo, a não existência, no passado, da motivação religiosa nas suas variadas conotações.

Na literatura pesquisada sobre arquitetura do período colonial algumas obras e autores podem ser considerados como referência: os cronistas Gabriel Soares de Souza (2000) e Henry Koster (2002), que estiveram no Brasil; na iconografia, o legado deixado pelos holandeses, através da obra de Frans Post. E ainda, os trabalhos sobre a arquitetura colonial luso-brasileira realizados por arquitetos ou profissionais de áreas afins, como Vauthier, Robert Smith e Geraldo Gomes.

A arquitetura colonial abrange o período de construções ocorridas após a chegada dos portugueses ao Brasil até o fim do regime escravocrata, rompendo de vez com a Independência do Brasil (GOMES, 2002:68). Está ligada à arquitetura popular portuguesa, livre do academicismo, expressa a arte do povo, trazida por aqueles que não detinham o poder.

Conforme Costa (1995:457) comenta, as características da arquitetura popular portuguesa foram transferidas para a colônia através das pessoas “incultas” (sem uma educação formal, aprendendo geralmente ao exercer o próprio ofício), pedreiros, mestres, carpinteiros, os quais, longe de significar um começo desfavorável, conferiram à arquitetura portuguesa na colônia este ar despretenso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX.

A arquitetura portuguesa se adequou ao meio, em que os costumes eram simples e tinham um maior espaço a ser trabalhado, além do cenário americano, juntamente com a dificuldade de materiais e mão-de-obra de nativos e negros, dando características próprias à arquitetura colonial (COSTA, 1995:458).

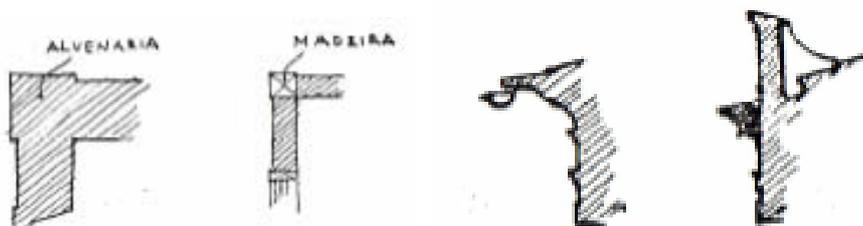


Fig. 01- Parede de Alvenaria Fig. 02- Parede de Madeira Fig.03- Beiral com Calha Fig.04- Platibanda

FONTE: Costa (1995)



Fig. 05- Fachada século XVII



Fig. 06- Fachada século XVIII



Fig. 07- Fachada 1800



Fig. 08 -Fachada 1860

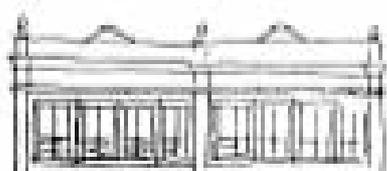


Fig. 09 – Fachada 1900

FONTE: Costa (1995)

No seu trabalho, Costa (1995:460) chama a atenção para o desenvolvimento da arquitetura como um todo, analisando as paredes, que em tempos remotos tinham espessura desmedida (Fig. 1), não só por precaução estrutural, mas por falta de noção de resistência e estabilidade; com o intuito de tornar o interior mais fresco, as paredes tinham arcabouço de madeira (Fig. 2), eram mais esbeltas. Lemos (1993:97) também acredita que a facilidade de encontrar matéria-prima é que levava a este exagero na hora de estruturar as edificações.

Evolui a coberta, com o aparecimento da calha (Fig. 3), dando origem à platibanda e à cornija (Fig. 4). Mas não só as paredes foram estudadas; na arquitetura colonial, até nossos dias, as relações de cheios e vazios das fachadas se modificaram; nos vãos das fachadas das casas mais antigas do século XVI e durante o século XVII, a predominância era de cheios (Fig. 5); à medida que a vida na colônia vai se tornando mais estável, com menos ataques de gentios, o número de janelas vai aumentando (COSTA, 1995:460).

No século XVIII, os cheios e vazios se equilibram (Fig. 6) e, no começo do século XIX, predomina o vão livre (Fig. 7); nos fins deste mesmo século os vãos se apresentam praticamente abertos (Fig. 8), aproximadamente no ano de 1900 os vãos chegam a se tocar (Fig. 9) (COSTA, 1995:460).

Vauthier, nas cartas que originaram seu trabalho sobre as edificações residenciais, descreve a casa e o modo de vida nelas vivido, dando uma conotação social ao seu estudo. Nele, a família patriarcal e a exclusão da mulher na sociedade são demonstrados através da utilização do espaço de moradia no século XIX. Relata também, em seu trabalho, a utilização do tijolo de barro e sua importância na construção civil, detalhando suas dimensões e as modificações decorrentes de seu uso dentro do edifício.

Robert Smith, americano que se especializou no estudo da arquitetura de Portugal e do Brasil, nas viagens que fez ao Recife estudou os edifícios religiosos e civis. Seus artigos são de grande importância para o estudo da arquitetura brasileira. O pesquisador levantou hipóteses sobre as semelhanças que encontrou entre a arquitetura rural de Pernambuco e edifícios holandeses (SMITH, 1969).

Gomes (1998), em sua tese de doutorado, demonstra que, diferentemente do que alguns autores afirmam, houve, no Nordeste brasileiro, variações de tipologias que geraram uma classificação. Segundo o autor, o programa e os materiais construtivos mudaram conforme as necessidades, constituindo “*respostas temporais às exigências funcionais*”.

Levando-se em consideração o objeto deste estudo, a história dos beneditinos, muito importante é a análise dos contrastes de programas de residências nos séculos XVI ao XIX, em relação à planta das estruturas arquitetônicas remanescentes, em que o contexto arqueológico possibilitará a indicação das prováveis formas e funções do edifício.

Durante a pesquisa foram utilizados os conceitos inerentes à arquitetura, conforme Corona e Lemos (1972), para uma melhor compreensão do objeto de estudo: tipologia - classificação ou estudo sistemático de tipos, de acordo com características estruturais;

estilo - peculiaridades que apresentam as obras de arte produzidas segundo certos princípios, numa determinada época, por um determinado povo, segundo determinadas técnicas; partido - nome que se dá à consequência formal de uma série de determinantes, tais como: o programa do edifício, a topografia do terreno, a orientação, o sistema estrutural adotado, as condições locais, a verba disponível, as codificações das posturas que regulamentam as construções, principalmente a intenção plástica do arquiteto; e o programa - conjunto de necessidades funcionais e sociais que caracterizam um tema arquitetônico.

Para entender a vida cotidiana dos religiosos da Ordem de São Bento, utilizou-se bibliografia escrita pelos próprios beneditinos, as Regras de São Bento, o Livro de Tombo do Mosteiro de Olinda (1948) e os Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de Olinda (ROCHA, 1948). Também foi estudado o trabalho do pesquisador Stuart Schwartz, um artigo sobre os Engenhos Beneditinos no Brasil Colonial (1983), tratando do desenvolvimento das propriedades rurais da Ordem em Pernambuco. Foram também consultadas as obras dos diversos autores que trabalharam no livro dos 400 anos do Mosteiro de Olinda, descrevendo o crescimento da Ordem, enfatizando o Mosteiro de Olinda (BARDI et al. 1986).

Foram realizadas pesquisas em diversos órgãos: Biblioteca do CAC - Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, Biblioteca do Departamento de Pós-Graduação em Arqueologia, Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, Biblioteca do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco – IAHGP, além de coleções de particulares, como a biblioteca do Professor José Luis Mota Menezes.

Fica assim evidente que a pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem interpretativa e uma análise espacial. A importância da pesquisa arqueológica é que possibilita a reconstituição do passado, para que melhor se entenda o cotidiano de uma sociedade através dos vestígios arquitetônicos.

2º Capítulo

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL

2.1. Igreja e Estado na Colonização do Brasil: Ordens Religiosas

Para compreender as atividades desenvolvidas pelos beneditinos e estudar a casa dos monges da Fazenda de São Bento de Jaguaribe é importante conhecer a finalidade das ordens religiosas no Brasil, como se desenvolveram, quais foram suas preocupações e as pessoas que delas faziam parte. Portugal carregava uma insígnia de país católico em que o rei era um instrumento de Deus na terra, munido da fé católica ele deveria salvar as almas dos gentios.

A partir da chegada dos portugueses, alguns religiosos vieram ao Brasil, porém não com o intuito de aqui permanecerem. Vinham nas esquadras, para exercer o sacerdócio junto aos marinheiros, expresso na alegada salvação das almas desconhecedoras do evangelho, em possíveis novas terras.

Hoornaert (1972) classificou em três grupos os homens da Igreja, na época: o episcopado e o clero secular, que eram os clérigos do hábito de São Pedro; o clero regular, constituído pelos religiosos e religiosas de convento, e os jesuítas de colégio e aldeia. Estes grupos atuaram de forma distinta na colônia portuguesa, mas todos tinham uma ligação estreita com os poderes colonizadores.

Segundo Hoornaert (1972), os jesuítas foram os primeiros a se instalar na colônia brasileira, no ano de 1549; o primeiro bispo chegou a Salvador em 1552 e trouxe consigo o clero. Foi nos fins do século XVI que vieram os monges e frades das ordens conventuais. Primeiramente, os beneditinos, em 1581, seguidos dos carmelitas, em 1586, e depois os franciscanos, em 1587, todos devido a solicitações da população.

Nesta época, vigorava o regime de padroado¹, os membros da Igreja faziam parte da folha de pagamento da Coroa Portuguesa, desta maneira estavam comprometidos com o

¹ Direito de conferir benefícios eclesiásticos.

Governo; além disso, a Igreja servia como um divisor entre nobres e burgueses. Fazer parte da Igreja significava poder, os melhores lugares sempre ficavam com os nobres mais abastados, uma maneira da nobreza se sobrepôr de alguma forma à burguesia que a cada dia ficava mais rica, através do comércio (HOORNAERT, 1972: 289).

Diferente dos religiosos dos primeiros séculos, esta nova Igreja estava ligada ao poder e, ao chegar ao Brasil, seus membros se estabeleceram na cidade de Salvador, que era o centro do poder político da Metrópole, na colônia. Hoornaert (1972: 291) descreve uma Igreja compromissada com os donos da terra, engajada com uma elite que a utilizava como uma forma de emergir socialmente. O autor cita Luiz dos Santos Vilhena, que relata: "Os pais de família viviam entusiasmados que nada eram [sic] neste mundo quem não tinha um filho religioso..." (HOORNAERT, 1972: 291).

A intenção de salvar as almas dos gentios para a glorificação e exaltação da Santa Cruz guardava a verdadeira intenção da Igreja Católica: o controle do povo através da religião. Desta maneira, Portugal detinha o poder da Igreja para dominar todo o território ocupado. Segundo Hoornaert (1972), houve uma deformação da função episcopal, em que os religiosos colocavam a vida à disposição de uma estrutura opressiva e não promoviam a humanização da colônia.

Este quadro era comum a todos os grupos religiosos, não somente ao episcopado e ao clero secular, mas ao clero regular e aos jesuítas. Os conventos das ordens religiosas não se preocupavam com o que se passava com o povo, e sim em construir grandes sacristias para abrigar reuniões entre religiosos e nobres.

Os religiosos, por sua vez, recebiam diversos benefícios, quer materiais, quer políticos, pois a aristocracia se encarregava de manter boas relações com a Igreja. Esta estrutura de poder fez parte do sistema colonial português até o século XVIII, quando foi abalada com a expulsão dos jesuítas e, logo depois, com a lei de Pombal que proibia o noviciado nos conventos.

2.2 Os Beneditinos no Brasil

A Ordem Beneditina é a mais antiga da Europa. Foi fundada ainda no século V, na Itália, por Bento de Núrsia, que nasceu em 480 d.C., sendo considerado padroeiro da Europa, pois, além da importância no âmbito da propagação cultural, havia uma reconhecida ênfase no desenvolvimento e implementação das práticas agrícolas. A história dos beneditinos está ligada ao início das sociedades que hoje colocam a Europa Ocidental em posição de destaque em muitos dos seus aspectos caracterizadores.

Os beneditinos, mesmo tendo a vocação do claustro, foram grandes educadores e, ainda em nossos dias, a congregação tem colégios ligados a seus mosteiros. Segundo a *Regra de São Bento*, a vida é uma escola a serviço de Deus: os monges devem estar sempre aprendendo e sempre exercerem uma grande influência social. Seu sustento estava ligado a atividades custeadas através de legados, estipêndios, empréstimos e propriedades rurais e urbanas (SCHWARTZ, 1983:29).

Os monges beneditinos se estabeleceram em Portugal somente no ano de 1567, mas suas regras já eram conhecidas desde o século XII, cujo objetivo era semear a fraternidade e a bondade (BARDI et al. 1986:11). Estabeleceram-se definitivamente no Brasil, em 1581; na cidade de Salvador, capital da província, fundaram uma Ermida, a atual Abadia de São Sebastião, o primeiro cenóbio da Ordem, no continente americano.

Em 1586, os beneditinos fundaram o mosteiro do Rio de Janeiro, em 1590 ou 1592 se estabeleceram em Olinda, em 1596 na Paraíba e, em 1598, em São Paulo. Quando ocorreu a invasão holandesa, a congregação tinha cinco mosteiros e planos para novas fundações (LUNA, 1947:20).

Durante a invasão holandesa, os mosteiros de Olinda e da Paraíba foram saqueados e danificados, ficando em ruínas, enquanto os mosteiros do sul não foram abalados em sua vida cotidiana, desenvolveram-se e continuaram crescendo. O mosteiro do Rio de Janeiro começou uma reforma neste período.

Após a expulsão holandesa, os monges se depararam com a necessidade de reconstruir seus mosteiros de Olinda e da Paraíba, além de reorganizar as propriedades rurais que, segundo Luna (1947), estavam destruídas e abandonadas e seus escravos foragidos.

Apesar dos mosteiros beneditinos do Brasil formarem uma província independente de Portugal, foi somente no ano de 1827 que a Santa Sé declarou desmembrados da Congregação Lusitana os Mosteiros do Brasil, tornando-os independentes, sob a denominação de Congregação Beneditina Brasileira.

Uma grande preocupação da Congregação Brasileira era a proibição do noviciado, promulgada por Pombal, em 1764; com o passar dos anos, os claustros começaram a se esvaziar. O chefe da Congregação tentou interceder, junto ao Imperador, para que fosse revogada a proibição. No entanto, graves questões políticas agitavam o país, requerendo a atenção do Governo, e a abertura do noviciado ficou em segundo plano, posteriormente caindo no esquecimento.

Por volta de 1832, a Congregação Brasileira passa por uma reforma, autorizada pelo então Ministro da Justiça e Regente do Imperador, o padre Diogo Antônio Feijó, mas o Governo não quis atender o principal ponto desta reforma, a admissão de noviços.

A abertura do noviciado aconteceu em junho de 1835, dando vida nova aos claustros quase vazios. No ano de 1855, através de um aviso, foi comunicada a resolução do Governo em cassar a licença do noviciado. Em 1868, a Ordem Beneditina do Brasil era composta por 41 religiosos, sendo 15 monges no Rio de Janeiro, 11 em Salvador, 04 em Olinda e 01 ou 02 nos outros mosteiros.

2.3- Os Beneditinos em Pernambuco

Nos primeiros anos da colonização, o pau brasil era considerado a principal riqueza da terra e explorado através do escambo com os índios, comércio realizado tanto pelos portugueses, como pelos franceses; além do pau da tinta, comercializavam animais, como macacos e papagaios, apreciados na Europa (ANDRADE, 1962).

Lutas foram travadas entre portugueses e franceses, os primeiros invocavam o direito à posse da terra descoberta, e os segundos defendiam o livre comércio, praticando verdadeiros atos de pirataria, apoiados pelo rei da França, que não concordava com os termos do Tratado de Tordesilhas (ANDRADE, 1962 :12).

A partir de 1516, aumentou o interesse do rei de Portugal em relação à colônia, considerando que o comércio com as Índias Ocidentais não mais rendia vultosos lucros . Assim, D. João III começou a ver, nas novas terras, a possibilidade de obter vantajosos lucros.

Albuquerque (1997:20) menciona a Feitoria Régia de Pernambuco, instalada por Cristóvão Jaques na Ilha de Itamaracá em 1516, que o pouco efetivo que era deixado pelos barcos, se embrenhavam no mato e eram reduzidos pelas mortes por doenças e por incidentes.

Estas feitorias foram fundadas para reprimir o comércio dos franceses com os gentios; com o apoio do rei de Portugal, tentou deter o comércio. No entanto, os franceses também fundaram suas feitorias, na Ilha de Itamaracá e na Ilha de Santo Aleixo, com munição e artilharia, com o intuito de centralizar o comércio de pau brasil, algodão, macacos, papagaios e outros produtos da terra (ANDRADE, 1962:15).

Os portugueses instalados nas feitorias começaram a se adaptar, não só ao clima, mas aos hábitos dos gentios, como a criação de papagaios e a utilização de mandioca e milho na alimentação. Albuquerque (1997, 28) confirma estes relacionamentos através de

trabalhos arqueológicos realizados onde o autor descreve o fardo material indígena em associação com o escasso material colonial.

Para a ocupação das terras a solução encontrada foi a aconselhada por Diogo de Gouveia, que já fora empregada nas ilhas africanas: a adoção do sistema de capitanias hereditárias, inspirado no regime feudal (ANDRADE, 1962:17).

Em 10 de março de 1534, o rei de Portugal fez a divisão das capitanias: com base nos acidentes geográficos do litoral, os lotes se estendiam para o interior, em paralelo, até a linha imaginária de Tordesilhas. O rei dividiu o território em 15 lotes, distribuindo-os a 12 donatários, escolhidos por serem pessoas importantes, por nascimento ou por serviços prestados à Coroa Portuguesa (ANDRADE,1999:11).

Juntamente com as Cartas de Doação, o documento em que o rei concedia ao donatário a porção de terra e lhe delegava uma série de atributos, também havia o Foral, que determinava os direitos e as obrigações (ANDRADE,1999:42).

Duarte Coelho, escolhido pelos serviços prestados a Portugal em terras que hoje constituem a Indonésia, bem como por suas patrulhas na costa africana, foi beneficiado com 60 léguas de terras, que se estendiam do canal de Santa Cruz, ao sul da Ilha de Itamaracá, até a foz do Rio São Francisco (ANDRADE,1999:41).

Duas foram as capitanias que prosperaram: São Vicente, doada a Martim Afonso de Sousa, e Pernambuco, a Duarte Coelho, que nela desembarcou no dia 09 de março de 1535, acompanhado da esposa, Dona Brites de Albuquerque, e de alguns subordinados.

A administração de Duarte Coelho foi repleta de momentos de lutas e de paz com os nativos, a necessidade de ocupar o território da capitania acarretava divergências com os gentios, que foram aos poucos cedendo ao donatário. Estas novas terras, conquistadas através de lutas com os nativos, correspondiam ao desejo do rei, de povoar a terra, como também à meta administrativa de Duarte Coelho, que desde cedo compreendeu que a

riqueza da terra estava na cana-de-açúcar e não nas pedras preciosas, conforme o monarca português acreditava. Assim, aos poucos os engenhos iam sendo implantados.

A cana era originária do sudeste asiático e seu cultivo vinha se deslocando em direção oeste: séculos antes de ser introduzida no Brasil, a manufatura do açúcar da cana chegou à Pérsia, depois os árabes a difundiram pela costa oriental do Mediterrâneo; em seu avanço para o ocidente, os muçulmanos levaram consigo o cultivo da cana e o engenho de açúcar para a Península Ibérica, de onde foi difundido para as colônias portuguesas, chegando ao Brasil (SCHWARTZ, 1988:22).

Apesar do empenho do donatário, eram constantes as desavenças, principalmente entre os degredados, o que fez com que escrevesse ao rei, em 20 de dezembro de 1546, pedindo que suspendesse as remessas de degredados, pois causavam mais mal do que vantagens à colonização (ANDRADE, 1962:33). Enfrentou confusões com os colonos de Itamaracá, devido à falta de ordem nesta capitania, que prejudicava sua administração, além dos exploradores do pau brasil que, após exterminarem a espécie no litoral, adentravam o interior, provocando lutas com os índios (ANDRADE, 1962:33).

O primeiro donatário da capitania conseguiu organizar a administração, apesar das divergências com os índios, e preparou o terreno para o grande progresso que dominaria a região a partir da segunda metade do século XVI. Morreu pobre e endividado; com sua morte, sua esposa passou a exercer o papel de donatário da capitania, assistida por Jerônimo de Albuquerque, seu irmão, no lugar de seu filho mais velho, Duarte Albuquerque Coelho, que estava na Europa.

Atendendo pedido do terceiro donatário da Capitania de Pernambuco, Jorge Albuquerque Coelho, a Ordem Beneditina chegou a Pernambuco; há controvérsias (ENDRES, 1980) sobre o ano correto em que os beneditinos se fixaram em Pernambuco; o que de fato importa é a forma como ocorreu e como se desenvolveu esta fixação.

Através da Junta de Tibães², no dia 04 de março de 1592 foram designados três monges para examinar os noviços nas terras de Pernambuco: Frei Bento do Rio Douro, Frei Bento de Lisboa e Frei Mâncio dos Mártires. Esta decisão estava ligada aos entendimentos entre o donatário e o Geral da Ordem, Frei Gonçalo de Morais (MELLO, 1986:39).

Da parte do donatário, ficou acertada uma doação de terras para que de fato a Ordem pudesse se estabelecer. A doação prometida foi lavrada em Lisboa, no dia 06 de abril de 1592, e compreendia extensas áreas de terras do próprio donatário, mais uma légua ao longo do litoral, obrigando a construção de uma fortificação e uma vila que abrigaria o mosteiro, além de 500 cruzados para cada mosteiro que fosse fundado. Não se sabe ao certo o real motivo, mas a doação não foi cumprida, e até a morte de Jorge de Albuquerque Coelho, em 1601, este não fez nada para que se concretizasse o que fora lavrado (MELLO, 1986:39).

Os monges chegaram em Olinda, tiveram acolhida na Ermida de São João e foram bem recebidos pela população. Em julho de 1592, conforme o monge Dom Emanuel Bernardo da Silva (MELLO, 1986), os beneditinos tinham sua residência oficial, por detrás da Ermida de São João, num terreno comprado pelo Presidente, Frei Bento do Rio Douro.

O Bispo do Brasil, D. Antonio Barreto, doou aos beneditinos a igreja de Nossa Senhora do Monte, em 1596, para onde eles se mudaram. Entre os anos de 1597 e 1599 se estabeleceram no Varadouro, num sítio conhecido como Olaria, adquirido através de compra.

Segundo Schwartz (1983), com exceção dos franciscanos, que faziam voto de pobreza, todas as ordens religiosas do Brasil Colonial custeavam suas atividades e instituições, por meio de legados, empréstimos ou propriedades urbanas e rurais. O Mosteiro de São Bento de Olinda era mantido, em grande parte, com a produção do açúcar

² Nome dado à reunião trienal da Congregação em Tibães, Portugal.

(SCHWARTZ, 1983: 36), suas propriedades rurais eram constituídas por engenhos e fazendas.

Conforme o Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda (ROCHA, 1948), os religiosos chegaram a possuir três engenhos e quatro fazendas: Engenho Mussurepe, Engenho São Bernardo, Engenho Goitá e as fazendas de Jaguaribe, Tapacurá, Terra Nova e Gramame.

O Engenho Mussurepe pertenceu à viúva de Manoel Gonçalves de Souza, Dona Izabel Dias Videira, que vendeu cinco mil braças de terra aos beneditinos de Olinda, em 11 de agosto de 1695. A renda deste engenho, na época em que foi adquirido, correspondia à metade dos recursos anuais dos religiosos, embora fosse considerado um engenho de pequeno porte.

No século XVIII os beneditinos, além do Engenho Mussurepe, eram proprietários do Engenho São Bernardo, engenho d'água próximo ao Mussurepe, e do Engenho Goitá. No ano de 1749 o açúcar e seus subprodutos, fabricados nos três engenhos da Ordem, totalizavam 2/3 da renda anual do Mosteiro de Olinda (SCHARTWZ, 1983: 37).

Os engenhos pernambucanos dos beneditinos, durante os séculos XVIII e XIX, segundo Schartz (1983), permaneceram lucrativos, cumprindo a sua principal função, proporcionar recursos para o custeio e manutenção dos membros da Ordem e das atividades dos seus conventos em Pernambuco.

Os beneditinos eram considerados bons administradores e sua capacidade empresarial era notada por todos, inclusive pelos jesuítas. Koster (2002) relata e elogia os métodos utilizados pelos frades beneditinos. Além de tecer comentários a respeito dos costumes e práticas administrativas dos monges, o autor revela detalhes sobre a organização e controle dos trabalhadores servís.

No entanto, suas propriedades não estavam livres de problemas, segundo Schartz (1983), apesar dos frades serem gestores progressistas, com disposição para

experimentalizar novos produtos e técnicas e da boa administração da mão-de-obra: alguns relatórios registravam queixas sobre a cana, que não era moída a tempo, os administradores laicos, que não se dedicavam ao trabalho como deviam, entre outras.



Mapa 1: Terras do engenho Lagoa Grande, em cujo âmbito estão as mais terras adjacentes.

Arquivo do Mosteiro de São Bento.

FONTE: Bardi et al. (1986)

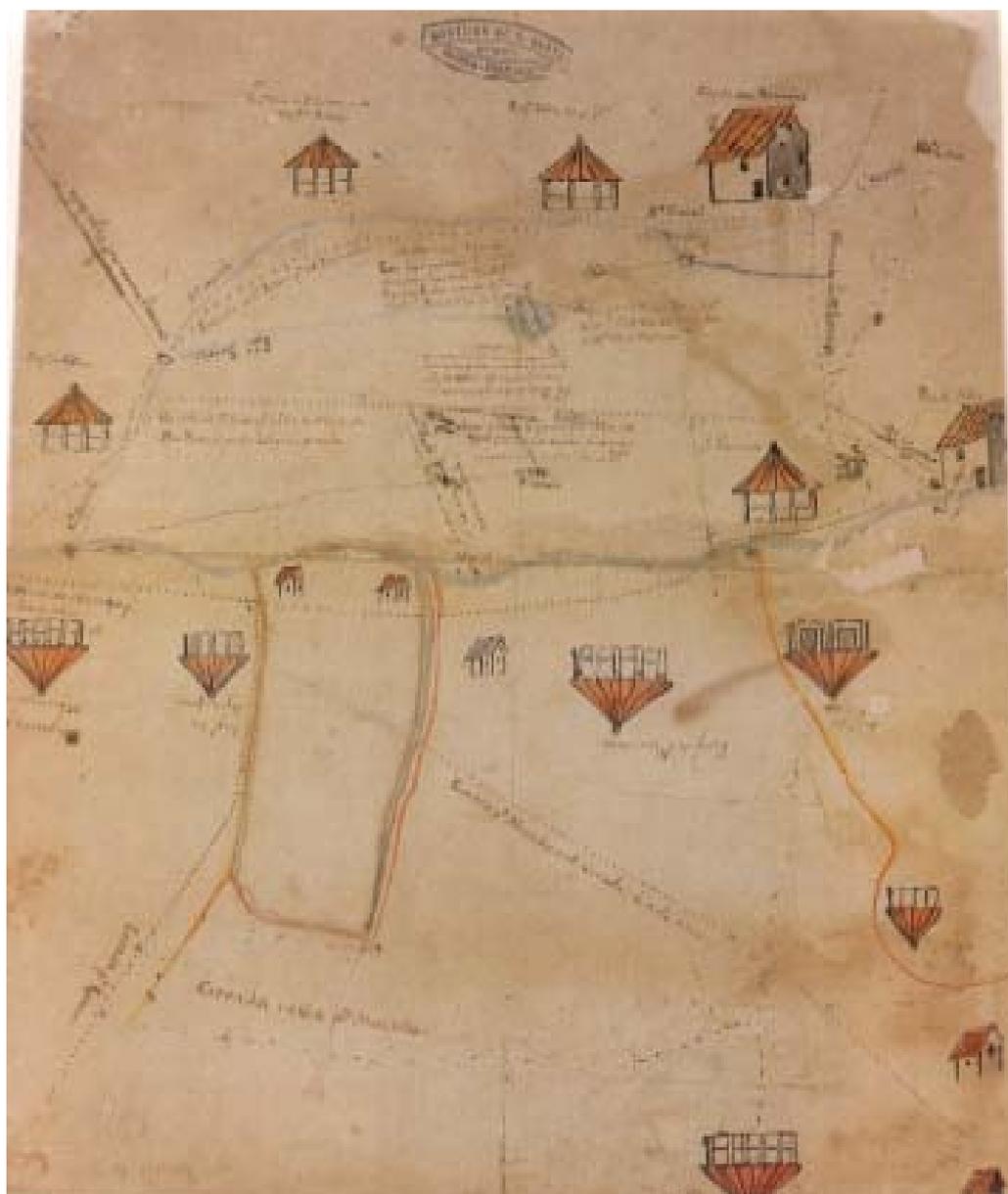
O sistema econômico beneditino estava ligado aos engenhos, que constituíam a principal fonte de renda dos mosteiros, às fazendas, destinadas à criação de gado, à lavoura de subsistência e às olarias, para serviços da Ordem.

As fazendas beneditinas adotavam o mesmo sistema administrativo dos engenhos, tanto na produção da terra, como na catequese de seus habitantes. A Fazenda de São Bento de

Jaguaribe teve suas terras, parte doada, parte comprada, estabelecidas na primeira metade do século XVII, enquanto as fazendas de Gramame e de Terra Nova passaram à posse dos beneditinos a partir da segunda metade do século XVIII. Na Fazenda Tapacurá, fruto de doação, foi construído um mosteiro; atualmente, suas terras estão submersas pela barragem que leva o seu nome.

As propriedades descritas faziam parte da Ordem Beneditina e constituíram a base do engrandecimento econômico da Ordem, durante todo o período colonial, conforme o Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento.

De acordo com os Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda (ROCHA, 1948), os beneditinos trabalharam em suas terras até depois de alforriarem todos os seus escravos, em 09 de setembro de 1871; conforme está descrito nos manuscritos, ocorreram intervenções após essa data, mas eles começaram a aforar suas propriedades rurais no final da década de 60 do século XIX. Vale salientar que, nesta época, de acordo com o que foi mencionado, existiam em Pernambuco apenas 41 religiosos, dos quais só 04 se encontravam no Mosteiro de Olinda.



Mapa 2: Sumário, anotações de propriedades do Mosteiro de Olinda.

Século XVIII. Arquivo do Mosteiro de São Bento

FONTE: Bardi et al.(1986)

3º Capítulo

A ARQUITETURA NO BRASIL

Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como se encontra, fica contente, feliz, e se lembra de coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube, mas estavam lá dentro de nós.

Manuel Bandeira, 1929.

O conhecimento sobre a arquitetura do Brasil se faz necessário para o desenvolvimento da pesquisa, contribuindo para o entendimento do programa, da técnica, dos materiais e do sistema de construção adotado na casa de vivenda da Fazenda de São Bento de Jaguaribe.

Sobre a arquitetura colonial, pode-se dizer que ela é vista em setores, os quais são estudados separadamente: a arquitetura militar, a arquitetura religiosa e a arquitetura civil. Dentro desta concepção, a arquitetura militar também é conhecida como a arquitetura da defesa, criada com o intuito de defender o extenso litoral e suas feitorias (GOMES, 2002:69).

As fortificações se erguiam nas proximidades das povoações e em locais propícios para o desembarque de invasores. No século XVIII foi constituída uma fortaleza no interior, para garantir as fronteiras conquistadas pelos portugueses, em desobediência ao limite estipulado no Tratado de Tordesilhas (GOMES, 2002:69).

A arquitetura religiosa engloba as obras das ordens religiosas e das irmandades. As ordens religiosas já existiam na Europa desde a Idade Média, com experiência secular de construir magníficos exemplares da arquitetura. As irmandades religiosas nasceram de sociedades organizadas que construíram suas próprias igrejas. Foi em Minas Gerais que mais se expandiram, devido às Ordens Religiosas serem proibidas de se instalar naquela região.

A arquitetura civil é composta pelos edifícios governamentais e privados: as casas de câmara e cadeia, as residências rurais, os engenhos, as casas urbanas, os mercados, as obras comuns do povo.

Costa (1995:445) afirma que os mitos e o poder sempre estiveram na origem das grandes realizações de sentido arquitetônico. Eles se consubstanciam numa idéia-força de que resulta a intenção que orienta e determina a elaboração arquitetônica. A realização arquitetônica é, assim, a expressão palpável deste conteúdo ideológico no seu amplo sentido.

As mudanças na cultura, ocorridas durante a época colonial, são reflexo das transformações sociais, presentes no âmbito da arquitetura, seja a militar, religiosa ou civil. A maneira de pensar de um povo é o que modifica o meio em que ele vive.

3.1 A Arquitetura Religiosa

As mais belas obras da arquitetura colonial fazem parte da arquitetura religiosa; alguns destes monumentos ainda estão presentes em nosso dia-a-dia e são considerados obras de arte. A história das artes reflete muito bem a importância destas construções para o patrimônio histórico e cultural do Brasil, e a arquitetura é tema de uma rica e exaustiva bibliografia, que retrata estes edifícios.

Sobre os monumentos dedicados à religiosidade destacam-se as igrejas e os conventos, símbolos do poder da Igreja. No entanto, como já foi visto nesta pesquisa, as informações sobre outras tipologias construtivas são escassas, não existia uma preocupação em relatar o que era comum, por isso hoje existem tantas lacunas em nossa história.

A arquitetura religiosa, além de abranger os monumentos mais rebuscados, no que concerne à decoração, sempre teve uma grande preocupação quanto ao sistema construtivo, de grande importância para o desenvolvimento tecnológico, por ser impulsionador de novas técnicas e materiais.

A concepção da malha urbana está atrelada ao edifício religioso, seja ele uma igreja matriz ou um convento monástico. O traçado de várias cidades da colônia, largos, ruas, terreiros, foi concebido a partir da implantação destes edifícios para fins religiosos.

Toledo (1985:97) classifica a construção desses edifícios em três etapas distintas. E explica:

... Num primeiro momento, as manifestações artísticas procuram reproduzir os padrões europeus sem todavia dispor dos meios necessários. Esse período inicia-se com o estabelecimento do governo-geral em 1549 e se estende até 1640.

O segundo período pode ser balizado por esses dois significativos eventos: Restauração (1640) e mudança da sede do governo (1763). A segunda metade do século XVIII conhece o apogeu da riqueza do ouro e as mais originais manifestações da arte barroca brasileira, em oposição à arte luso-brasileira ou arte portuguesa feita no Brasil, manifestações que se estendem até o início do século XIX. Por essa razão podemos encerrar esse período com a Independência -1822.

A arquitetura, no período inicial da colônia, era exercida por qualquer um que tivesse noção sobre a composição do espaço, sua função não era considerada um ofício. Os carpinteiros, entalhadores, pedreiros, marceneiros, que eram ofícios reconhecidos, muitas vezes fizeram a traça (desenho) para ser executado o projeto (BAZIN, 1983:43).

Menezes (1986) nos lembra que a arquitetura religiosa nem sempre guardava uma unidade do seu interior com o seu exterior, sob o ponto de vista artístico da obra de arquitetura. Modificações e acréscimos ocorreram nas edificações, com o passar dos anos, resultado de um crescimento necessário ou de modificações acarretadas pelo uso.

As tipologias construtivas da arquitetura religiosa são as igrejas, os conventos, as residências para cura ou hospícios e seminários dirigidos à educação, obras de rigor estético e funcional. No entanto, as construções menos abastadas ou sem um certo grau decorativo não foram objeto de preocupação com o seu estudo, deste modo se perderam com o tempo, e hoje sobrevivem as matrizes e os conventos monásticos.

Cada Ordem Religiosa tinha uma forma de conceber o espaço, diferente da outra; assim, não obstante os programas serem iguais, em grande parte, os modelos de conventos variam nas suas organizações espaciais, dependendo da Ordem.

De acordo com Bazin (1983:88), as primeiras instalações dos jesuítas no Brasil foram humildes, de madeira, às vezes de barro, e com coberta de palha, não havendo necessidade de arquitetura nem de um habilidoso carpinteiro. Foram os próprios padres que ergueram o primitivo colégio de Salvador, eram construções muito frágeis, prestes a desabar.

Houve um grande impulso construtivo, gerado pelos jesuítas, que só diminuiu no século XVII, talvez até tenha cessado com a guerra dos holandeses (BAZIN, 1983:93), que afetou não só a região ocupada, mas outros estados. Segundo Gilberto Freyre (1958:59), o sistema jesuítico possivelmente foi a força mais eficiente de europeização exercida sobre as populações indígenas, do ponto de vista técnico, cultural, moral e intelectual.

A Companhia de Jesus erguia igrejas e colégios, mas também tinha seus estabelecimentos rurais, aldeias ou fazendas que serviam para exploração agrícola, gerando recursos para os colégios e para a catequese.

Um considerável acervo de obras arquitetônicas foi o significativo legado que os padres da Companhia de Jesus construíram nos dois séculos de trabalho na colônia (COSTA, 1995:483). Os jesuítas representam o elemento mais tradicional na arquitetura brasileira (BAZIN, 1983:107).

Nas obras jesuíticas se observa a influência da arquitetura maneirista¹, a marca jesuítica é inconfundível, uma fachada simples que preserva, no interior das igrejas, o contraste entre o despojamento da cantaria e a igreja, presente nas talhas e na azulejaria, no mobiliário da sacristia e no forro de madeira dos tetos, além das imagens dos santos (TOLEDO, 1985:123).

As igrejas podiam ser isoladas ou fazer parte dos colégios (GOMES, 2002:101). As missões jesuíticas chegaram a experimentar formas de organização social que aboliam a propriedade privada e que teve correspondência na organização dos espaços arquitetônicos, pois são conhecidos alguns tipos de habitações coletivas com alpendre periférico, que configuravam uma estrutura urbana singular (GOMES, 2002:98).

¹ Estilo Arquitetônico ligado ao Renascimento, largamente utilizado em Portugal.

Dois aspectos são relevantes no estudo da arquitetura da Companhia de Jesus: o primeiro é seu caráter voltado para o ensino, promovendo e fomentando a atividade cultural na colônia; o segundo foi o estilo que marcou suas construções, chegando a ser chamado de estilo jesuítico (TOLEDO, 1985:122).

Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, pouco restou de seus edifícios (GOMES, 2002:99); a partir deste momento, novas diretrizes começam a orientar as construções religiosas (BAZIN, 1983: 109).

As igrejas e conventos das ordens beneditina e carmelita datam dos séculos XVI e XVII, sendo tão antigos quanto as obras dos jesuítas, mas se diferenciam pela qualidade da construção e pelos modelos em que se inspiraram as ordens. Os monges destas ordens também estavam envolvidos na catequese dos gentios, mas diversificavam suas ações missionárias, com a fundação e manutenção de hospícios (GOMES, 2002:102).

Os conventos carmelitas, assim como os franciscanos, tinham uma composição com as capelas da Ordem Terceira. Nos carmelitas estas capelas eram menores e compunham em paralelo com a igreja conventual, porém as fachadas se configuravam, de modo que a capela da Ordem Terceira ficava recuada (GOMES, 2002:103). Na Ordem Franciscana a igreja da Ordem Terceira era erguida em perpendicular à igreja do convento.

O domínio dos conventos extrapola os muros, com seus cruzeiros construídos em pedra, em frente à sua fachada principal, característica observada nas três ordens: beneditina, carmelita e franciscana.

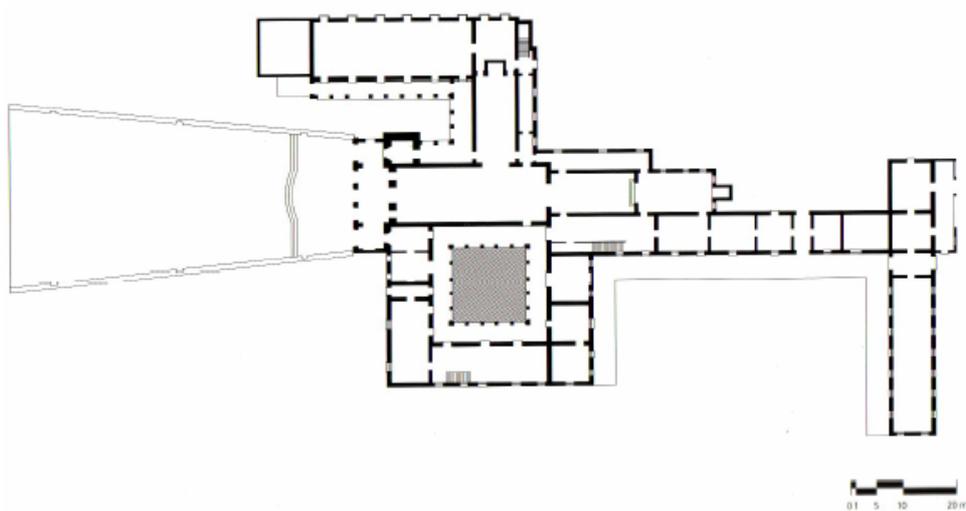


Figura 10: Planta Baixa do Convento Franciscano da Paraíba
 Fonte: Gomes, 2002



Figura 11: Vista do Convento Franciscano da Paraíba
 Fonte: Gomes, 2002

Os franciscanos, como os jesuítas, foram detentores de características próprias, com uma organização espacial muito adequada ao clima (TOLEDO, 1985:104), fato observado unicamente no Nordeste brasileiro, não tendo ocorrido em nenhuma outra parte e que resultou em magníficos exemplares da plasticidade barroca. Gomes (2002:111) descreve:

O que chama a atenção nesta escola é a cenografia triunfal para aqueles que chegam, um imenso adro, calçado e escalonado, com planta trapezoidal para acentuar o efeito da perspectiva, antecedido pelo cruzeiro em pedra, e ladeado por paredes nichos revestidos de azulejo, representando cenas da via-sacra; ao fundo, a fachada da igreja conventual, com uma composição que tende para o triângulo com a base vazada por cinco arcos plenos de cantaria e o pavimento superior movimentado por volutas, curvas e contracurvas; num plano mais recuado, uma única torre sineira em um dos lados da nave.

Todas as três ordens seguiam o partido do pátio quadrado, formando o claustro, local para meditação, oração e recolhimento, cercado de galerias, com pavimento térreo e superior. No pavimento superior encontram-se as celas, local onde os religiosos se recolhiam.

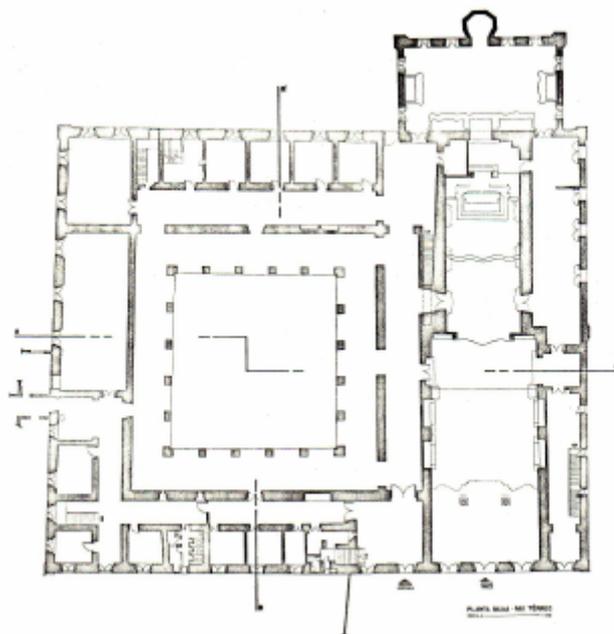


Figura 12: Planta Baixa do Pavimento Térreo do Mosteiro de São Bento de Olinda - PE
Fonte: Bardi et al (1986).

A Ordem Beneditina era douta e empregava arquitetos e artistas do seu próprio mosteiro. Destacam-se, entre os monges beneditinos, as obras de escultura e talha de Frei Domingos da Conceição e as pinturas de Frei Ricardo do Pilar e Frei Bernardo de São Bento, mestre de obras e militar que se recolheu ao convento (GOMES, 2002:106).



Figura 13: Vista do Mosteiro de São Bento de Olinda - PE
Fonte: Bardi et al (1986).

Os conventos beneditinos, apesar de em menor número que os das outras ordens, constituíam magníficos exemplos da arte de construir, tendo um rigor clássico que os aproxima do Maneirismo; a maioria dos conventos foi concebida no século XVII (GOMES, 2002:106).

Os beneditinos, assim como os jesuítas e franciscanos, mantinham, em seus grandes mosteiros e colégios, verdadeiras oficinas de arte. As disposições dos conventos permaneceram imutáveis durante o decorrer do século XVIII, mantendo uma austeridade inalterada durante os dois séculos da arquitetura barroca (BAZIN, 1983: 120).

As catedrais e igrejas paroquiais eram empreendimentos que necessitavam do impulso da Fazenda Real (BAZIN, 1983: 122). Com isso, demoravam a ser erguidas, além da utilização de uma mesma planta em mais de uma igreja. As capelas rurais, que faziam parte das fazendas e dos engenhos, em sua maioria sofreram menos transformações que as urbanas (BAZIN, 1983: 124).

Enquanto, de uma forma geral, as igrejas conventuais permanecem fiéis à planta tradicional, com capelas comunicantes, uma outra concepção surge nas igrejas seculares, durante o século XVII. As capelas laterais são suprimidas e tudo se integra num sistema único, que evoluirá em igrejas de linhas harmônicas, no século XVIII (BAZIN, 1983: 126).

As igrejas erguidas pelas irmandades estão presentes em várias capitanias do Brasil, inclusive em Pernambuco; sociedades organizadas sob forma de irmandades ou de paróquias construíram os mais belos exemplares do barroco religioso, na colônia.

Em Minas, surgiu a arquitetura que utilizava a madeira, com a técnica da taipa de pau-a-pique, no entanto, as mais notáveis igrejas, em sua concepção, foram aquelas erguidas com alvenaria de pedra, empregando também a pedra-sabão. Estas exibem um movimento na planta, superfícies curvas, reentrantes e salientes. Estes movimentos foram considerados um expoente do barroco e as igrejas, construídas com material local, constituem a expressão mais completa do barroco brasileiro.

3.2 A Arquitetura Civil

Os colonizadores portugueses se depararam com uma terra em que o conceito de morar era bastante diferente daquele arraigado na cultura de sua terra natal. As casas em que os gentios habitavam eram construídas com madeiras roliças, presas com cipó e cobertas com palha, raramente algum grupo utilizava o barro no seu edifício, além de que, em cada oca, moravam mais de uma família, que dividiam o mesmo espaço, harmonicamente, sem nenhum tipo de anteparo entre as famílias (DERENJI, 2002: 29).

Esta moradia tinha modelos variados, utilizados conforme o grupo que habitava a região. Derenji (2002) apresenta quatro modelos de moradia, com um programa² parecido, mas utilizavam materiais construtivos de formas diferentes, de acordo com a cultura de cada grupo.

² Relação de tudo que é necessário para conceber o espaço.

Com a necessidade de fixar-se à nova terra, os colonizadores utilizaram, nos primórdios da colonização, este tipo de moradia, principalmente aqueles que estavam em transição. Smith (1969) relata como eram as primeiras casas de barro e madeira e a utilização da arquitetura indígena, inclusive pelos invasores franceses.

Tudo o que foi construído até 1549 tinha um caráter provisório, de maneira que não restam vestígios e as únicas informações são aquelas que se encontram nos registros dos viajantes ou em relatos dos escritores. Segundo Sousa (2000), na cidade de Salvador, as casas cobertas de palha, ao modo dos gentios, eram utilizadas pelos soldados e homens solteiros que ali moravam.

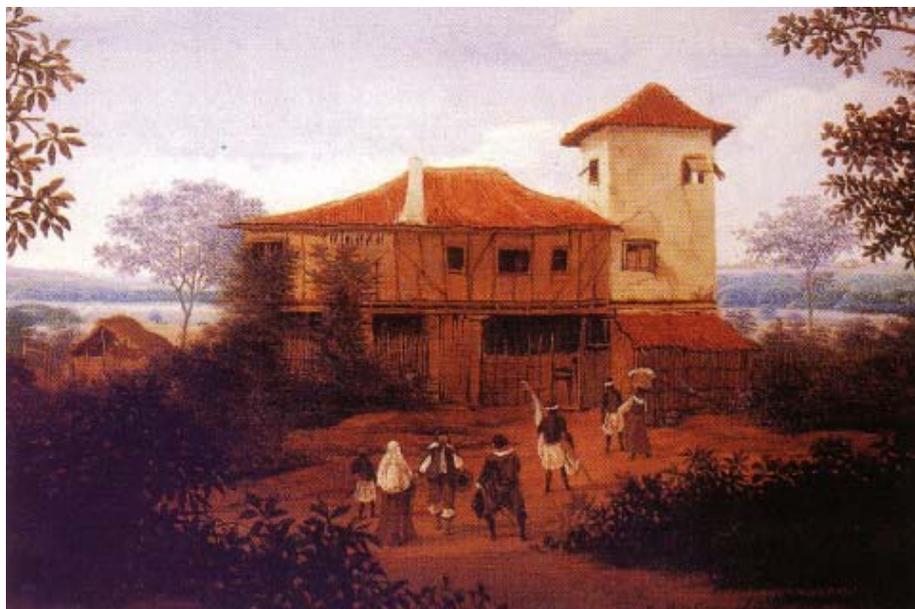


Figura 14: Pintura de Frans Post - Casa com Torre

Fonte: Gomes, 1998.

São raras as informações sobre a arquitetura, nos primeiros anos da colonização, inclusive no que se refere à arquitetura religiosa. As casas que seguiam a tipologia da arquitetura indígena foram adaptadas e utilizadas até o século XVII, nas senzalas dos engenhos, e foram retratadas por Frans Post. O que se sabe é que havia uma larga utilização da madeira e do barro, elementos que, com o passar dos anos, não deixam vestígios (SMITH, 1969:27).

As primeiras construções refletem a necessidade de proteção. A segurança contra os ataques dos índios fez com que fossem construídos fortes e fortins, que geraram a tipologia construtiva das casas-fortes, a exemplo da Casa da Torre de Garcia d'Ávila, no litoral norte da Bahia; suas paredes encontram-se em ruínas, mas sua estrutura ainda permite uma leitura de sua planta. Estas casas eram concebidas no intuito de se defender e foram utilizadas principalmente nos engenhos (HUE, 1999).

Segundo Hue (1999), a partir da segunda metade do século XVI a arquitetura brasileira começa a ser influenciada diretamente pela arquitetura portuguesa, a mãe pátria de muitos que aqui viviam. Portugal é um país estreito e comprido, e sua arquitetura era a soma do seu clima, de sua vegetação e também das influências culturais. A parte norte descende dos celtas, enquanto a parte sul recebe a influência moura. São estes fatores de grande relevância na concepção da arquitetura, da tipologia habitacional, passando pelos materiais de construção e até na distribuição da planta.

Na região sul de Portugal, devido aos baixos índices pluviométricos, as casas têm telhados com pequenos beirais, há a utilização da alvenaria de tijolo, enquanto na região norte, que enfrenta bastante chuva, os beirais são generosos e o telhado é, em geral, em quatro águas, coberto com telha tipo canal, de barro. Utilizam terraços e suas técnicas construtivas são variadas: alvenaria de pedra, tijolo cozido, taipa de pilão e taipa de pau-a-pique.

São estes os fatores culturais que irão influenciar a nova arquitetura luso-brasileira, a nostalgia da terra natal que dará um caráter ibérico à arquitetura da colônia. O caráter conservador desta arquitetura estará presente até o século XIX, refletindo a sociedade patriarcal na qual a mulher era mantida à parte. Era comum a utilização de um modelo de casa com poucas aberturas, com um cômodo para os forasteiros e alcovas ligadas a uma sala central.

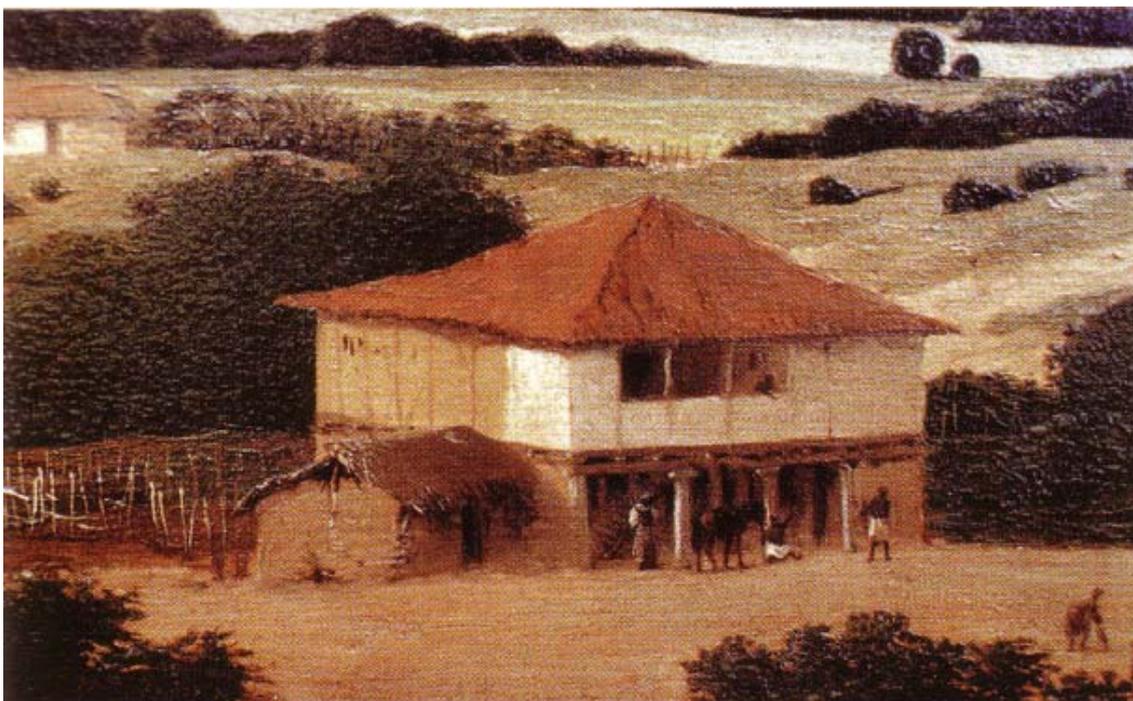


Figura 15: Pintura de Frans Post – Casa, observar os materiais construtivos e a tipologia da área de habitação, na parte superior.

Fonte: Gomes, 1998.

Smith (1969) relata da seguinte forma a construção civil:

A maneira de construir dele, consiste em fincar tantos esteios quanto necessários para o tamanho da casa, sobre eles, constroem um andar com a altura de um homem e por cima deste andar um teto, coberto de telhas ou palhas de palmeiras. Usam o andar térreo para depósito fechando-o por meio de um entrançado de varas emboçado e cuidadosamente caiado por dentro e por fora.

A colônia não acompanhava o que acontecia de novo no continente europeu, não só do ponto de vista científico, mas em relação a todas as inovações sociais, que se refletiam na arquitetura. De acordo com Hue (1999), “a arquitetura começou a ter uma expressão própria, e conseguiu uma liberdade e simplicidade ímpar, com formas suaves de miscigenação e sincretismo que não foi encontrado em nenhum outro lugar da América Latina”.

Lemos (1993) afirma que, estabelecidos os assentamentos definitivos na colônia, tanto nas cidades ou vilas como nas roças, alguns elementos relativos aos programas de necessidades e alguns entraves de ordem técnica fizeram com que as casas brasileiras apresentassem características próprias que vieram a singularizá-las como expressão americana de uma arquitetura residencial.



Figura 16: Pintura de Frans Post – Casa

Fonte: Gomes, 1998.

Nos fins do século XVI havia, em Olinda, uma boa quantidade de casas de pedra e cal, tijolos e telhas; mesmo assim, em alguns livros de história encontramos relatos de holandeses, no século XVII, que descrevem as casas de moradia de barro em Olinda como “miseráveis cabanas de argila”, além da falta de conforto e a não utilização de quadros, esclarecendo que as casas dos engenhos eram um pouco melhores (SMITH, 1969).

Através das pinturas de Frans Post observa-se que, em geral, as casas eram relativamente pequenas, com uma planta quadrada ou retangular, telhado em quatro águas, terminado em pontas. Por volta de 1630, as telhas de barro tinham excluído o uso da vegetação para a cobertura, em quase todos os engenhos de Pernambuco, ficando reservada a utilização deste tipo de cobertura para as senzalas.

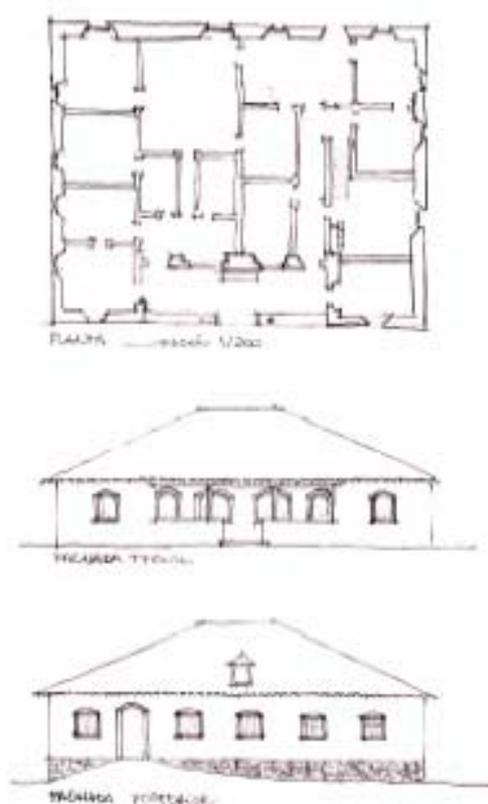


Figura 17: Modelo de Casa Rural
Fazenda do Manso – Ouro Preto-MG

Fonte: IPHAN

Desenho: Ana Guedes

As principais características destas casas, segundo Smith (1969), eram: planta quadrangular ou retangular, paredes de taipa de pilão, telhas em quatro águas, fachada constituída pela varanda entre a capela e o quarto de hóspede e a disposição dos quartos em volta da sala central. Este modelo é encontrado de norte a sul do Brasil, segundo Smith, principalmente em Minas Gerais, onde os bandeirantes paulistas difundiram esta tipologia habitacional.

Segundo Rodrigues (1945: 159), dois foram os aspectos da casa de moradia do Brasil antigo, a imutabilidade, que ocorreu em todo o território, recebendo características de cada região, e a simplicidade, bom senso e pobreza dos elementos decorativos:

... como um dos principais entre os elementos auxiliares para a melhor compreensão da nossa história, é, sem dúvida, o estudo da casa antiga no Brasil. Interessante pelas características permanentes desta casa principalmente pela unidade de seu aspecto em todo o território, e pela

A casa começa a evoluir, a área destinada ao serviço se transforma na sala de jantar, onde terá uma cozinha anexa de um lado e do outro um depósito. Na entrada uma varanda, onde de um lado tinha a capela e do outro o quarto de esteios, também utilizado para os viajantes, sem nenhum contato com a parte interna.

Os forasteiros que por elas passassem não tinham nenhum contato com as mulheres da casa, estas eram mantidas totalmente reservadas, numa clausura quase que absoluta, de acordo com os costumes de Portugal. Este costume chegou ao século XIX e foi relatado por Vauthier (1943).

imutabilidade, através do tempo, dos princípios que presidiram à sua construção, ...

A casa, de acordo com Rodrigues (1945), manteve, durante séculos, uma uniformidade imperturbada, numa constância impressionante, conforme o autor descreve:

... seria difícil resumi-las. Paredes lisas, vãos bem distribuídos e telhado simples; às vezes, uma varanda, quase sempre a chaminé de uma lareira. E, porém, acima de tudo, honesta, pois feita de boa fé e despida de artifícios e acessórios inúteis, o bom senso dá-lhe equilíbrio; a naturalidade, proporções; o instinto, apego à tradição...

Esse tipo de construção foi utilizado durante muito tempo, principalmente na zona rural, nas casas de engenho e de fazenda. A casa modificou-se a partir do desenvolvimento econômico, com as atividades mercantis, no Nordeste, e a exploração de ouro, em Minas Gerais. A partir deste momento, começou a se desenvolver uma arquitetura civil mais robusta e uma maior preocupação estética, mas sem esquecer os cuidados com a defesa e o caráter patriarcal.

Para Smith (1969:37), as casas dos senhores de engenho no período colonial eram mal construídas, tinham pouca originalidade e se confundiam com as casas rurais de outras regiões.

Gomes (1998), diferente de outros autores, faz uma classificação tipológica das casas rurais de Pernambuco, levando em consideração a sua morfologia, com a preocupação de identificar tipos e não ocorrências pontuais. O autor admite variantes, que são respostas temporais às exigências funcionais. Classifica as casas rurais em nove grupos, expondo suas características, além de subdividir de acordo com modificações funcionais de alguma parte do edifício. Conforme o corte cronológico, o trabalho se limita aos sete primeiros grupos.

O primeiro grupo é constituído pelas casas nortenhas de Portugal; este grupo abrange as casas mais antigas, construídas sem nenhuma preocupação com apuro estético e durabilidade, encontradas nas iconografias dos holandeses e têm como características principais: pavimento térreo parcial ou totalmente vazado, escadas internas e varandas entaladas, podendo ter, em alguns casos, escada externa e torre justaposta.

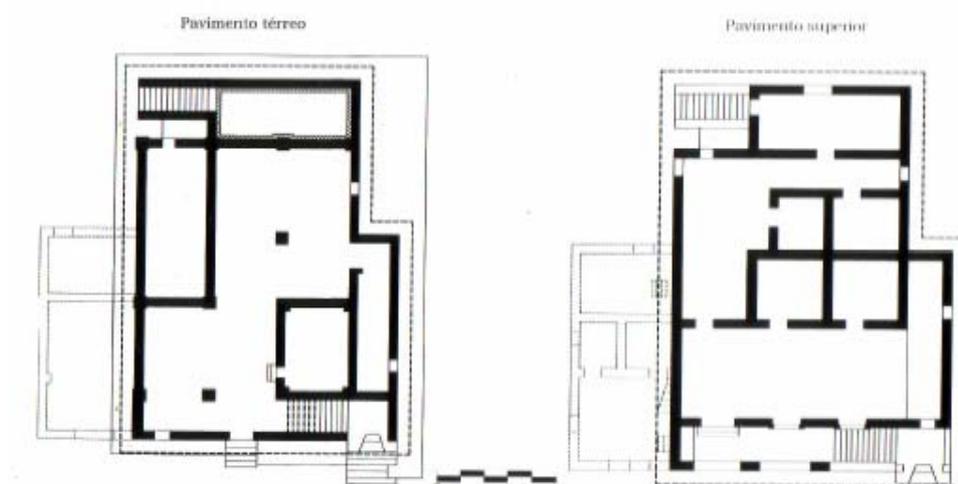


Figura 18: Plantas Baixas do Pavimento Térreo e do Pavimento Superior da Casa-Grande do Engenho Passassunga, em Bom Jardim, PE.

Fonte: Gomes, 1998.

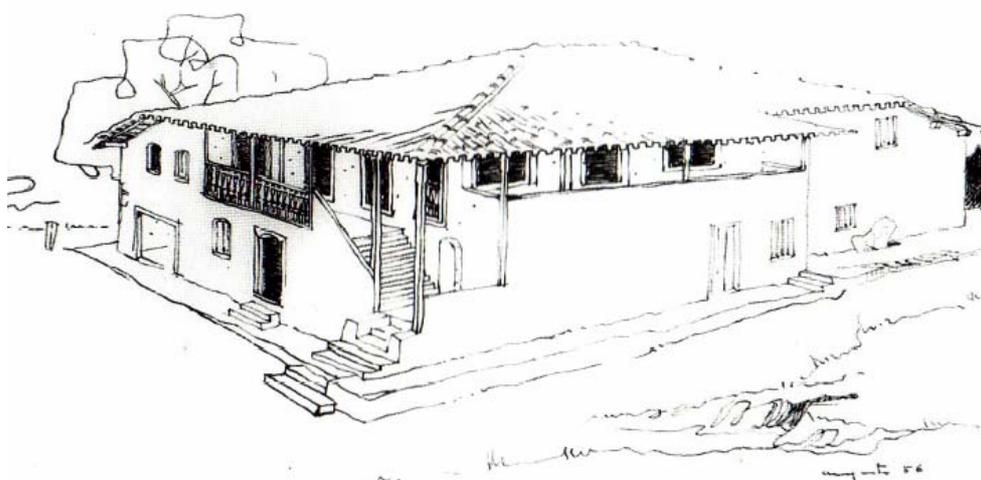


Figura 19: Perspectiva da Casa-Grande do Engenho Passassunga, feita pelo arquiteto Augusto Reynaldo, em 1956.

Fonte: Gomes, 1998.

O segundo grupo é o das casas torre, diferem do primeiro pelas torres em duas extremidades de sua fachada, construídas em alvenaria de tijolos ou pedras, com telhado em volume piramidal. Estas casas foram retratadas por Frans Post.

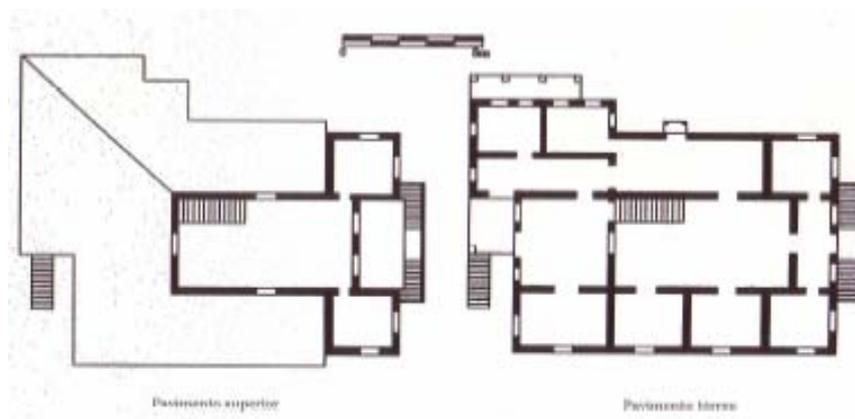


Figura 20: Plantas Baixas do Pavimento Térreo e do Pavimento Superior da Casa-Grande do Engenho Megaípe, em Muribeca - PE.
Fonte: Gomes, 1998.



Figura 21: Vista Frontal da Casa-Grande do Engenho Megaípe, PE.
Fonte: Gomes, 1998.

O terceiro grupo é o das casas solares, produzidas sem modificações substanciais das casas rurais de Portugal; seus exemplares vão do século XVII ao século XIX. Suas características são: utilização de dois pavimentos, sistema construtivo em alvenaria de pedra ou de tijolos, planta retangular, coberta em madeira revestida com telha de barro, telhado em quatro águas³, piso do pavimento superior em tábuas de madeira apoiadas em vigas de madeira.

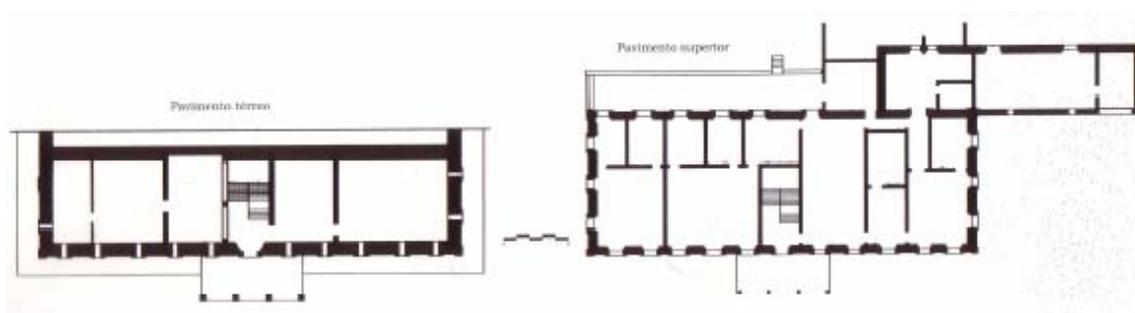


Figura 22: Plantas Baixas da Casa Grande do Engenho Matapiruna, em Escada -PE
Fonte: Gomes, 1998.



Figura 23: Vista da Casa Grande do Engenho Matapiruna, em Escada -PE
Fonte: Gomes, 1998.

³ Quantidade de planos de um telhado.

O quarto grupo é o das casas tipo sobrado, sob arcadas, com dois pavimentos, sistema construtivo em alvenaria de pedra e/ou tijolos, telhado em quatro águas, piso do pavimento superior em tábuas de madeira apoiadas em vigas de madeira. As paredes do térreo são vazadas, total ou parcialmente, pelos arcos plenos.

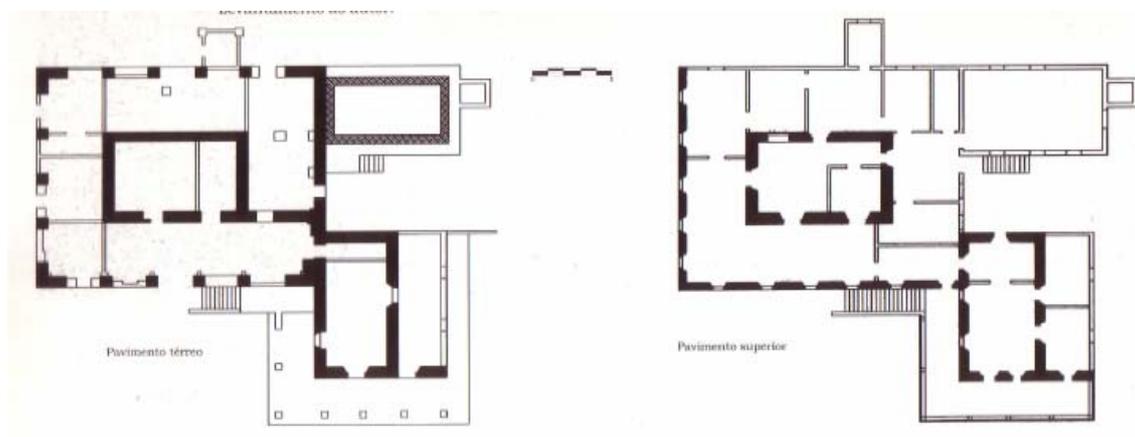


Figura 24: Plantas Baixas da Casa Grande do Engenho Gurjaú-de-Cima, em Cabo de Santo Agostinho -PE
Fonte: Gomes, 1998.



Figura 25: Vista da Casa Grande do Engenho Gurjaú-de-Cima, em Cabo de Santo Agostinho -PE.
Fonte: Gomes, 1998.

O quinto grupo é formado pelas casas tipo *bungalows*, tendo como características: pavimento único, coberta estruturada com madeira revestida com telha de barro, telhado em quatro águas, cobrindo o corpo da edificação e os alpendres, planta retangular em “U” ou “L”, paredes periféricas mais grossas que as internas e estas não vão até o teto. Este grupo foi construído ao longo do século XIX e pouco se modificou externamente.

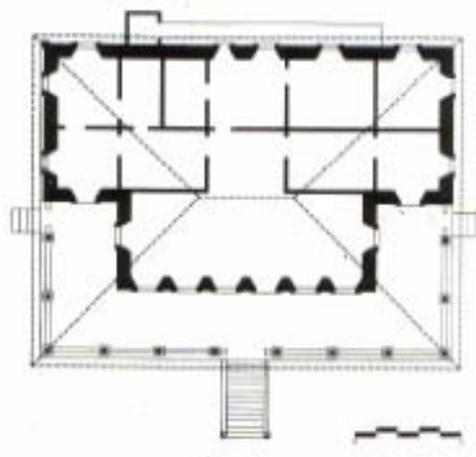


Figura 26: Planta Baixa da Casa Grande do Engenho Santa Helena, em Água Preta –PE.
Fonte: Gomes, 1998.



Figura 27: Vista da Casa Grande do Engenho Santa Helena, em Água Preta –PE.
Fonte: Gomes, 1998.

No sexto grupo as casas são denominadas de falso *bungalows*, suas características são: pavimento único, coberta em estrutura de madeira revestida em telhas de barro, mais alto e independente dos alpendres, planta retangular com alpendres em “U”, paredes periféricas em alvenaria de tijolos, mais grossas que as paredes internas, que não vão até o teto. Essa designação, falso *bungalows*, se deve às evidências de que o alpendre foi colocado depois, além do beiral da casa ter acabamento em cornijas de alvenaria com beira-sobeira⁴.

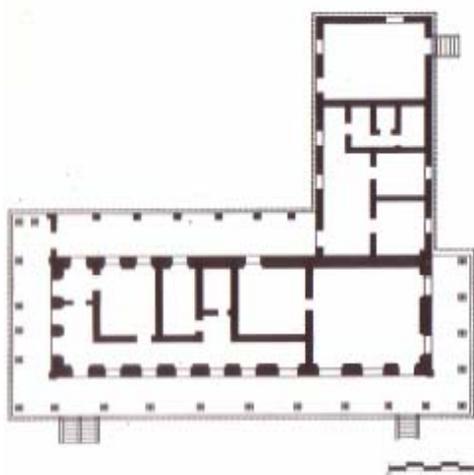


Figura 28: Planta Baixa da Casa Grande do Engenho Sete Rancho, em Amaraji – PE.
Fonte: Gomes, 1998.



Figura 29: Vista da Casa Grande do Engenho Sete Rancho, em Amaraji – PE.
Fonte: Gomes, 1998.

⁴ Ordem das telhas dispostas debaixo da beira do telhado para sustentar e reforçar as do beiral.

O sétimo grupo é formado por casas de grandes dimensões, que datam da 2ª metade do século XIX, têm a mesma característica dos *bungalows*, mas com um pavimento a mais.

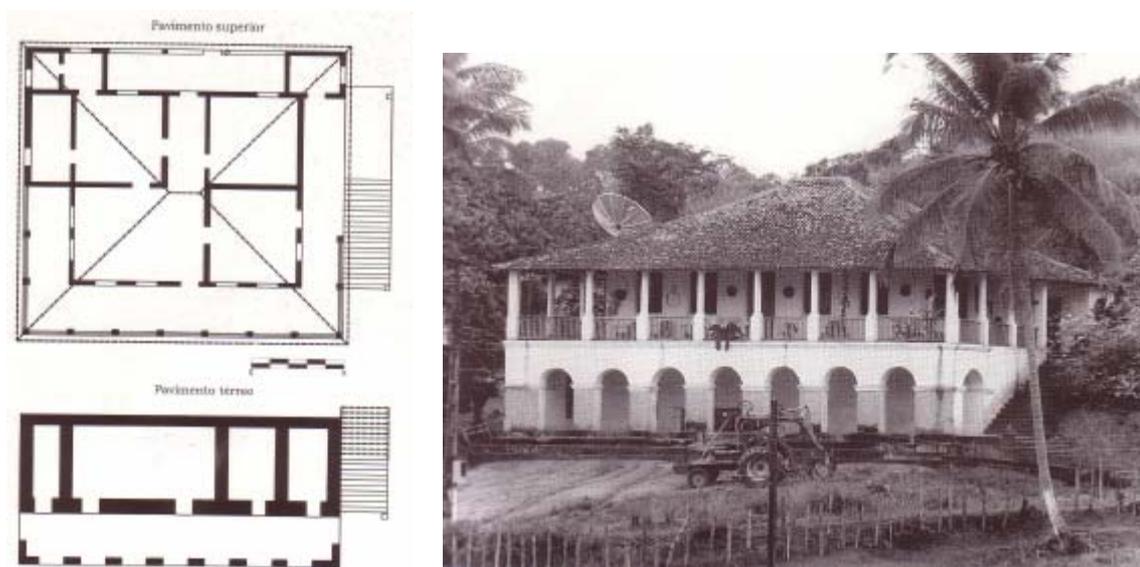


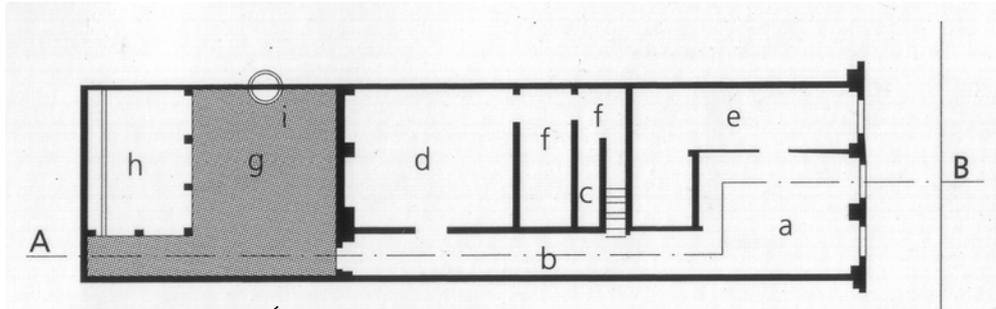
Figura 30: Plantas Baixas e Vista da Casa Grande do Engenho São José, em Sirinhaém –PE.
Fonte: Gomes, 1998.

Vauthier (1943) descreve a arquitetura residencial brasileira da primeira metade do século XIX e, segundo Gilberto Freyre (1943), que prefaciou sua obra, nesta descrição se encontram os principais pontos de referência do estudo de nossa história social, da formação de nosso caráter, da nossa cultura e da nossa sociedade.

Segundo o arquiteto francês, “quem viu uma casa brasileira, viu quase todas”. Em seu texto ele descreve uma casa simples, sem requintes, preocupada com o conforto térmico-ambiental. O autor comenta a exclusão social da mulher, que não se fazia presente diante de visitas masculinas, além da utilização da rede por parte do dono da casa, tanto na cidade como no engenho. Também comenta a existência de um grande número de serviçais e a falta de saneamento das cidades (VAUTHIER, 1943).

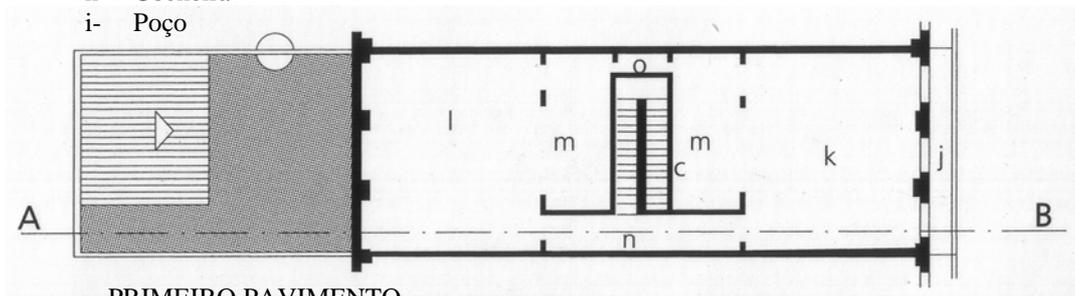
Em relação aos sobrados, descreve sua composição, em térreo e pavimentos superiores: no térreo se encontrava o depósito, quarto de hóspede, estábulo e quarto dos criados masculinos, podendo haver uma loja na frente da casa. No andar superior havia uma sala de frente, onde se recebiam as visitas, uma sala na parte posterior, onde ficavam as

mulheres e crianças, as duas ligadas por um corredor comprido, em que estavam dispostos uma ou duas alcovas fechadas e diversos cubículos sem iluminação. Da mesma forma se organizavam os andares de cima, se estes existissem, e por fim o último pavimento, em que havia a sala de jantar, a cozinha e os quartos das mucamas (VAUTHIER, 1943).



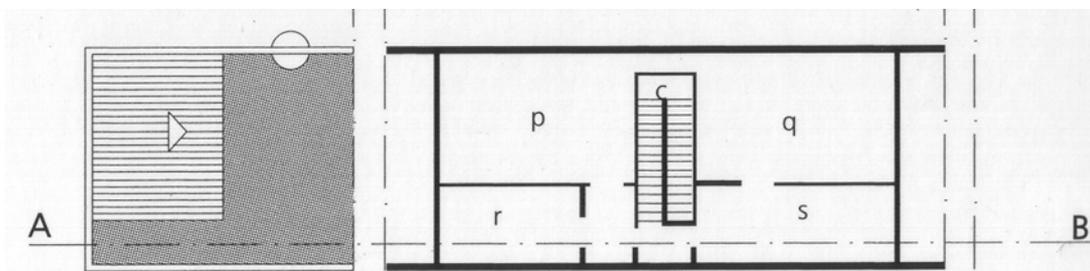
PAVIMENTO TÉRREO

- a- Vestíbulo
- b- Corredor
- c- Escada
- d- Quarto de Hospede
- e- Alojamento dos escravos masculinos
- f- Banheiros
- g- Pátio
- h- Cocheira
- i- Poço



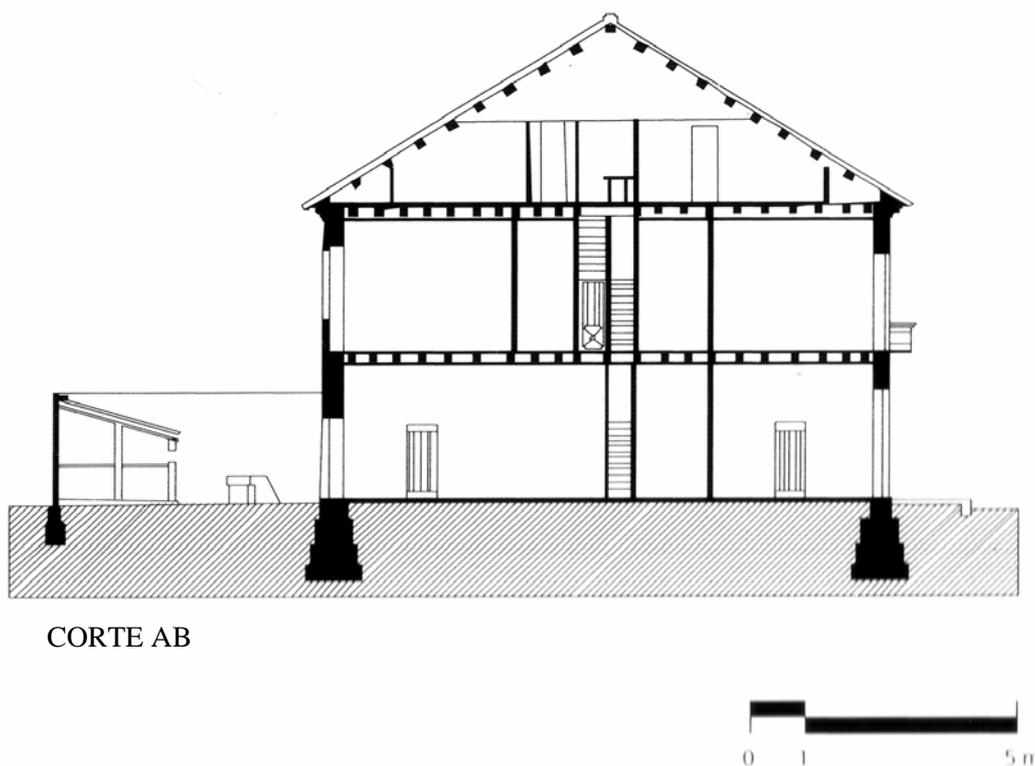
PRIMEIRO PAVIMENTO

- j- Balcão
- k- Sala da Frente
- l- Sala de Trás
- m- Alcovas
- n- Corredor Principal
- o- Corredor de descarga



SOTÃO

- p- Sala de Jantar
- q- Cozinha
- r- Escritório
- s- Quarto de passar e das escravas



CORTE AB

Figura 31: Plantas e Corte do Sobrado Recifense, segundo Vauthier.
 Fonte: Gomes, 2002

A cozinha locada no último pavimento foi uma característica tipicamente pernambucana, não observada em nenhum outro local; nos demais estados a cozinha localizava-se no rés-do-chão. Também em Pernambuco a influência árabe está bem presente em sua arquitetura, a casa mourisca, com terraços altos, recebendo ventilação e um pátio interno lajeado (VAUTHIER, 1943).

No Recife é observado o lote estreito, com larguras variando de 5 a 8 metros e as quadras que se dividem em um número de habitações independentes. Suas ruas eram desprovidas de vegetação, seguindo o ideal da metrópole. Essa arquitetura tradicional luso-brasileira foi questionada, pelos sanitaristas, durante o século XIX, pela sua insalubridade (VAUTHIER, 1943).

De um modo geral, o modelo de casa utilizado na área urbana não se modificou na área rural. Ainda hoje se tem um exemplo de arquitetura civil urbana do século XVI, é a casa da Praça de São Pedro, em Olinda-PE. Na sua planta encontram-se todos os elementos

que integram as descrições dos poucos autores que tratam do assunto, sendo utilizado até meados do século XIX, com exceção do muxarabi, que deixou de ser um elemento da arquitetura desde a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. Com uma arquitetura seiscentista, com características do estilo jesuítico: construção pesada, linhas retas e simplicidade na ornamentação.

O que é observado é a utilização, nas casas, da arquitetura do norte de Portugal, porém com material construtivo diferente: o barro substituiu as paredes de pedra, e a madeira, rara em Portugal, foi largamente empregada no Brasil. A arquitetura urbana de pedra e cal do renascimento português foi utilizada nos edifícios públicos e em algumas casas das povoações ao longo da costa.

No século XIX as construções eram erguidas em alvenaria de tijolo, e a pedra de cantaria era pouco utilizada, por tornar a obra dispendiosa. O tijolo não era caro, não exigia grandes habilidades nem grandes cuidados, além de permitir que as paredes tivessem pequenas espessuras. A boa qualidade do barro, que suportava enormes cargas e a possibilidade de ousar nas construções fizeram com que o tijolo fosse largamente empregado (VAUTHIER, 1943).

3.3 Materiais e Técnicas Construtivas

Dentro dos limites desta pesquisa interessa, não o estudo detalhado dos sistemas construtivos, mas uma visão geral que também indique os processos e os materiais utilizados. Em Pernambuco, os materiais disponíveis para construção foram: pedra de cantaria; tijolos (fabricados muito antes da invasão dos holandeses); pedra lioz; madeira e cal.

A escassez de mão-de-obra qualificada e a abundância de madeira são fatores pertinentes ao começo da colonização; a utilização da taipa como sistema construtivo foi o que mais marcou as construções coloniais registradas pelos artistas holandeses.

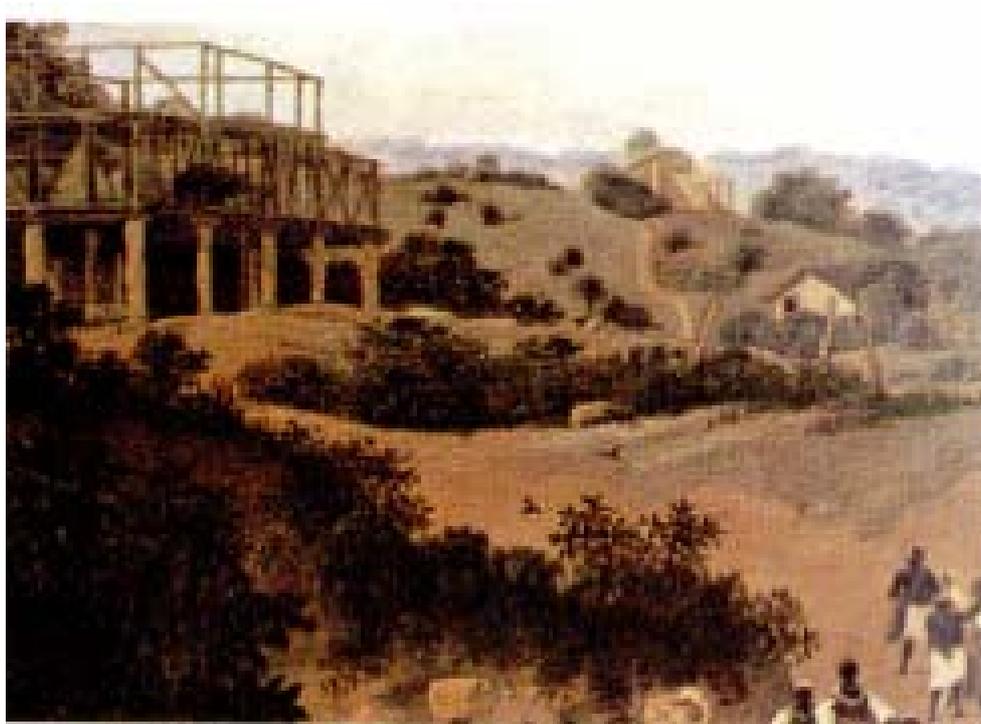


Figura 32: Pintura de Frans Post, observar a edificação sendo construída.
Fonte: Gomes, 1998.

A lógica em trabalhar com materiais encontrados em abundância na natureza, aliada a um fator importante, o clima tropical, originou uma edificação livre da robustez e concebida de modo que não tornava onerosa a construção.

Os edifícios dos engenhos e das fazendas eram organizados no terreno dentro de uma lógica social e funcional. Gomes (1998:131) comenta que:

A princípio, dispostos organicamente dentro do terreno e, mais tarde, delimitados por um pátio interno de forma retangular, os edifícios foram sempre independentes entre si quanto às suas formas e aos sistemas construtivos utilizados.

Desses edifícios, a capela destacou-se pela durabilidade dos materiais utilizados na sua construção e pelo apuro estético na execução de suas fachadas e de seus ricos interiores. Os demais edifícios poderiam ser provisórios e isto evidenciava pelos materiais com que eram construídos.

Referências sobre as construções em taipa podem ser encontradas nos documentos portugueses do século XVI e em documentos holandeses do século XVII, além de constarem também em relatos de viajantes no século XIX. As notícias do uso da taipa são imprecisas, no que concerne à sua discriminação, podendo ser taipa de pau-a-pique ou taipa de pilão.

A taipa de pau-a-pique foi o sistema construtivo mais utilizado nas casas grandes e nas senzalas do período colonial e imperial. A taipa de pilão não seria indicada para a construção de fábrica, devido aos vãos que este edifício requeria, mesmo assim era utilizada (GOMES, 1998:27).

O sistema construtivo da taipa de pau-a-pique foi o mais utilizado durante a época colonial, é formado por uma estrutura de treliça de madeira, composta por peças verticais e horizontais unidas com cipó. O barro é beneficiado com outros materiais, que aumentam o endurecimento e evitam rachaduras, como: capim ou crina de animal, cal ou areia, às vezes utiliza-se cascalho e até estrume, sendo o barro misturado arremessado na estrutura de madeira, na qual adere (ALBENAZ; LIMA, 2003: 587).

Da taipa de pau-a-pique resultam paredes leves, com 15 centímetros de espessura, em média, seu nome varia de acordo com o local; também conhecida como taipa de mão, taipa de sopapo, taipa de sebe, taipa de pescoção; em Portugal, é conhecida como frontal à galega. Ainda hoje encontram-se casas que utilizam este sistema construtivo (ALBENAZ; LIMA, 2003: 587).

A taipa de pilão é executada com os mesmos materiais, mas utilizando uma técnica diferente, sua espessura varia de 30 a 150 centímetros. A terra é apiloada dentro de formas de madeira, conhecidas como taipal, que se desloca ao longo da parede e para o alto, de acordo com o que vai ficando pronto. As paredes são acrescidas com peças de madeira, que reforçam as estruturas; desta forma, a parede é formada por vários blocos de terra. A terra ideal para a taipa de pilão é a terra vermelha, livre de vestígios de matéria orgânica e com grande umidade natural (ALBENAZ; LIMA, 2003: 587).

A utilização da alvenaria de tijolo maciço em Pernambuco é registrada desde o século XVI, sendo o sistema construtivo preferido pelos senhores de engenho mais abastados; com o tijolo eles construíam suas fábricas e a casa grande (GOMES, 1998:27). De acordo com Rodrigues (1945:160), o tijolo primitivo tinha dimensões de 23x13x3,5 centímetros e era usado em colunas, alvenaria de terraços ou como ladrilhos.

Sobre a alvenaria de tijolo, Vauthier (1943: 152,153) relata, já no século XIX:

O comum é o tijolo que geralmente não é caro e cuja mão de obra não exige grandes cuidados nem grandes habilidades, e permite dar às paredes uma espessura pequena. O tijolo utilizado nas paredes externas tem em geral grandes dimensões. Dão-lhe 44 centímetros de comprimento por 22 de largura e de 6 a 7 centímetros de espessura. Esses tijolos são freqüentemente mal feitos; e a argila é mal desembaraçada dos cascalhos mais grossos e a queima não é de modo algum satisfatória. O barro porém é de boa qualidade que podem suportar cargas enormes e se prestam a notáveis ousadias de construção.

Este sistema construtivo também foi documentado no século XVII, pelos holandeses. As dimensões dos tijolos não seguem um padrão, os produzidos nas olarias da capitania são grandes, bem maiores que os trazidos da Holanda.

Quando o Recife foi ocupado pelos holandeses havia uma necessidade urgente de construir habitações, mas ocorreram dificuldades na obtenção do produto nas olarias dos engenhos. Com isso, os holandeses importaram os *tijolos de Frísia*, cujas dimensões eram aproximadamente 17 x 08 x 04 centímetros (GOMES, 1998:27).

As descrições dos tijolos de barro também são feitas por Sousa (2000 : 303), quando se refere à Bahia:

...tem na Bahia muito barro de que se faz muita e boa telha, e muito tijolo de toda a sorte; do que há em cada engenho um forno de tijolo e de telha, nos quais se coze também boa louça....

Ainda nos relatos de Vauthier (1943:154), há referências à pouca utilização da pedra de cantaria, devido ao custo, além do ladrilho para pavimentação, que era feito com um barro de melhor qualidade e uma queima mais perfeita. As paredes internas ou divisórias eram construídas com tijolos especiais, com secção de 7 a 8 centímetros, empregando, às vezes, o tijolo de meia parede, mas raramente, no século XIX, usava-se a taipa (VAUTHIER, 1943:155).

Os tijolos podem ser classificados em cozidos e prensados, os tijolos cozidos eram feitos em fornos de olaria, os prensados, também conhecidos como tijolos de adobe, tinham sua composição feita com areia e, para aumentar a resistência, podiam receber: estrume e fibra vegetal ou crina. Não sendo cozido, ele era seco à sombra, depois ia para o sol.

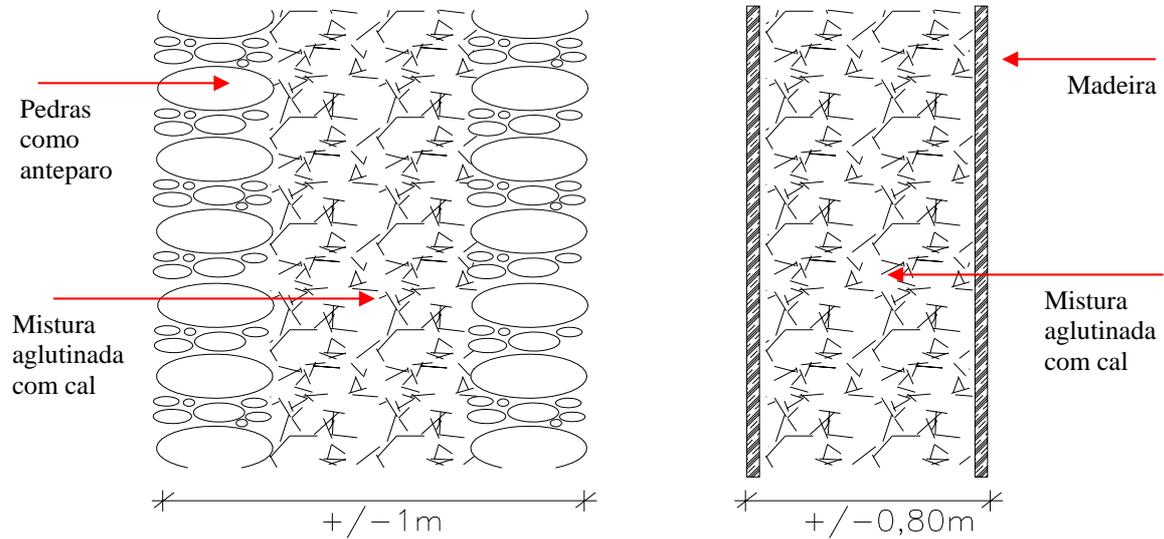
Conforme afirma Gomes (1998:28), a alvenaria de pedra foi o sistema mais empregado na construção das capelas rurais. Este material, de maior resistência, deveria ser empregado devido ao valor simbólico do local, pois a capela era utilizada como cemitério dos membros da família do senhor de engenho.

Em Pernambuco, as pedras utilizadas na construção foram, em sua maioria, retiradas dos arrecifes naturais, além dos afloramentos rochosos existentes nas propriedades rurais. A madeira também foi utilizada nas cobertas, juntamente com as telhas de barro, e nos assoalhos das casas com mais de um pavimento.

Sobre as argamassas, sua composição variava, podendo ser: areia com cal, barro com cal, óleo de baleia, melaço com barro e até barro com água. A cal era um material largamente empregado na construção, pois, além de servir como aglutinante, também era usado para revestir paredes, dando acabamento (ALBENAZ; LIMA, 2003:11).

Um tipo de sistema construtivo e de baixo custo, empregado durante o período colonial, é o canjicado. Com uma metodologia semelhante à do concreto, em que se utiliza uma fôrma, que é preenchida com a mistura, o canjicado era feito com madeira ou pedras como fôrmas, dependendo de sua função no edifício. Seu enchimento era feito a partir

do aproveitamento de materiais, podendo ter restos de uma construção adicionada a pedras e, por fim, uma mistura com areia, cal e água, como aglutinante.



Croqui 01: Modelos de Canjicado utilizados durante o período colonial

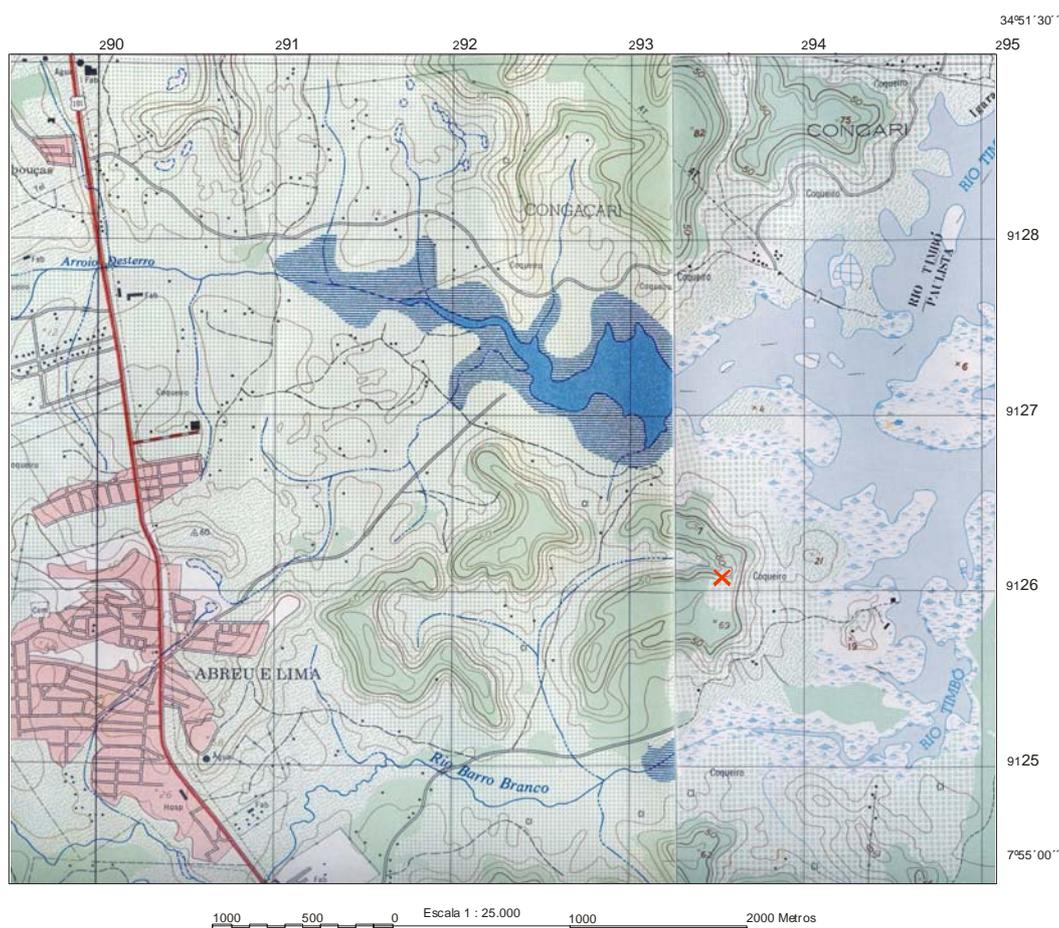
Autoria: Ana Guedes

4º Capítulo

A ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Este capítulo relata a localização, os dados históricos, as características ambientais e a escavação arqueológica na área da casa de vivenda dos monges da Fazenda de São Bento de Jaguaribe.

De acordo com as cartas da Sudene, a Fazenda de São Bento de Jaguaribe está situada a $07^{\circ}54'07,4''$ de latitude sul e $34^{\circ}52'21,2''$ de longitude oeste, com uma altura de 69 metros acima do nível do mar. Faz parte da zona rural do município de Abreu e Lima, distando 4Km do centro e 14 Km da cidade do Recife (Mapa 3).



Mapa 3: Detalhe das cartas da Sudene – Folha SB.25-Y-C-VI/3-SO MI-1293/3-SO e SB.25-Y-C-VI-3-SE. A cruz em vermelho indica o local da Fazenda de São Bento de Jaguaribe.

Fonte: Carréra (2005).

4.1 - Dados Históricos

As primeiras informações que se tem sobre a área em que a fazenda beneditina está implantada é que, em 24 de julho de 1540, Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, doou a Vasco Fernandes de Lucena, feitor e almoxarife da capitania, e a seus filhos, uma porção de terra localizada na Sesmaria Jaguaribe, conforme descrito no Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda (1948), na folha 149, com a seguinte intitulação:

Translado da data de huma Legoa de terra em quadra, que fes Duarte Coelho a Vasco Fernandes para elle, e soes filhos, que he a terra, em que temos a Fazenda Jagoaribe.

Neste documento encontram-se registrados os limites das terras doadas, através de pontos geográficos, onde Vasco Fernandes e seus filhos fundaram os engenhos de Jaguaribe e Ayamam. Outras propriedades rurais fixaram-se neste local, tornando a Sesmaria Jaguaribe um núcleo de povoação da capitania.

As informações sobre os beneditinos na área encontram-se registradas no Livro de Tombo e referem-se a doações e compras de terras; em 18 de julho de 1598, nos limites de Jaguaribe, os padres recebem por doação um pedaço de terra; em 07 de julho de 1615, está descrito a compra de uma ilha entre o rio Jaguaribe e o rio Ayamam, pelos beneditinos; em 29 de outubro de 1647, a Sra. Ignez de Oliveira faz, através de seu testamento, um legado de terras aos monges, no limite entre as terras destes e o engenho Jaguaribe; e, por fim, encontra-se registrado no Livro de Tombo a compra de um partido de cana ao Sr. Paulo Almeida, em 26 de novembro de 1647.

Esses dados levam a concluir que os beneditinos estavam ligados ao local desde o final do século XVI, e até meados do século XVII estabeleceram as terras da fazenda. Encontra-se registrado na bibliografia que a propriedade possuía: olaria, com dois fornos; caieira, na qual era produzida a melhor cal da região; salina; engenho de farinha; depósitos para armazenar os produtos manufaturados e uma agricultura de subsistência em que se cultivava milho, mandioca, arroz, feijão, café e legumes.

A fazenda também possuía uma capela, a casa de vivenda, duas senzalas, cozinhas nas senzalas, adega, enfermaria, rouparia, estribaria, uma cacimba, construídas pelos religiosos; também tinha canoa, criação de caprinos e carro de tração animal (ROCHA, 1948).

Nos Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda (ROCHA, 1948) há informações sobre as propriedades dos beneditinos, incluindo a fazenda, no período de 1828 até o ano de 1893, relatórios administrativos dos bens feitos a cada triênio e relatos ligados à economia do mosteiro, incluindo os pedidos de alforrias e seus pagamentos.

Em relação à casa de vivenda, objeto deste estudo, há relatos sobre os reparos feitos no triênio de 1828 a 1830, recebendo um novo lance de telhado e mais dois cômodos, com o telhado da sala celado, prestes a cair; refere também uma sala do meio e alguns quartos que receberam reparos. No triênio de 1869 a 1872 a casa sofre novos consertos, sendo reedificada entre 1872 e 1875, aproveitando os alicerces.

Em setembro de 1877 as terras são aforadas; contudo, o novo proprietário não paga o foro e o mosteiro reivindicou o direito à posse das terras, que passam a fazer parte do espólio beneditino no triênio de 1879 a 1881, porém com algumas perdas.

Durante todo o século XIX, os monges beneditinos de Pernambuco vão alforriando os escravos de suas propriedades, chegando a congregação, em 29 de setembro de 1871, a libertar todos os seus escravos. O mosteiro de Olinda tinha, na data da libertação, 228 escravos, sendo 37 da fazenda de São Bento de Jaguaribe (ROCHA, 1948).

Além da libertação dos escravos, a Ordem Beneditina, no final do século XIX, sofria com o número reduzido de religiosos, devido à Lei de Pombal, de 1764, que proibia a recepção de noviços nas corporações monásticas de Portugal e do Brasil (ENDRES, 1980:137). Aqueles que faziam parte da Ordem estavam com a idade avançada e os claustros dos mosteiros estavam vazios, a Ordem tendia a desaparecer.

No relato de Koster (2002:369), em 1812, quando o viajante inglês arrendou as terras do Engenho Jaguaribe, as terras dos frades beneditinos estavam em perfeita ordem; a Ordem Beneditina era rica e possuía grandes propriedades. Segundo Koster (2002:378), a escravaria na Fazenda de São Bento de Jaguaribe atingia uns cem (100) homens, de todas as idades, e o feitor era um mulato escravo.

As últimas anotações do manuscrito, a respeito das propriedades em geral, remetem à data de 26 de abril de 1893, em que estão descritas as dificuldades que o mosteiro passava, com suas terras arrendadas e os pagamentos bastante atrasados.

A propriedade beneditina em Jaguaribe foi iniciada nos fins do século XVI, começo do século XVII, conforme consta no Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, e, de acordo com o Manuscrito do Mosteiro de São Bento de Olinda, os monges administraram pessoalmente a fazenda até fins do século XIX, arrendando depois. Hoje, a área está sob o regime de comodato com a Associação Santa Clara, pertencendo aos beneditinos; no topo da colina localizam-se as edificações da fazenda em ruínas, em meio a casebres levantados pelos trabalhadores rurais sem terra, há mais de dez anos.

4.2- Características Ambientais

O litoral do Estado de Pernambuco está dividido em três setores: litoral sul, região metropolitana e litoral norte; o objeto de estudo está localizado no litoral norte, composto por oito municípios: Araçoiaba, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Itaquitinga, Paulista e Abreu e Lima. Estes municípios, do ponto de vista político-administrativo, pertencem à Região Metropolitana do Recife.

Conforme refere Barbosa (2004:25), a área está localizada na Bacia Pernambuco-Paraíba, apesar de haver divergência, entre vários autores, sobre esta denominação. Segundo este pesquisador:

A separação das bacias Pernambuco e Paraíba como bacias distintas, ainda é uma proposta nova, apesar de ser antiga a discussão. Os eventos que atuaram em tempo e circunstâncias diferentes, incluindo o período de subsistência dessa região que permitiu o preenchimento

sedimentar da Bacia Paraíba, são chaves importantes para a compreensão da abertura do Oceano Atlântico. A evolução tardia da Bacia da Paraíba em relação às bacias vizinhas ainda carece de maiores informações.

Os estudos que estão sendo feitos evidenciam a existência de duas bacias, separadas pelo Lineamento de Pernambuco, ao sul fica a bacia de Pernambuco, e ao norte a bacia da Paraíba, devido às diferenças de suas características geológicas (BARBOSA, 2004:26).

A Bacia Pernambuco-Paraíba está dividida em quatro sub-bacias, subdivisões que se baseiam nas principais feições tectônicas. A área de estudo enquadra-se na sub-bacia Olinda, e localiza-se entre o Lineamento Pernambuco, ao sul, e a Falha de Goiana, ao norte.

As pesquisas geomorfológicas realizadas por Barbosa (2004), na área da sub-bacia Olinda, constataram os seguintes depósitos, associados às formações:

- Depósitos Argiloarenosos Continentais – Formação Barreira (terciário - quaternário);
- Calcários e Margas – Formação Gramame (campaniano - maastrichtiano);
- Arenitos Calcíferos – Formação Itamaracá (campaniano); e
- Arenitos Continentais – Formação Beberibe (santoniano - campaniano).

A área da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, segundo a classificação de Koppen, está inserida no domínio do clima tropical úmido, do tipo As', ou pseudo-tropical. A temperatura média anual oscila em torno de 24°C, nos meses frios, e 27°C, nos meses quentes. A precipitação pluviométrica anual é, em média, de 1.610,7 mm, com chuvas de outono a inverno, motivadas por ciclones da Frente Polar Atlântica, no período de abril a agosto.

A cobertura vegetal, em sua composição original, corresponde à Mata Atlântica, atualmente alguns remanescentes da Mata são encontrados nas encostas dos morros com alta declividade. Existem, no município de Abreu e Lima, duas reservas ecológicas, com

resquícios da Mata Atlântica: Miritiba e São Bento, segundo a lei número 9989, de 13 de janeiro de 1987.

Contudo, a reserva de São Bento não foi implantada e continua sendo desmatada, foi invadida por trabalhadores rurais sem terra há cerca de dez anos. Hoje em dia eles se apossaram do local e restam apenas aproximadamente 10% da Mata (FALCÃO, 1999: 4).

4.3- A Escavação

As primeiras pesquisas arqueológicas realizadas na Fazenda de São Bento de Jaguaribe, cadastrado no Iphan como Sítio São Bento, tiveram por finalidade estabelecer o modelo geral de uma propriedade rural. Nesta fase, foi dada ênfase ao estudo da distribuição espacial das estruturas arquitetônicas identificadas.

A pesquisa de campo foi realizada no período de 16 de janeiro a 13 de fevereiro de 2006, sob a coordenação geral da professora Cláudia Oliveira e coordenação de campo da mestranda Ana Paula Guedes.

A equipe de campo foi composta pelos alunos do Mestrado em Arqueologia, alunos do Curso de História e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco, alunos da Fundação de Ensino Superior de Olinda (Funeso), e do Laboratório de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco, além da participação dos professores José Luís Mota Menezes, Roberto Araújo, Alcina Barreto e Lucila Borba.

Para sistematizar a recuperação das estruturas remanescentes, o sítio arqueológico foi dividido em três setores, de acordo com a Planta de Divisão de Setores: Setor I, área da unidade habitacional; Setor II, área da igreja e parte da senzala; Setor III, área da senzala (Planta 01 – Setorização do Sítio).

Para organizar a escavação foi planejada uma malha no setor I, conforme a Planta 02 - Setor I. A limpeza da área da pesquisa foi executada por mão-de-obra contratada nos

arredores do sítio, na semana anterior ao início da escavação, conforme a área delimitada no plano de pesquisa (Fotos 1 e 2).



Foto 1: Detalhe entre do pátio da igreja e a casa. Foto 2: Detalhe da parte interna da casa.

A área total trabalhada nesta escavação foi de 1368m², as quadrículas tinham 4m² e eram subdivididas em quadrantes de 1m². O tamanho das quadrículas ficou definido pela necessidade de uma melhor visualização das estruturas arquitetônicas, expostas de maneira que facilitassem a compreensão dos cortes estratigráficos e a interpretação da cultura material coletada.

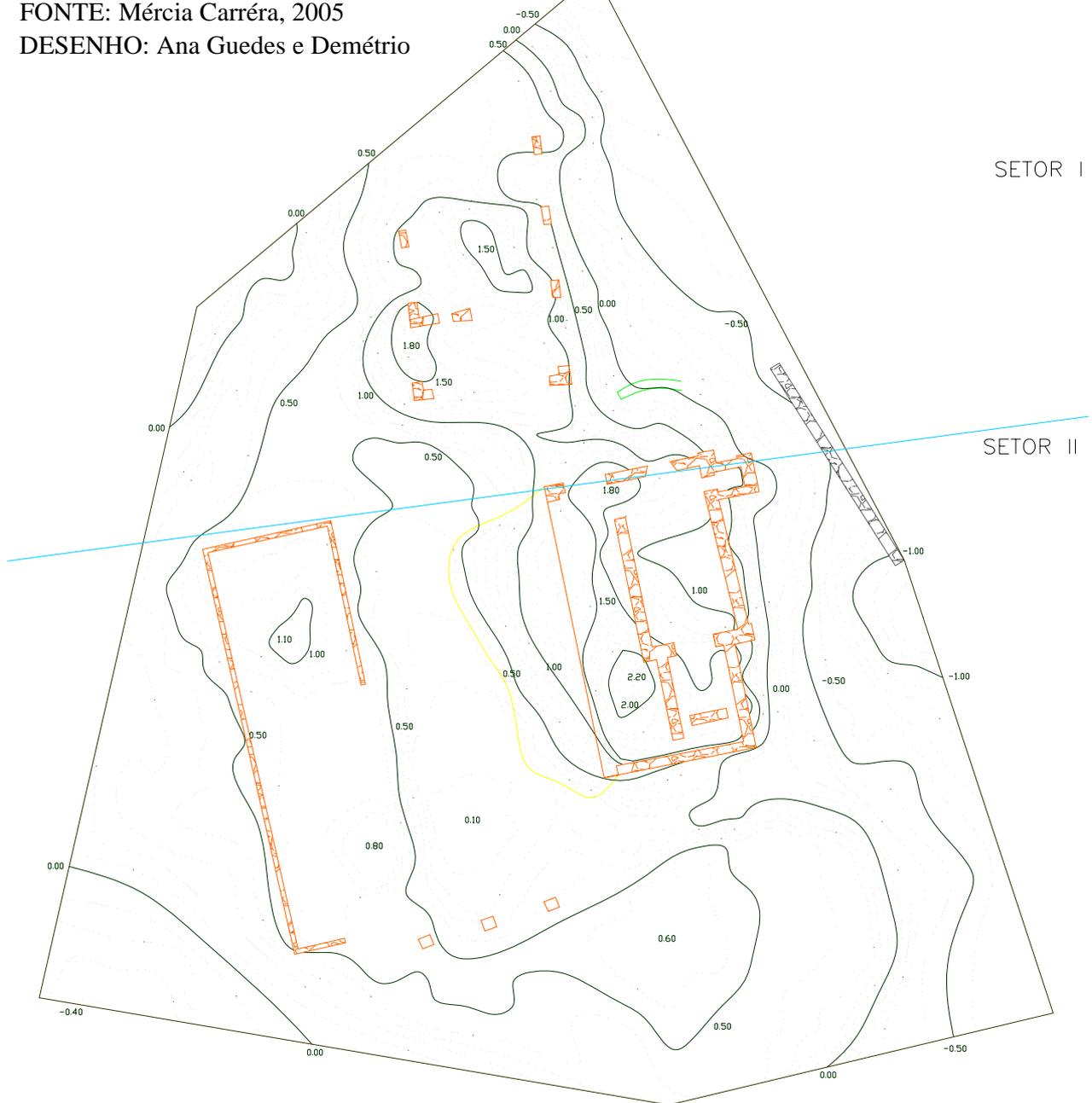
Buscou-se trabalhar com a metodologia de áreas abertas, superfícies planas, em que as trincheiras delimitavam os espaços, levando em consideração uma escavação progressivamente para qualquer direção, de acordo com os procedimentos propostos por Wheeler (1961); além de integrar os setores. Foram utilizados registros fotográficos, desenhos, cadernetas de campo e a topografia, sendo esta registrada com o nível da CSokkia e a estação total.

Em relação às camadas estratigráficas, foram estabelecidos os níveis naturais como ponto de partida da escavação, pois a primeira camada era composta pelo entulho, que chegava a uma altura, em média, de 50 cm. Algumas partes foram aprofundadas para o estudo da estratigrafia, sendo utilizados níveis artificiais.

PLANTA DE DIVISÃO DE SETORES

FONTE: Mércia Carréra, 2005

DESENHO: Ana Guedes e Demétrio

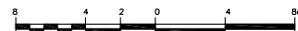


Legenda

-  Curvas de nível
-  Estruturas em ruínas
-  Área do desmoronamento da parede
-  Muro de contenção
-  Estruturas evidenciadas
-  Estações
-  DIVISÃO DOS SETORES

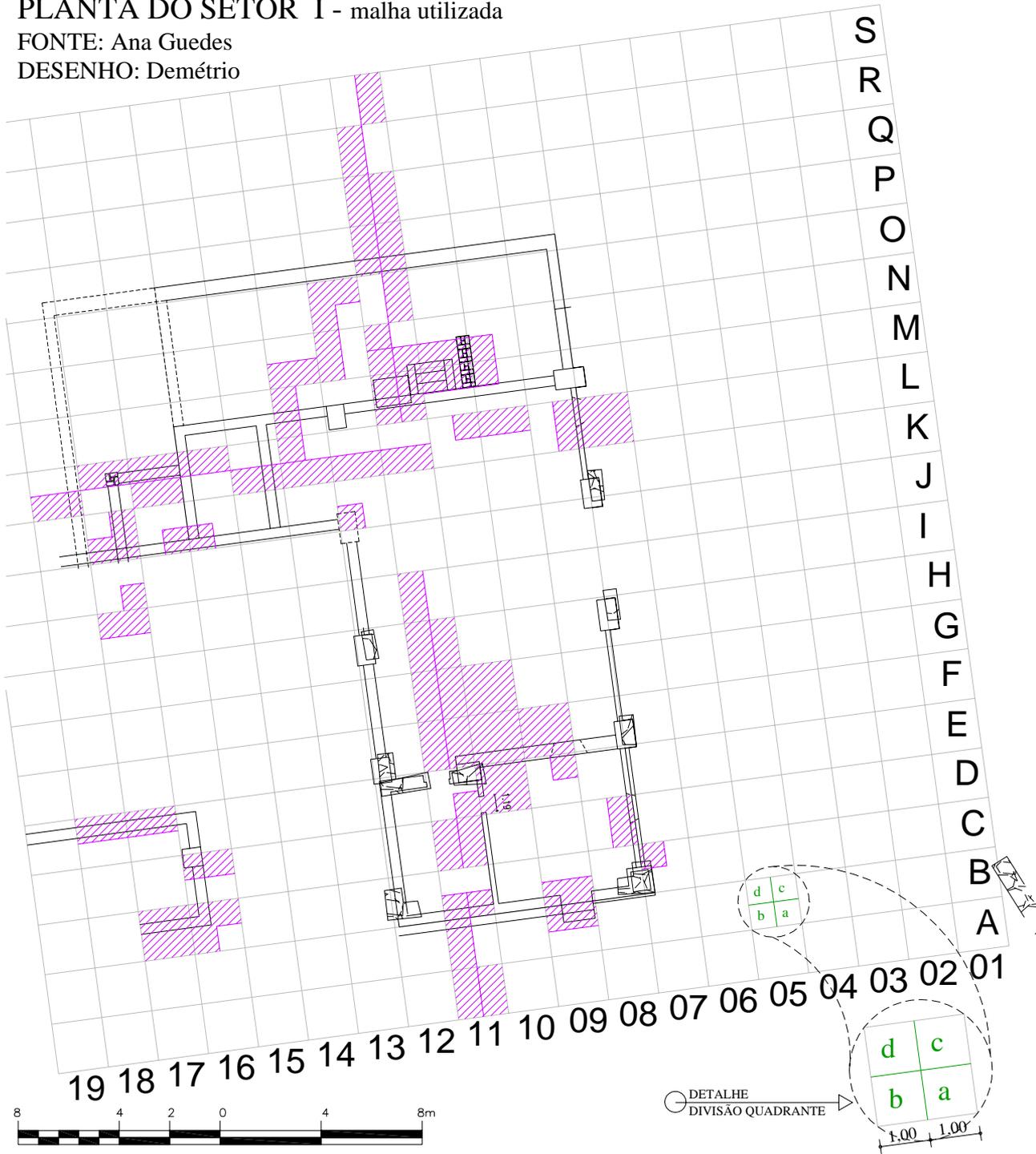
Sítio: São Bento
Município: Abreu e Lima - PE
Campanha: Fevereiro / Março 2005
Plano de Detalhe e curvas de nível
Equidistância de 10cm

N.M.



PLANTA DO SETOR I - malha utilizada

FONTE: Ana Guedes
 DESENHO: Demétrio



Legenda

 Área Escavada

Observação

Os Números correspondem as TRINCHEIRAS
 As Letras correspondem as QUADRÍCULAS

Sítio: São Bento
 Município: Abreu e Lima - PE
 Campanha: Janeiro / Fevereiro 2006
 Plano de Detalhe - Área escavada

N.M.



A casa encontra-se bastante deteriorada, seja pela ação antrópica, seja pelas intempéries; além disso, muitos materiais foram retirados para construção de novas casas; restaram apenas as ruínas e o entulho da edificação. Outro fato que tem contribuído para a destruição do sítio é a estrada que passa no meio da casa, por onde se deslocam pessoas com carros-de-mão, animais, carroças e veículos automotores (Foto 3).



Foto 3: Carroça passando na estrada que corta o meio do sítio.

Para verificar o modelo de casa e seu organograma, através dos dados arqueológicos, a campanha do Sítio da Fazenda de São Bento de Jaguaribe utilizou uma malha de 2x2m, nomeando as trincheiras com números e as quadrículas com letras maiúsculas, num sistema de coordenadas x y. Para agilizar o trabalho, as quadrículas foram divididas em quadrantes, nomeados com letras minúsculas (Planta 02 – Setor I).

As técnicas de escavação vêm se desenvolvendo desde o século XIX até os dias atuais. Não existe um método eficaz que possa ser utilizado como um modelo irrefutável, e, sim, métodos que se adequam de acordo com cada escavação.

4.3.1- Descrição das Quadrículas

Para um melhor entendimento do trabalho realizado, as quadrículas serão descritas a partir das linhas numéricas, para possibilitar a visualização da área pesquisada.

LINHA 7

Quadrícula 7L

Esta quadrícula foi aberta na primeira semana da prospecção, com a intenção de evidenciar uma provável passagem da parte interna para a externa. Foi observada estrutura de parede composta por tijolo, pedra tipo Cabeça de Nego e argamassa, uma mancha de pedras calcárias e tijolos aglomerados, provenientes de queda (Esquema 1).

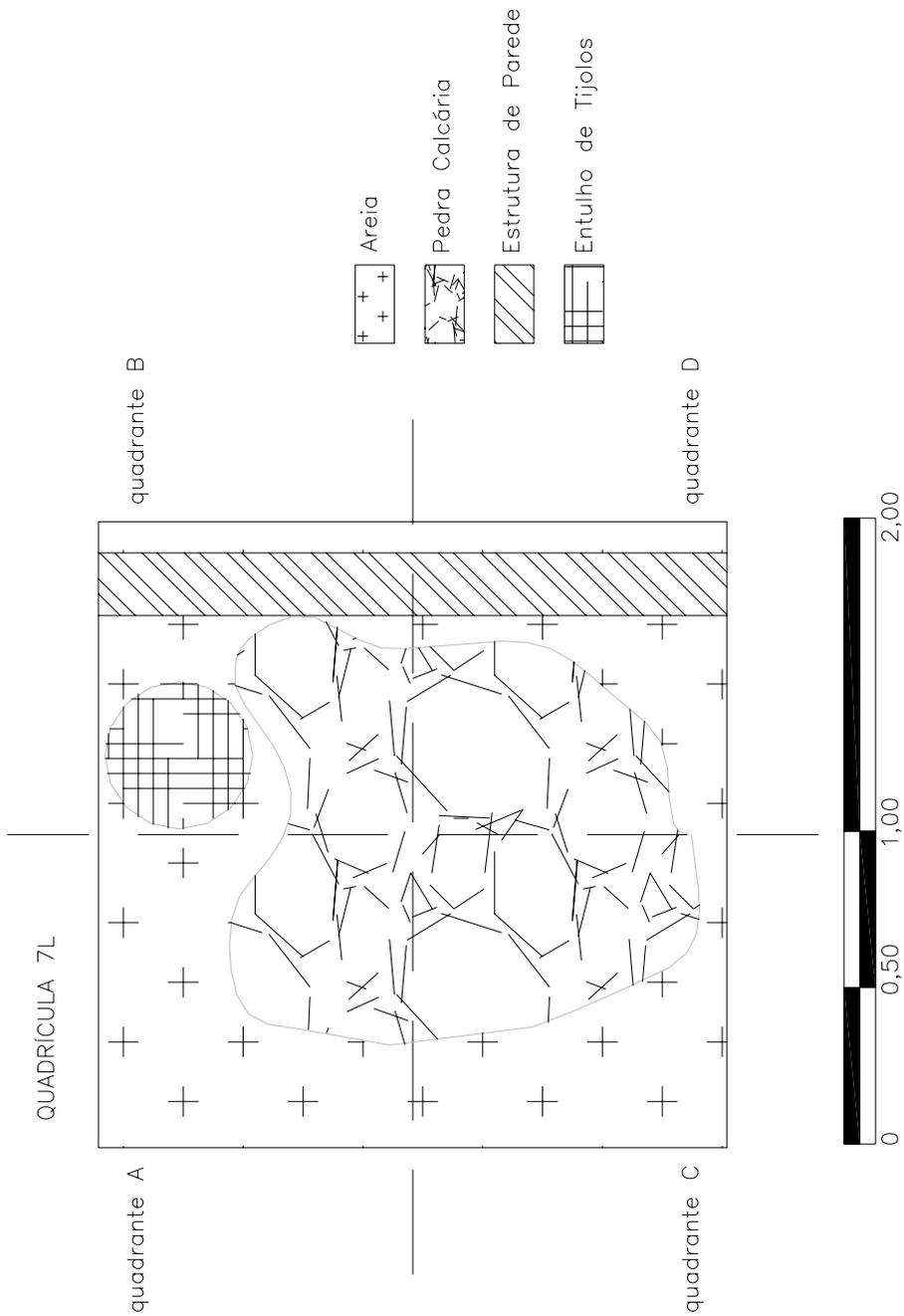
Existe uma declividade em direção aos **quadrantes a** e **c**, as pedras calcárias estão desniveladas, dando a impressão de rampa, porém existe um coqueiro no limite da quadrícula, entre os **quadrantes a** e **c**, com raízes salientes e com altura que indica uma idade avançada (Fotos 4 e 5).



Foto 4: Bioperturbações, raízes do coqueiro.



Foto 5: Vestígios, as pedras calcárias fazem parte do piso externo, e o aglomerado de tijolos e argamassa são provenientes da parede que desabou.



Croqui 2: Planta baixa da Quadrícula 7L.

LINHA 8

Quadrícula 8D

Foi encontrada a base do alicerce da parede externa da casa, escavada até uma profundidade de 90cm, vislumbrando-se um sedimento amarelo misturado com muitos vestígios de cal, tendo uma proximidade muito acentuada com a igreja, foi encontrada uma estrutura perpendicular ao alicerce da parede (Foto 6), além de uma provável abertura acima dos alicerces da casa, na altura do piso (Fotos 7 e 8).



Foto 6: Alicerces da parede e parede perpendicular.



Foto 7: Base da parede, vista superior.

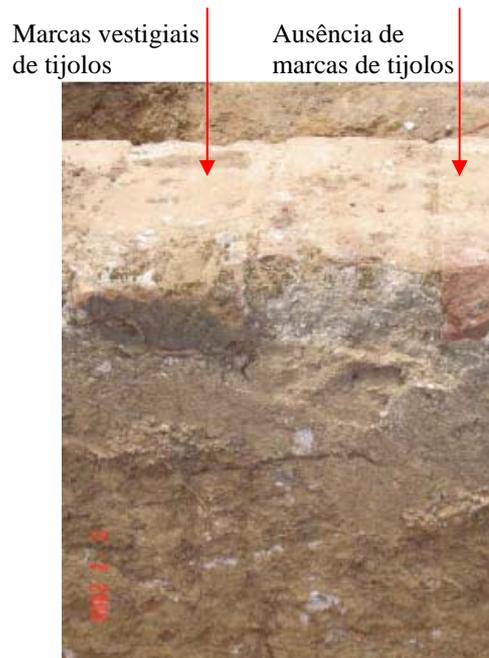


Foto 8: Base da parede, vista lateral.

Na parte mais profunda do alicerce o tijolo dá lugar à pedra tipo calcária, encontrada na região; os tijolos têm dimensão de 36x16,5x 7 cm, são compostos de barro prensado e iguais aos tijolos dos alicerces, encontrados na base da parede.

LINHA 9

Quadrículas 9B e 9C

Da **quadrícula 9B** foram abertos os **quadrantes c e d**, da **quadrícula 9C** os **quadrantes a e b**. A primeira camada era composta por entulho de construção, tijolo, telhas, areia e cal; com a retirada deste material, pôde-se observar o piso, em tijoleira a 45°, com rodapiso¹³, no perímetro interno do ambiente, e um acesso à área externa da casa, com dois batentes bem definidos, em tijoleiras; a área externa tinha piso em pedra calcária, do mesmo tipo da existente na frente da igreja (Foto 9). Foi observado o desgaste da porta, pois deveria estar “inchada”, fazendo atrito no piso e deixando a marca de sua abertura. Apesar de não mais existir a porta, foi possível concluir que a mesma era de uma folha, com 1,20m de largura, e tinha fechamento na parte central para o piso (Fotos 10 e 11).

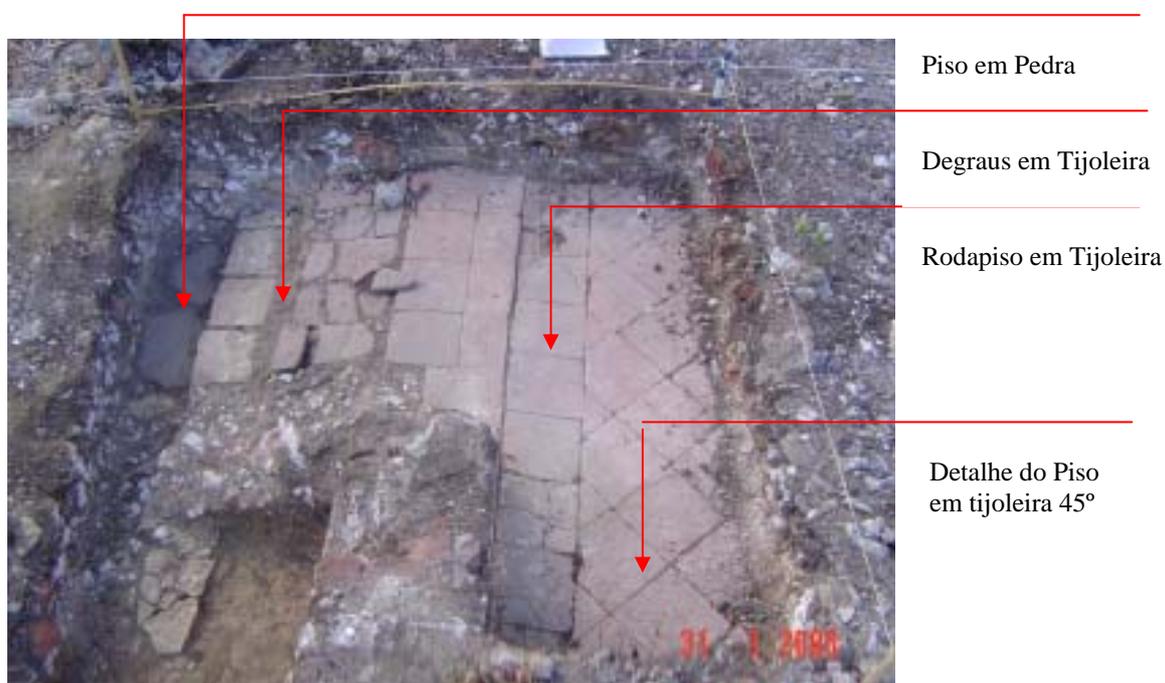


Foto 9: Piso em tijoleira encontrado nas quadrículas 9B e 9C.

¹³ Aplicação de uma borda no piso por todo o perímetro do ambiente.



Foto 10: Detalhe das marcas do giro da porta.



Foto 11: Detalhe do giro da porta.

Quadrícula 9E

Com o descobrimento de uma verga, em meio ao entulho, igual à existente no único vão de porta que ainda está de pé, abriu-se a **quadrícula 9E**, visando constatar a real existência da abertura; desta maneira, descobrimos mais um vão de passagem entre os cômodos do edifício.

A parede tem uma espessura de 45cm e, no local da abertura, encontra-se um chanfro da própria parede, além de um detalhe de pintura, uma faixa de 45cm numa cor avermelhada; há, na estrutura desta parede, uma larga utilização de pedra calcária, também se encontrou uma moeda, que, devido à deterioração, não foi possível confirmar o ano.

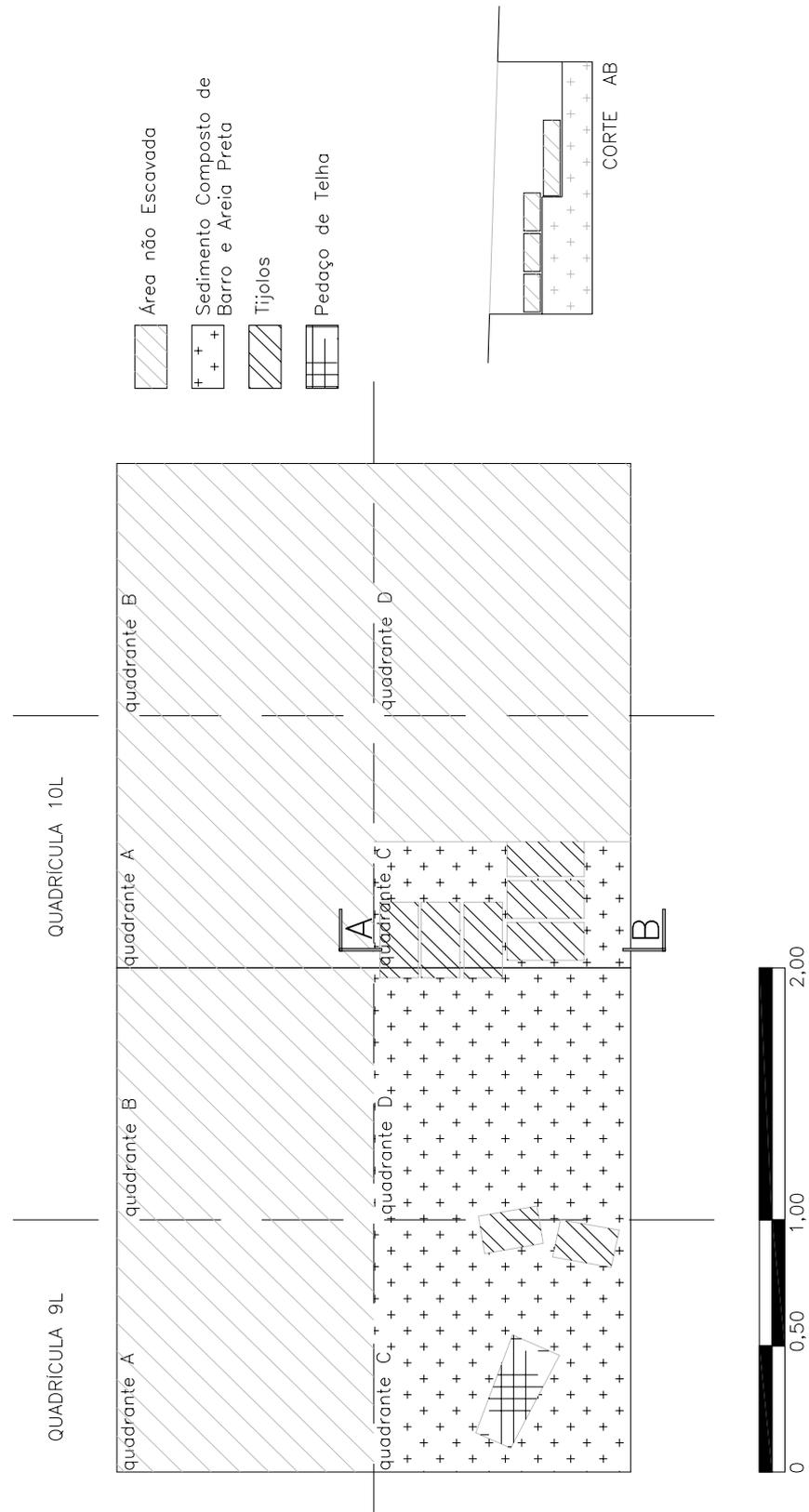
Quadrícula 9L

Nesta área do sítio a superfície não contém uma camada de entulho, é composta por areia e folhagem, além dos resquícios da vegetação que foi retirada. Na intenção de visualizar mais uma estrutura de parede foi feito o corte nos **quadrantes c e d** da **quadrícula 9L**.

Ao abrir, foi encontrado um solo de barro e areia preta misturada, por baixo do qual apareceu uma linha de piso já no limite com a **quadrícula 10 L**, deste modo, foi aberto o **quadrante c** desta quadrícula. Esses tijolos, com dimensões de 30x15x6,5cm, apareceram em parte na **quadrícula 9L** com continuidade na **quadrícula 10L**, porém escalonada (Croqui 3), dando idéia de degrau, numa área que aparentemente é interna da casa (Foto 12).



Foto 12: Tijolos escalonados.



Croqui 3: Planta Baixa e Corte das Quadrículas 9L e 10L.

Quadrícula 9M e 9N

Foram escavados o **quadrante d da quadrícula 9M** e o **quadrante b da quadrícula 9N** para elucidar os vestígios encontrados nas quadrículas 10M e 10N, porém só foram encontrados tijolos dispostos, formando um desenho, e de forma escalonada, localizados num espaço aparentemente externo da casa, entre a parede que divide a área interna e externa com o muro. Esses tijolos não estão alinhados com os das **quadrículas 9L e 10L**, já citadas, por questão de centímetros (Foto 13), têm uma disposição escalonada; todavia, suas dimensões, 31,5x16x7cm, e desenho de composição são diferentes dos tijolos das **quadrículas 9L e 10L** (Foto 14).



Foto 13: Alinhamento das peças escalonadas.



Foto 14: Detalhe do desenho dos tijolos.

LINHA 10

Quadrículas 10F e 10G

Essas quadrículas foram abertas para averiguar a continuidade do piso. Ao retirar o entulho da superfície, não mais havia o piso, encontrou-se um sedimento arenoso com uma pedra de grande dimensão (Foto 15). Com essa retirada, o perfil do entulho mostrou para que lado a parede caiu (Foto 16), de acordo com a verga de uma abertura.



A estrutura da parede era composta por uma grande quantidade de cal, porém o mais interessante foi a verga moldada com a telha, que já tinha sido observada na abertura da única parede que continua de pé na área interna da casa (Fotos 17 e 18).

Foto 15: Pedra utilizada na construção do edifício.



Foto 16: Entulho.



Foto 17: Verga existente na posição original.



Foto 18: Vestígio de uma verga encontrada no meio do entulho.

Quadrículas 10M e 10N

As estruturas encontradas nestas quadrículas são compostas de tijolos com argamassa em uma forma escalonada, mas diferente da quadrícula 9M. Nesta área, da parte nordeste, foram encontrados materiais de descarte, como vidros, metais, cachimbo, e bastante material malacológico envolvido. Também foram observados vestígios compostos por paredes, aparentemente laterais, com reboco na parte externa e a estrutura de tijolos com argamassa na parte interna.

Nesta área ocorre uma grande diversidade de materiais construtivos, demonstrando etapas diversas de construção, que é vista ao analisarmos as quadrículas desta área como um todo (Croqui 4); foram identificados: garrafa de vidro (Foto 19), metais, utensílios, como parte de garfo e colher inteira (Foto 20), chaves, cachimbos (Foto 21) e uma grande quantidade de material malacológico (Foto 22).



Foto 19: Retirada da garrafa de vidro.



Foto 20: Lateral da escada, reboco e cal.



Foto 21: Cachimbo e material malacológico.



Foto 22: Colher encontrada no quadrante b da 11M.

LINHA 11

Quadrículas 11A, 11B, 11C, 11D, 11E e 10E

Essas quadrículas foram escolhidas por fazerem parte da linha 11. Ao escavá-las, vislumbrou-se um jogo de pisos externos e internos, elaborados de maneira detalhada e requintada, além de passagem entre os ambientes (Fotos 23, 24 e 25). Nessas quadrículas foram encontrados pregos de ferro, contas, entre outros materiais, coletados para estudo posterior.



Foto 23: Piso entre as quadrículas 10E e 11E.



Foto 24: Detalhe da soleira, rodapiso e piso em 45°.

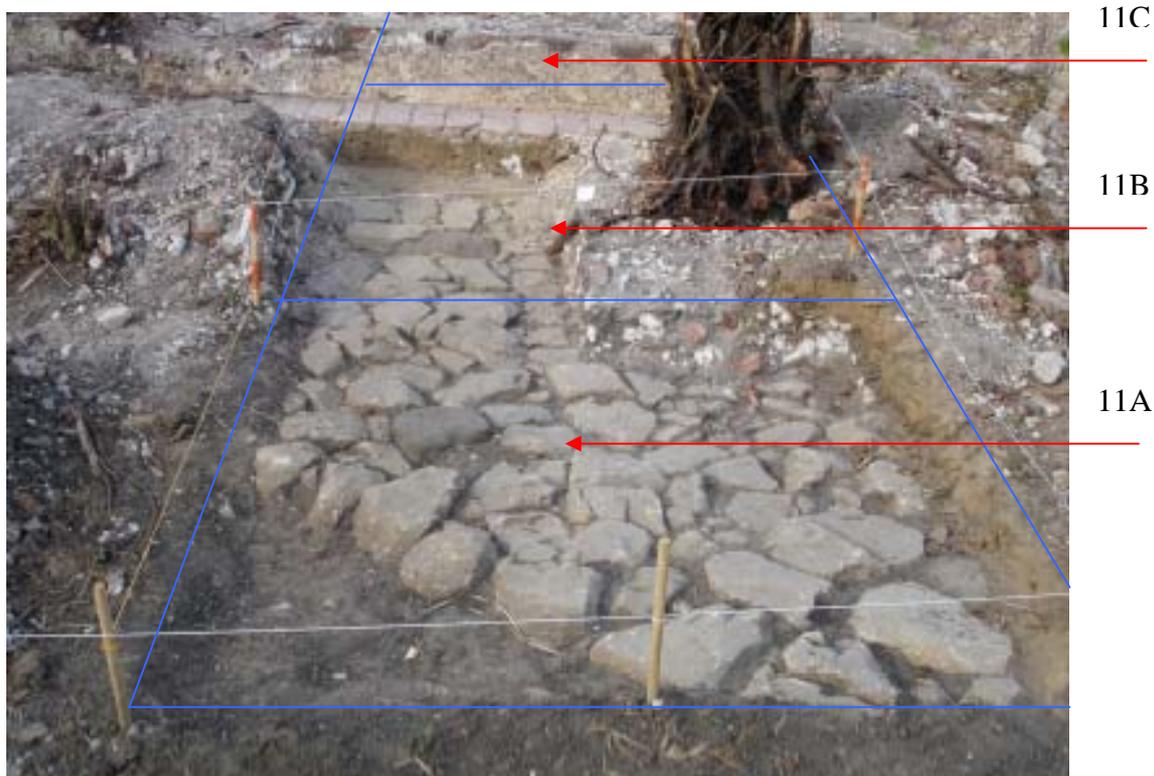
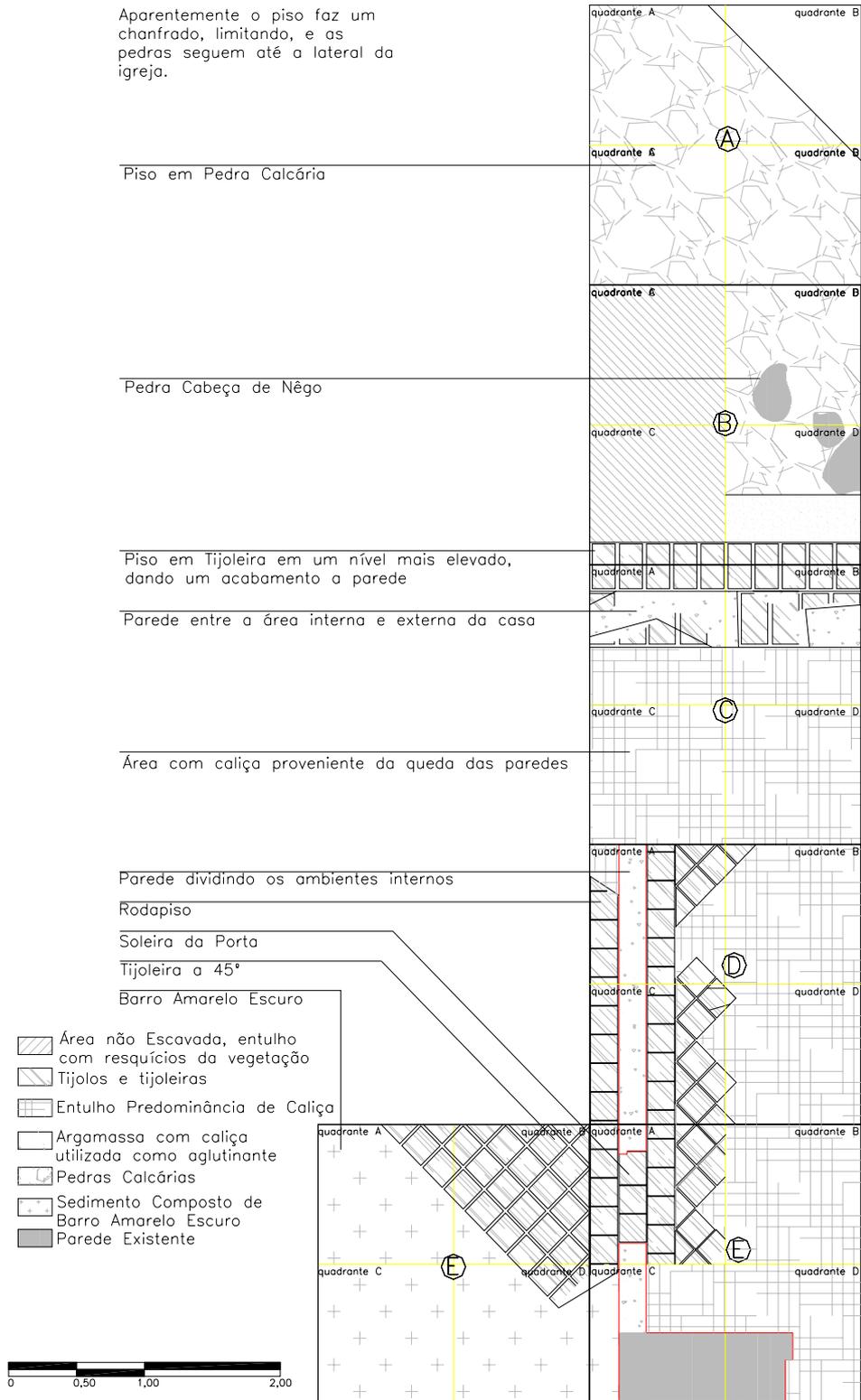


Foto 25: Preocupação estética, diversidade de materiais.

Os materiais construtivos utilizados são diferenciados, a parte externa tem um piso em Pedra Calcária, com algumas Pedras Cabeça de Nego, da mesma forma que foi encontrado no pátio à frente da casa e da igreja na primeira campanha. Existe um batente, que faz parte do embasamento da casa, e é revestido em tijoleira. A parede é em tijolo e aglutinante e recebe uma espessa camada de reboco à base de cal.

Na parte interna da casa foram encontrados dois ambientes, com a mesma tipologia construtiva, no que diz respeito aos materiais utilizados; desta forma, eles utilizam o mesmo desenho de piso nos ambientes. É composto por um rodapiso, em tijoleira quadrada, contornando o perímetro da sala e, no centro, as mesmas tijoleiras quadradas formando um desenho a 45° (Croqui 5).

Aparentemente o piso faz um chanfrado, limitando, e as pedras seguem até a lateral da igreja.



Croqui 5: Planta baixa das Quadrículas 11A, 11B, 11C, 11D, 11E e 10E.

Quadrículas 11F, 11G, 11H e 11I

Por sobre essas quadrículas foi retirada uma camada de 55cm de entulho. Na **quadrícula 11F** foi encontrada uma argola metálica (Foto 26); primeiramente se cogitou que essa argola estava presa ao piso, porém, ao fazer a limpeza, descobriu-se que ela estava solta. Um outro ponto que chamou a atenção foi a existência de um vazio por baixo do piso de tijoleira, que, conforme foi observado, deve ter ocorrido pela ação das formigas.

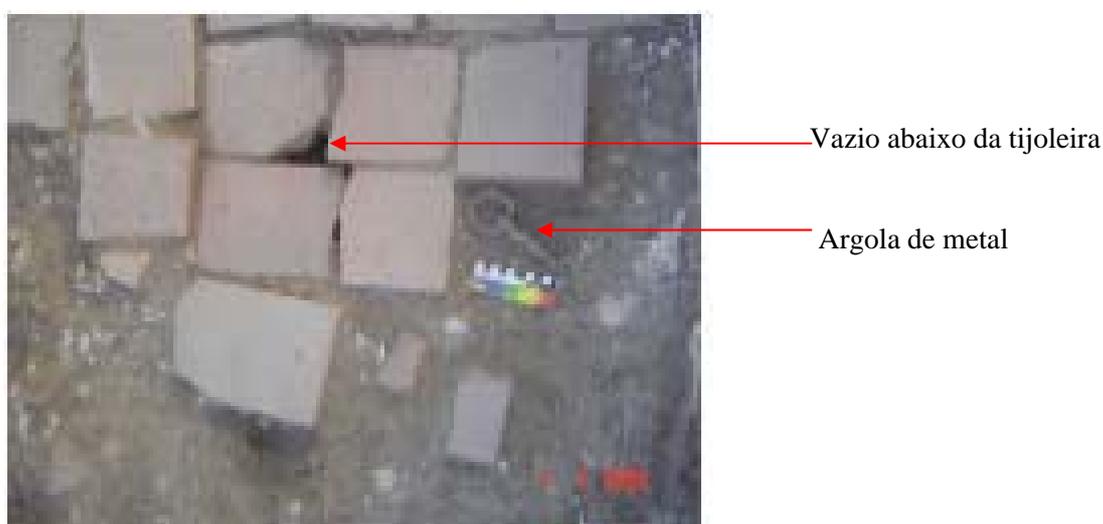


Foto 26: Piso de tijoleira disposto de forma disforme e danificado.

Na **quadrícula 11G** não foi observada nenhuma estrutura arquitetônica; no entanto, nas **quadrículas 11H e 11I** vislumbrou-se um piso de tijoleira, assentado, formando um desenho contínuo, mas, simples, sem nenhum rebuscamento, com a mesma tipologia do piso da **quadrícula 11F** (Foto 27). Em todas essas quadrículas o solo é composto por areia escura, num primeiro momento, até encontrar uma areia mais amarelada, em uma camada posterior ao piso assentado.

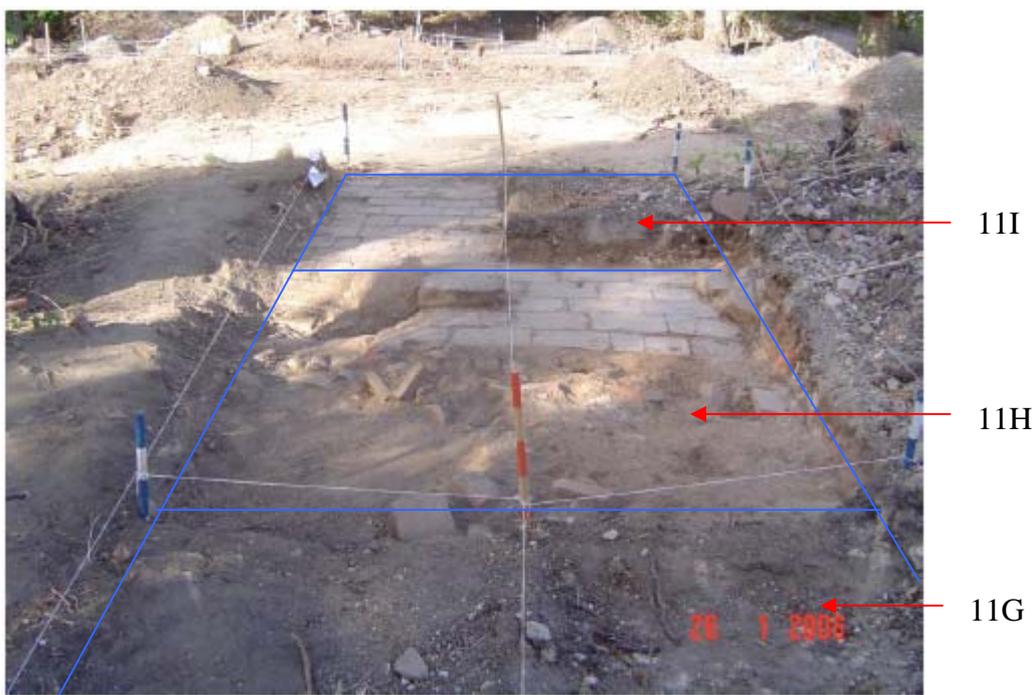


Foto 27: Tijoleiras.

Quadrículas 11M e 11N

Colada à estrutura das quadrículas **10M** e **10N**, estas têm outra composição, uma estrutura em pedra calcária com aglomerado branco, formando um quadrado bem definido; nele, é fácil observar duas linhas de reboco e que sua forma foi feita com um determinado propósito, pois foi encontrado cortes nas pedras para obter aquele desenho; contudo, não foi descoberta a verdadeira função deste quadrado, que faz parte da área nordeste da casa (Foto 28).

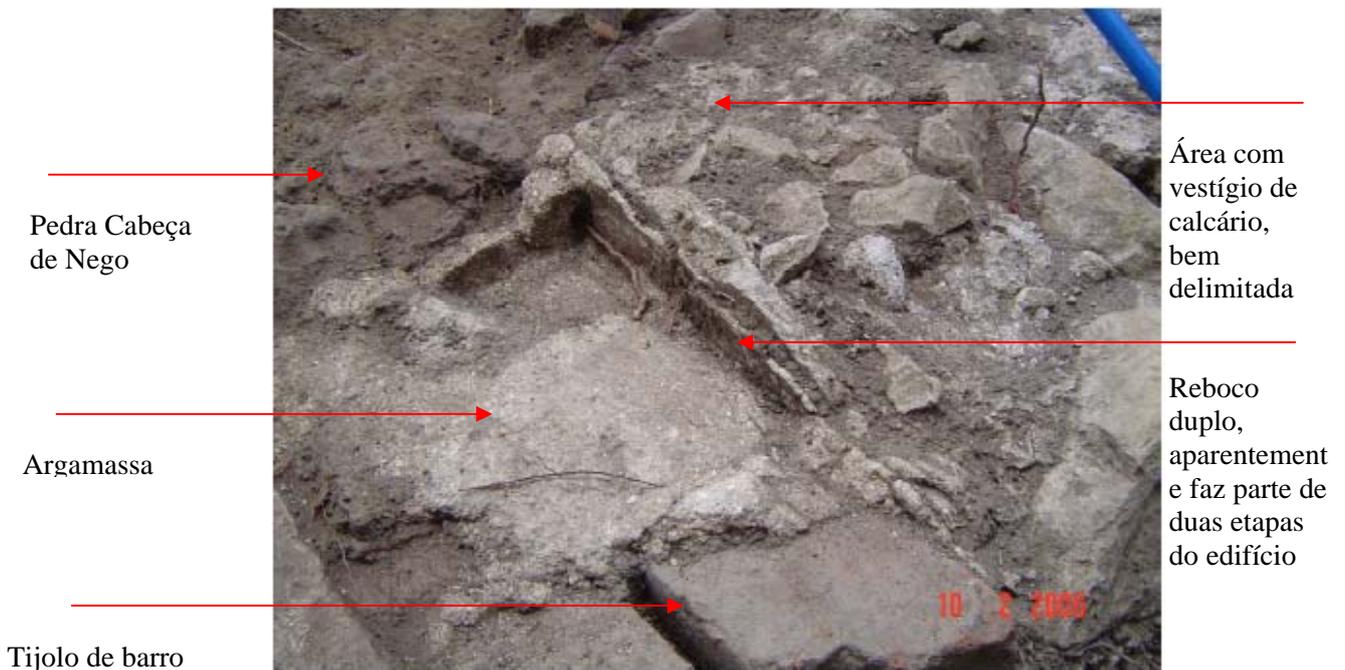


Foto 28: Detalhe do reboco no perímetro da estrutura de pedra calcária.

Na quadrícula **11N** foi observado um maior número de material malacológico, que vai até a superfície, dando respaldo à hipótese de uma possível utilização, posterior à desativação da casa pelos monges (Foto 29). Em meio a estas conchas foram encontrados: dobradiças de porta em ferro, cachimbos, entre outros.

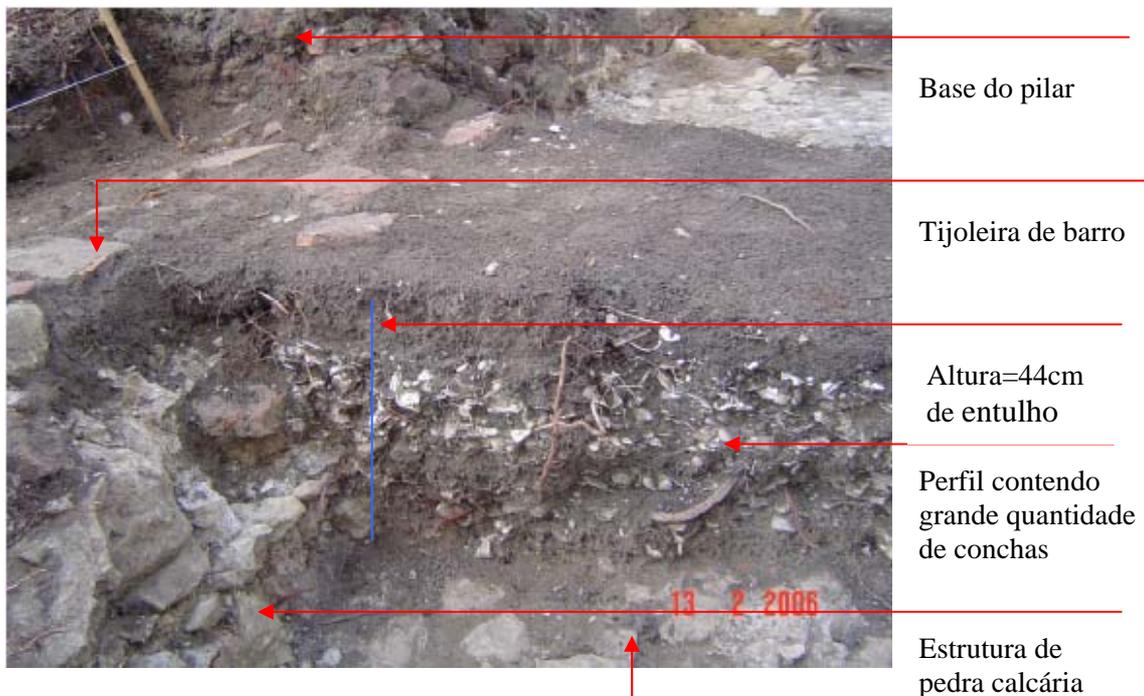


Foto 29: Perfil da Quadrícula 11N.

Piso em pedra calcária

Quadrículas 11O, 11P, 11Q, 11R e 11S

A linha 11 se estendeu até a **quadrícula 11S**, numa tentativa de pesquisar uma trincheira que cortasse toda a casa, no sentido norte a sul, este local considerado fora da edificação. Uma outra intenção em estender até a quadrícula 11S foi a de encontrar algum vestígio que indicasse um contato com algum aldeamento indígena; entretanto, não foi descoberto nenhum vestígio que confirmasse a presença de índios naquele espaço.

Foi encontrado material de descarte de várias épocas, misturado com entulhos da ruína da casa, pilhas, sandálias de borracha, cachimbos, cerâmicas, louças, uma infinidade de objetos de uso diário a ser analisado em laboratório (Foto 30).

No limite entre as quadrículas **11O** e **11P** localizam-se as bases do possível muro que delimitava o perímetro da casa. É possível que este muro tenha sido utilizado como arrimo, pois a área se encontra num local de declividade.



Foto 30: Vista das Quadrículas 11O, 11P, 11Q, 11R e 11S, em primeiro plano.

LINHA 12

Quadrículas 12N e 12O

A **quadrícula 12N** foi aberta com o objetivo de visualizar a continuação do piso de pedra calcária alinhada com a **quadrícula 11N**; ela se localiza na parte nordeste da casa; com essa mesma intenção foram abertos os **quadrantes c e d** da **quadrícula 12O**. Nos quadrantes da quadrícula **12N** foi encontrado o piso, mas nos quadrantes da **quadrícula 12O** foi encontrada outra informação que fez com que se abrisse o quadrante **b** desta mesma quadrícula, um piso composto por uma sobreposição de pedra calcária, telhas e, por cima, tijolos (Foto 31).

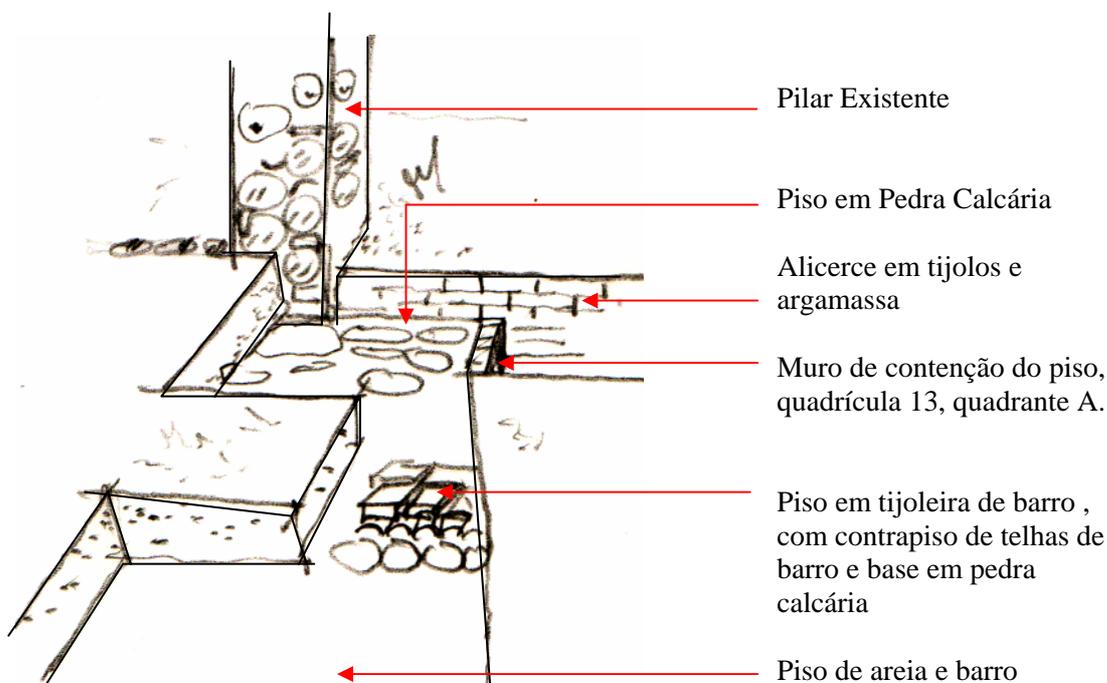


Foto 31: Observar detalhe da composição do sistema construtivo do piso da quadrícula O.

LINHA 13

Quadrícula 13N

No **quadrante a** foi encontrado um muro em tijolo, possivelmente de contenção, que limita o piso em pedra calcária com o sedimento de barro amarelo, disposto de forma perpendicular à base do alicerce. Também nesta quadrícula o alicerce que separa a área externa da interna da casa difere do que foi encontrado na quadrícula **11N**. Este é feito de tijolos de barro, o que nos remete a uma área construída posteriormente à área interna dos pilares existentes (Croqui 6).



Croqui 6: Retirado do caderno de campo.

Quadrículas 12L, 13L, 14L, 15L, 16L, 17L e 18L.

A escolha destas quadrículas atendeu primeiramente à necessidade de ter um corte no sentido leste-oeste, e por apresentarem características particulares. Essas quadrículas fazem parte da área noroeste da casa, o que se percebe é a utilização, em maior quantidade, de tijolos em suas fundações, aparentando ser uma construção posterior. Na

quadrícula 12L foram encontrados vestígios da tijoleira (Foto 32); juntamente com o material que foi para a peneira encontrou-se uma moeda, bastante desgastada.



Tijoleiras

Foto 32: Linha 12, Quadrícula L e quadrantes a e b.

Na **13L** foi encontrada, numa parte abaixo da areia preta e antes do barro misturado, uma tampa aparentemente de depósito de mantimentos de cozinha, largamente utilizada na década de 70 do século XX; na altura do piso da casa, entre os **quadrantes a e b** (Foto 33) e no **quadrante d** foi encontrado um piso de tijoleira, bastante degradado, porém ainda assentado.



Base da parede na trincheira 14

Tampa de alumínio

Resto de piso em tijoleira,
em estado de degradação

Foto 33: Quadrícula 13L, detalhe da tampa.

A quadrícula **14L** foi escavada até chegar ao solo natural (Foto 34), encontrando um aterro feito com areia e entulho; observou-se a presença de carvão no perfil da quadrícula; este aterro deve ter sido realizado para nivelar esta área do piso com o restante da casa; também foi visualizada a base de uma parede interna.

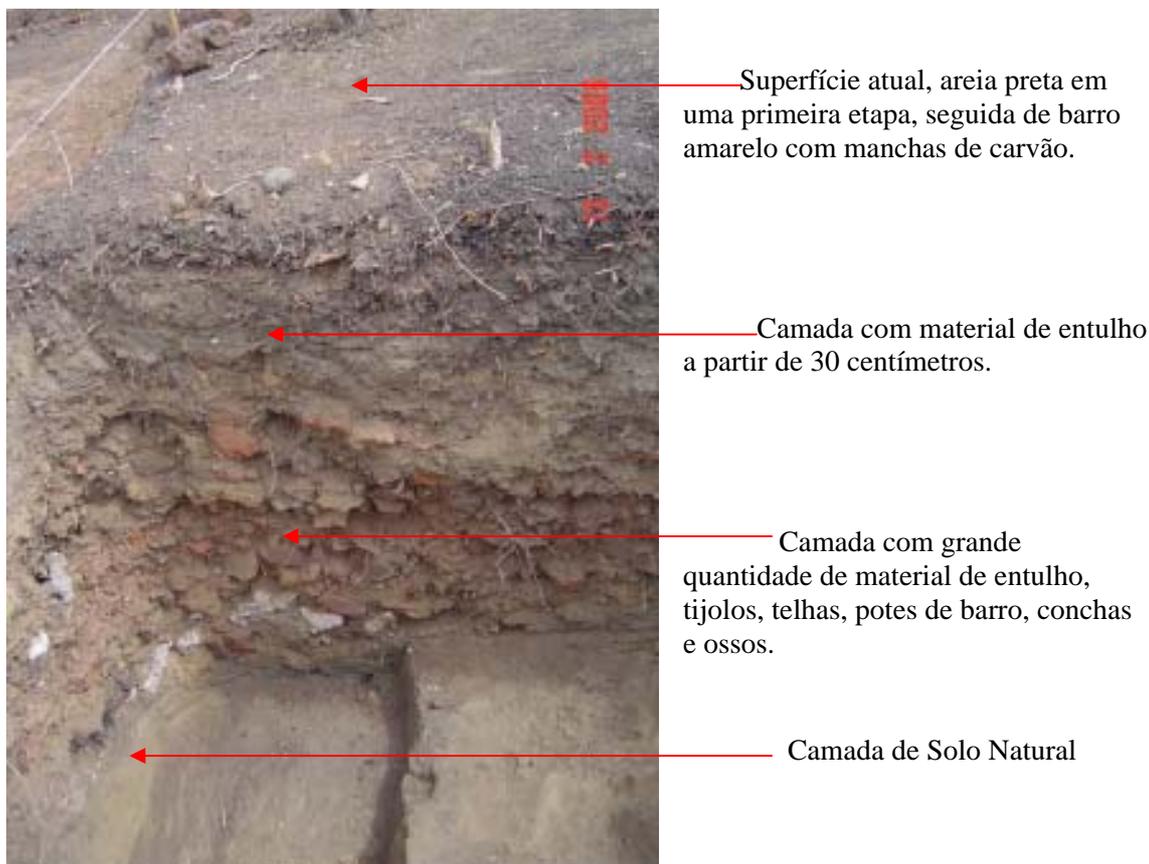


Foto 34: Detalhe da área aterrada da edificação.

A quadrícula **15L** foi aberta com a finalidade de evidenciar alguma estrutura remanescente da casa, aparecendo, no **quadrante d**, estruturas de base da parede. Na **quadrícula 16L, quadrantes a e b**, foi encontrado um grande formigueiro e nenhuma estrutura da casa, mas nos **quadrantes c e d desta mesma quadrícula** foi evidenciada a base da parede que se ligava a uma estrutura de pilar escavada na **quadrícula 17L** (Fotos 35 e 36).

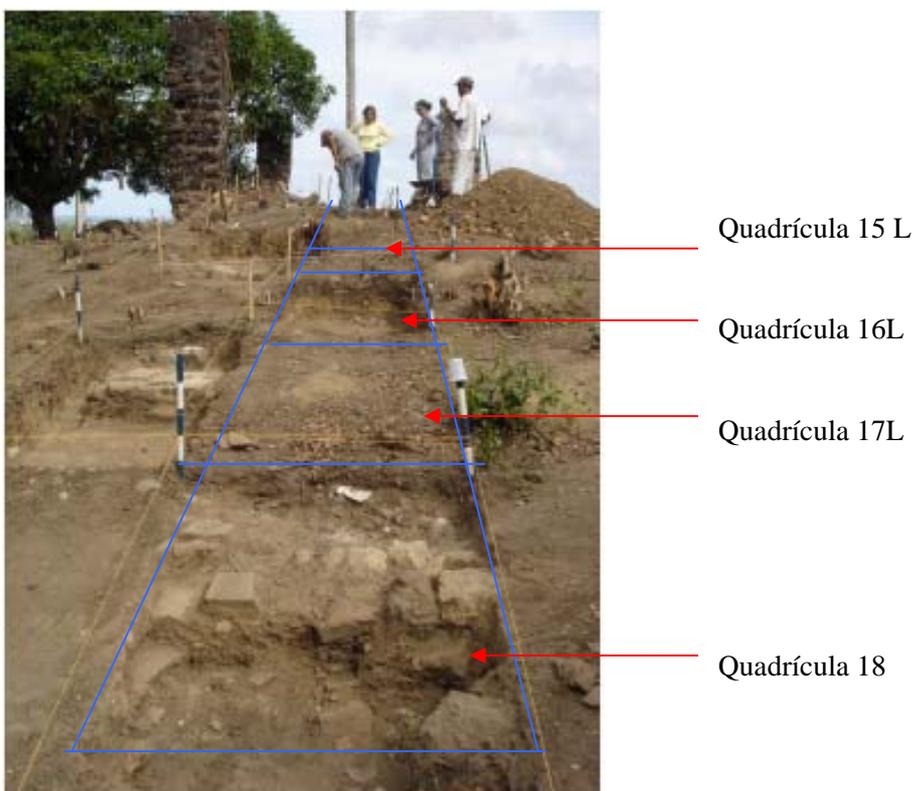
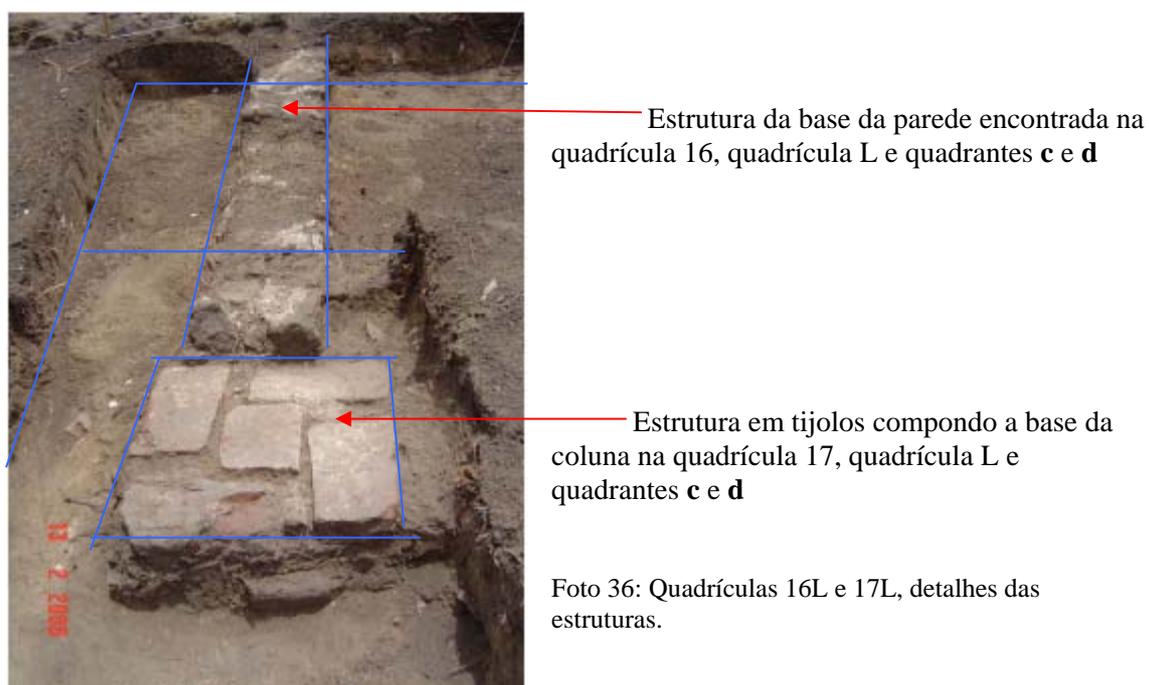


Foto 35: Visão geral das Quadrículas 15L, 16L, 17L e 18L.

A **quadrícula 18L** é formada por um sedimento bastante compactado. No entanto, apareceu bastante material de descarte nesta área, uma infinidade de louças e faianças, além de vasos de cerâmica que se assemelhavam a uma quartinha d'água, largamente utilizada até o século XIX (Fotos 37 e 38).



Estrutura da base da parede encontrada na quadrícula 16, quadrícula L e quadrantes **c** e **d**

Estrutura em tijolos comendo a base da coluna na quadrícula 17, quadrícula L e quadrantes **c** e **d**

Foto 36: Quadrículas 16L e 17L, detalhes das estruturas.

Esta quadrícula encontra-se localizada próxima a uma descida abrupta para uma cacimba, por onde certamente muitos materiais passam, carregados pelas águas pluviais. Segundo os relatos de moradores locais, na época de chuva aparecem diversos materiais, como: cachimbos, botões, medalhas, em toda a área do sítio; os materiais são descartados, jogados no lixo, por não terem utilidade para a comunidade.

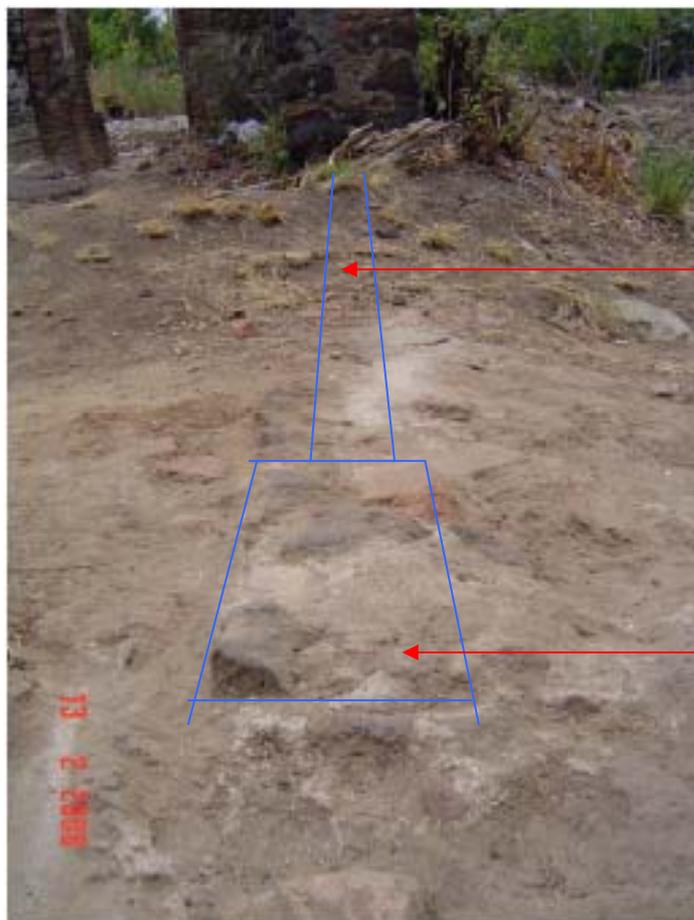


Foto 37: Trabalho realizado na quadrícula 18L.

Foto 38: Detalhe da louça, com 60% da peça retirada.

Quadrículas 12 K, 15K 16K e 17K

A **quadrícula 12K** fica em meio à estrada que corta o sítio, citada no início do capítulo. Nesta área, o piso é bastante duro, devido à contínua passagem de veículos e animais pelo local, o que tornou essa quadrícula muito difícil de ser trabalhada. Tentou-se verificar a presença de resquícios do pilar que faltava na composição com os demais, não foi necessário aprofundar o quadrante, com a limpeza da superfície os vestígios da estrutura do pilar afloraram; num outro pilar, alinhado a este, foram visualizados vestígios da base da parede, que unia os dois pilares (Foto 39).



Linha da base da parede, junto ao pilar foi averiguada a possível presença de resquícios de tijolos que compunham esta parede

Vestígio da base do pilar; é possível ver os vestígios dos materiais que compunham este pilar. Atualmente, a estrada passa em cima dele.

Foto 39: Quadrícula 12K.

Escavou-se o **quadrante b** da **quadrícula 15K** e o **quadrante a** da **16K**, após a escavação da **quadrícula 17K**, que por sua vez teve seu sedimento retirado para que pudesse ser vista a continuidade das estruturas provenientes da **quadrícula 17L**. Nestas quadrículas foram observadas as bases das paredes e material de escombros da antiga construção, que se assemelha aos materiais utilizados nas quadrículas da área noroeste da casa (Fotos 40 e 41).



Foto 40: Quadrículas 15K, 16K e 17K.



Nesta foto observa-se bem a continuidade dos pilares da quadrícula 17L com o da quadrícula 17K, percebendo-se o local onde havia a parede.

Foto 41: Quadrículas 17L e 17K.

Quadrículas 16C e 16D, 17C e 17E e 18E.

Essas quadrículas foram abertas para que delimitasse o perímetro da casa, no lado sudoeste; o que não se esperava era encontrar vestígios de uma edificação independente da casa. As bases da sua estrutura também são compostas por pedra calcária, tijolo e aglutinante. Está alinhada com a parede sudeste da casa e com a senzala, formando um retângulo de aproximadamente 20m² (Foto 42).



Foto 42: Quadrículas 16C e 16D, 17C e 17E e 18E, remanescentes da estrutura da parede independente da casa.

4.4 – Material Coletado

A pesquisa no Sítio São Bento se estruturou em duas etapas: a primeira, correspondendo à escavação do sítio, e a segunda, à análise e interpretações preliminares, em laboratório, dos materiais coletados, relacionados com a história arqueológica do edifício estudado. Evidentemente, as idéias explicitadas devem ser aprofundadas e reforçadas através de novos trabalhos e da ampliação das linhas de análise.

Na etapa I, o trabalho foi constituído pela escavação em si, sendo realizados o registro das estruturas descobertas e a coleta do material arqueológico. Os resultados durante o trabalho de campo permitiram pensar em novos questionamentos, mais além do que cronologias, tipos de materiais ou localização de estruturas. As evidências encontradas apontam para aspectos e questões como a história dos ocupantes da casa de vivenda, ao longo dos tempos.

Finalizada a escavação, os materiais coletados foram levados ao Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA) da Universidade Federal de Pernambuco, tendo início a etapa II, o estudo do material coletado. A primeira fase do trabalho nesta etapa foi constituída da lavagem, registro e numeração dos fragmentos recuperados.

Efetuuou-se a classificação por grupo de material, com o propósito de trabalhar empregando variáveis relacionadas com categorias dos artefatos, que permitissem entender: funcionalidade, conhecimento tecnológico, preferências de consumo e níveis socioeconômicos, entre outros.

A análise do material coletado encontra-se em andamento, sendo abordados alguns pontos do trabalho de laboratório nesta pesquisa, com uma amostra de artefatos que pudesse representar os materiais encontrados em campo.

Material Cerâmico



Foto 43: Bordas Diretas



Foto 44: Base Cerâmica



Foto 45: Cerâmica Vitrificada Internamente



Foto 46: Cerâmicas com Queima 1-oxidação completa, e Queima 2-oxidação incompleta

Cachimbo



Foto 47: Cachimbo cerâmico coletados: A- Quadrícula 17E, B- Quadrícula 11Q, C- Quadrícula 11M, e D- Doação de Moradores



Foto 48: Cachimbos cerâmicos coletados: A- Quadrícula 10N, B- Quadrícula 11A, e C- Quadrícula 11R.

Vidros



Foto 49: Garrafa de base quadrada coletada na quadrícula 18L.



Foto 50: Garrafa coletada na quadrícula 18L.



Foto 51: Xícara coletada na quadrícula 11Q e 12 Q.



Foto 52: Garrafa coletada nas quadrículas 11Q e 12Q, a garrafa tem relevos que indicam o fabricante

Moedas



Foto 53: Moedas coletadas, A- 13M, B- 13L, C- 11N, D- 10N e E- doadas por moradores.

Materiais de Metal



Foto 54: Dobradiça de porta, coletada na quadrícula 9C.



Foto 55: Dobradiça de porta, coletada na quadrícula 11R.



Foto 56: Utensílios domésticos, coletados nas quadrículas 11Q e 12Q



Foto 57: Argola de parede, coletada na quadrícula 11F.



Foto 58: Utensílio doméstico, coletado na quadrícula 11M.



Foto 59: Objeto identificado como uma possível bala, coletado na quadrícula 11N.



Foto 60: Fragmentos de metal coletados em quadrículas variadas, utilizados como pregos de construção.

Faiança

Foto 61: Faiança Portuguesa, coletada na quadrícula 10M.



Foto 62: Borrão com estilo Chinotseriere, coletado na quadrícula 18L.



Foto 63: Faianças coletadas nas quadrículas 11Q, 11R e 10N.



Foto 64: Borda de Prato com técnica Transfer Printing e motivos florais, coletado na quadrícula 18I e 13O



Foto 65: Faiança pintada à mão, com motivos florais, coletada nas quadrículas 16I e 17I



Foto 66: Tapa de Porcelana, coletada na quadrícula 13O.



Foto 67: Peças com marca de fabricante, Irostone China, coletadas nas quadrículas 11M, 11N, 17J e 11P



Foto 68: Utensílio doméstico coletado na quadrícula 18L.

Material de Olaria

A denominação deste material como telha Capa-canal ou Colonial e tijolos e lajotões artesanais ocorreu durante a colonização portuguesa; no entanto, trata-se de material que já era conhecido e usado pelos gregos, romanos, chineses e japoneses, na época da ocupação da Península Ibérica pelos romanos.

Os tijolos, devido ao seu poder de absorção, não permitem a limpeza utilizando água, o que os torna frágeis e expostos à ação do tempo, acelerando sua decomposição; no entanto, as telhas podem ser limpas pelo processo de lavagem. Estes objetos devem ser estudados, visando identificar a tecnologia e a tipologia, levando em consideração sua forma, função, dimensões, a queima, o anti-plasto, a coloração, o processo de fabricação e demais características.



Foto 69: Tijolo de barro



Foto 70: Tijoleira triangular, coletada na quadrícula 10E.



Foto 71: Telha de barro



Foto 72: Telha de barro



Foto 73: Telha de barro utilizada como verga de abertura, observar o material calcário aglutinado.



Foto 74: Tijolo de barro com material calcário aglutinado, observar as proporções 29x19x7 cm.

5º Capítulo

ANÁLISE PRELIMINAR DAS ESTRUTURAS DA CASA DE VIVENDA DA FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE

Quando se estuda uma obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além da imposição do meio físico e social, considerados no seu sentido mais amplo, o “programa”, isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a “técnica”, quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados, depois, o “partido”, ou seja, a maneira, com a utilização da técnica, que foram traduzidas, em termo de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente, a “comodulação” e a “modenatura”, entendendo por uma as qualidades plásticas do monumento.

Lúcio Costa, 1941

Olhar um edifício e nele poder “ver” sua época, o contexto histórico, as necessidades que o conceberam, entender o desenvolvimento de seu programa, o posicionamento de seus ambientes, requer conhecimentos na área da arquitetura e da história da arquitetura. No entanto, muitas vezes esse conhecimento não é suficiente para se estudar uma edificação que se encontra em ruínas. Com a contribuição efetiva da arqueologia poder-se-á realizar o resgate e a reconstituição de uma obra arquitetônica.

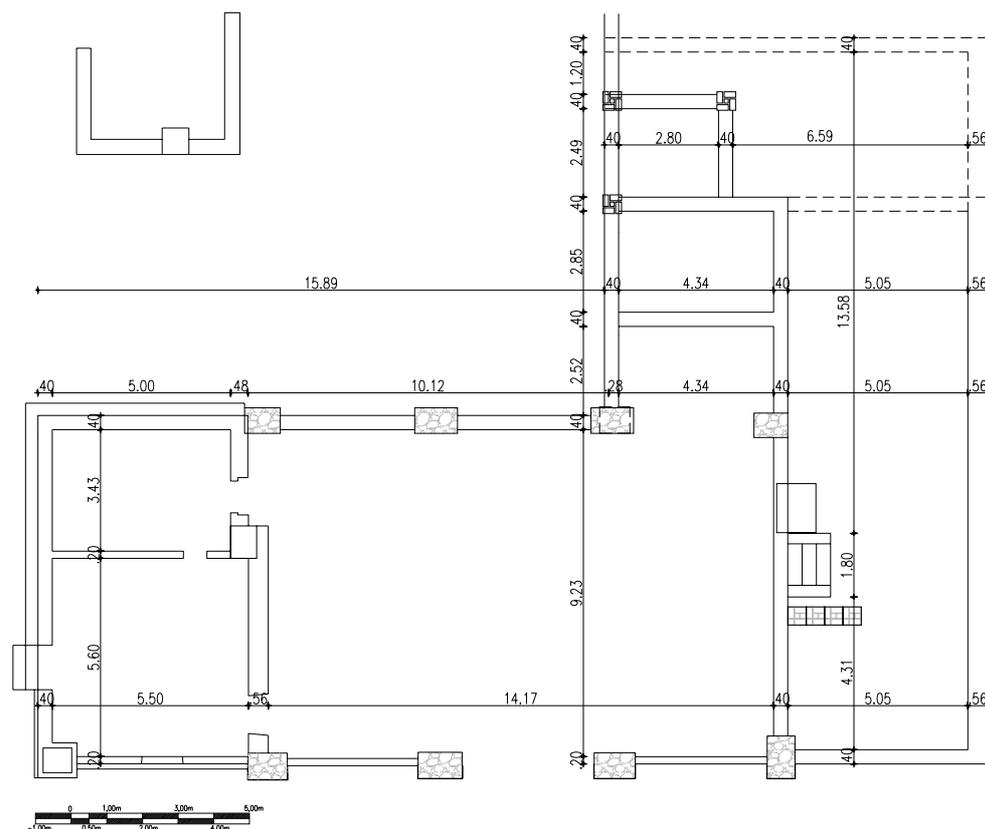
Este capítulo apresenta a análise preliminar das estruturas identificadas no trabalho de campo. Utilizaram-se as informações textuais levantadas sobre o contexto histórico, o programa e o partido adotado, suas técnicas e materiais, como referência para a análise.

A casa de vivenda da Fazenda de São Bento de Jaguaribe foi erguida exatamente no topo do morro, local privilegiado, tanto pela beleza natural, com uma paisagem magnífica, como por ser um ponto estratégico para a defesa da propriedade. Era necessário o controle dos acessos por terra e pelo mar, para garantir a segurança dos religiosos em suas terras.

Várias dificuldades devem ter ocorrido na construção desse complexo arquitetônico, formado não só pela casa de vivenda, como também pela igreja e a senzala. A localização excelente para a defesa dificultava o acesso e o transporte do material

construtivo, exigindo um maior esforço físico da mão-de-obra. O conhecimento dos beneditinos na arte de construir sem dúvida facilitou a execução e a administração do projeto.

5.1- Desenho Arquitetônico e Dimensionamento dos Ambientes



Planta 3: Planta baixa cotada

A casa de vivenda dos monges beneditinos, objeto de estudo nesta pesquisa, tinha uma área de 380m², num formato em “L”, constituído por sete ambientes; o corpo principal da casa continha um grande salão, formado a partir de oito colunas, e dois cômodos. Das oito colunas originais restam sete, compondo uma área de 130,80m², não tendo sido detectada nenhuma estrutura arquitetônica que subdividisse este ambiente, somente resquícios do piso em tijoleira de barro retangular.

Os dois outros cômodos que faziam parte deste corpo principal perfaziam, juntos, uma área de 50,77m², e receberam um piso, também em tijoleira, mas com uma maior

preocupação estética, observada na concepção do desenho com borda e parte central diferenciada.

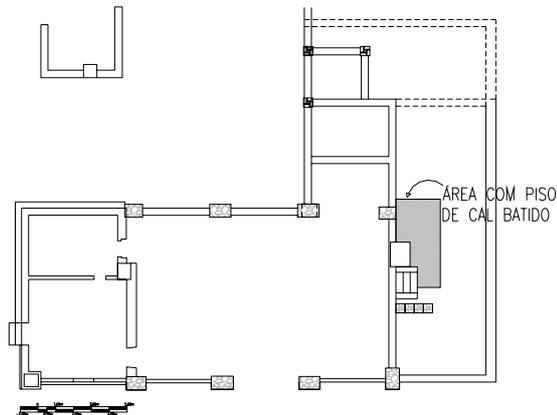
Fazia parte da casa um espaço aberto para o salão, que possivelmente era a sala menor, com uma área de 10,94m², registrada nos Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda (ROCHA, 1948), pois não foi encontrado nenhum anteparo entre estes dois ambientes; por esta sala menor tem-se acesso, através de um corredor, para mais dois cômodos, com uma área de 7m², cada.

Ainda fazia parte da casa um ambiente externo, como foi observado em campo que, devido às suas características, demonstra ser o oitão, cercado por um muro que aparenta ser de contenção, em um nível mais baixo que o da casa. Para finalizar a descrição dos remanescentes arquitetônicos encontrados no trabalho de campo, foi detectada ainda uma estrutura à parte, que nos leva a questionar se seria a segunda senzala descrita nos documentos pesquisados.

De acordo com os Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda (ROCHA, 1948), a casa de vivenda dos monges na Fazenda de São Bento de Jaguaribe era composta por uma grande sala, uma sala menor e por quartos, não mencionando a quantidade. Quanto à cozinha, os relatos se referem a mais de uma, localizadas na senzala. Foram encontrados artefatos, como colher e garfo, na área da casa, levando a crer que este local era direcionado às refeições.

5.2- Materiais e Etapas Construtivas

Durante a escavação, foram observadas quatro épocas distintas de construção: em alguns espaços, a sobreposição, em meio à descontinuidade do uso, possibilitará esta constatação, com base na análise laboratorial das argamassas recolhidas no trabalho de campo.



Planta 4: Planta baixa, observar área hachurada.



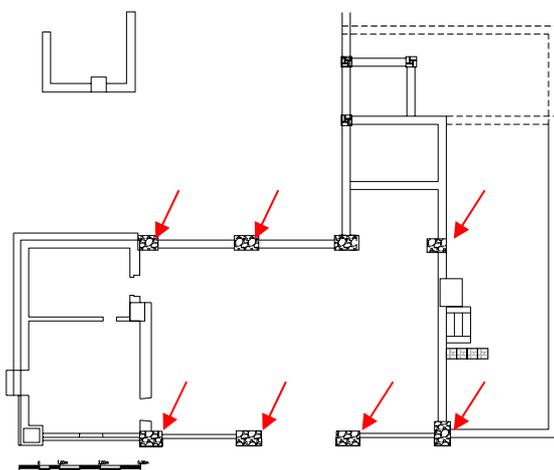
Foto 75: Área com piso calcário.

A fase mais primitiva da casa encontra-se no piso de cal batido, bastante empregado nos primeiros anos de colonização.

Nesta área é observada a reutilização do espaço, colocando um material construtivo por sobre o outro.

Com a escavação foi observada, embaixo do piso de cal batido, a utilização de outros materiais construtivos servindo de contra piso para a cal, tijolos e telhas por cima da pedra calcária, dispostos de forma alinhada.

Uma segunda fase construtiva é observada nos pilares, que foram encontrados ainda de pé; estes foram executados a partir de um sistema construtivo conhecido por canjicado, que hoje poderia ser comparado ao concreto, este sistema era utilizado por seu baixo custo. Composto por diversos materiais construtivos, no caso do objeto de estudo foram encontrados: pedra calcária, pedra cabeça de nego, tijolos e telhas, misturados.



Planta 5: Planta baixa, observar os pilares indicados.

A técnica construtiva consiste na utilização de fôrmas de madeira, adicionando-se o material na parte interna, e, por fim, uma mistura de areia e cal com água; espera-se então o tempo de cura. Após o endurecimento, retira-se a

madeira e o resultado é uma estrutura barata, resistente e robusta.

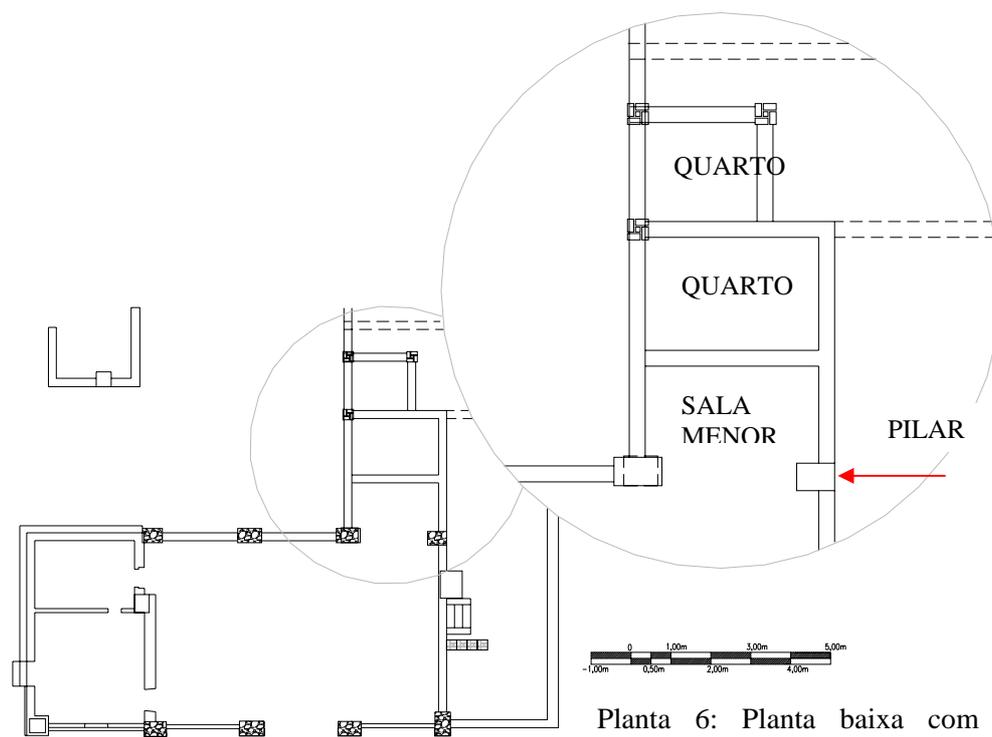


Ao todo, são oito pilares que utilizam essa técnica construtiva, dos quais só um não mais existe, devido à utilização do espaço como via, por pessoas, animais e veículos. Esses pilares recebem um reboco que reveste a parte externa, com uma espessura de mais ou menos 1,5cm, composto por uma mistura à base de cal; na parte interna a estrutura fica aparente.

Foi observado, no pilar, a utilização de frisos, em sua parte inferior e superior, feitos do mesmo material que o reveste; sua função demonstra ser decorativa. Na parte superior, acima do detalhe do friso, encontram-se fileiras de tijolos.

Foto 76: Detalhe do pilar existente.

Em estudo de algumas obras beneditinas do século XVII foram encontrados pilares que se assemelhavam a estes, no antigo Mosteiro Beneditino de Santos, hoje Museu de Arte Sacra. O prédio, construído em 1650, segue o modelo medieval construtivo da Ordem, com três arcos frontais que simbolizam a Trindade Santa (Pai, Filho e Espírito Santo), voltados para o leste e construídos com pedras, tijolos e cal de sambaquis. Essas características se assemelham às encontradas no objeto de estudo, no que concerne aos materiais utilizados na composição dos pilares e ao posicionamento voltado para o leste.



Planta 6: Planta baixa com detalhe da sala menor e quartos.

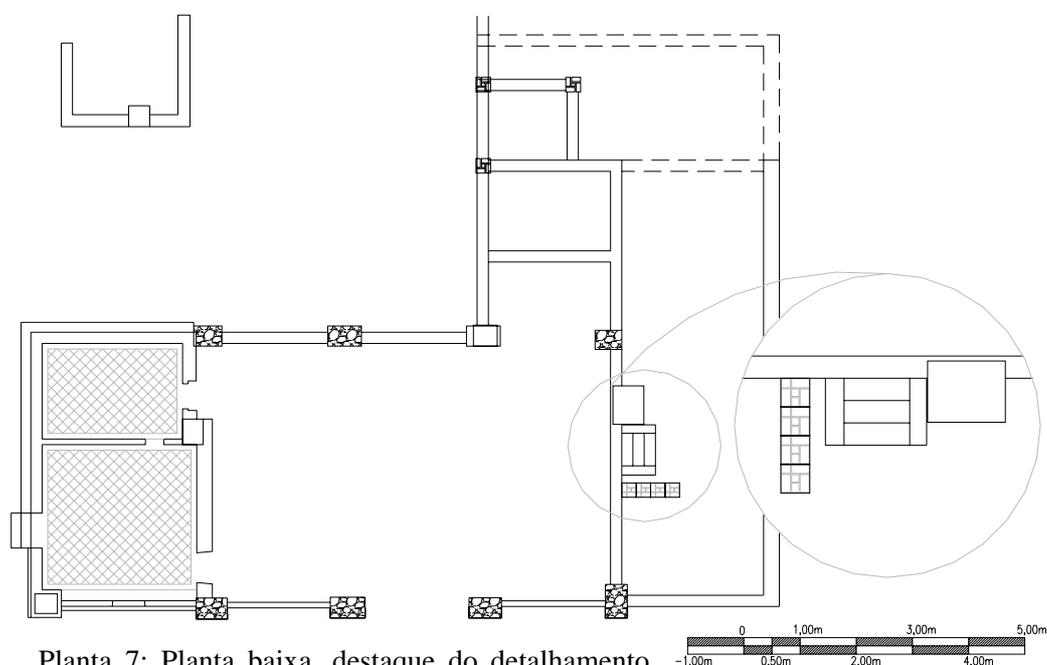


Foto 77: Detalhe da base do pilar.

Na área em que ocorre uma declividade mais acentuada foi encontrado um aterro que nivelava o terreno; esse espaço foi considerado a terceira fase da construção, nele foi vislumbrada a divisão em três ambientes, sendo que está diretamente ligado ao ambiente de maior dimensão da casa, o salão principal; não foi encontrado nenhum resquício de parede que separasse estes ambientes, levando à hipótese deste ambiente ser a sala menor descrita nos Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento (ROCHA, 1948).

Essa área foi erguida sobre um aterro, composto por areia e entulho, de acordo com o que foi encontrado durante a escavação; também foi observado que a base dessa área foi feita com pedras calcárias e cabeça de nego, mas as paredes foram compostas por

tijolos, e os pilares de canto confeccionados com tijolos e argamassa, numa disposição conforme mostra o desenho.



Planta 7: Planta baixa, destaque do detalhamento do piso e da área com a escada.

Observou-se que a escada foi executada com tijolos e suas laterais são rebocadas; verificou-se ter havido uma sobreposição de elementos, pois, além da escada há, na área, um escalonamento de piso, executado com tijolos que, aparentemente, constituíam um anteparo para suavizar a declividade.

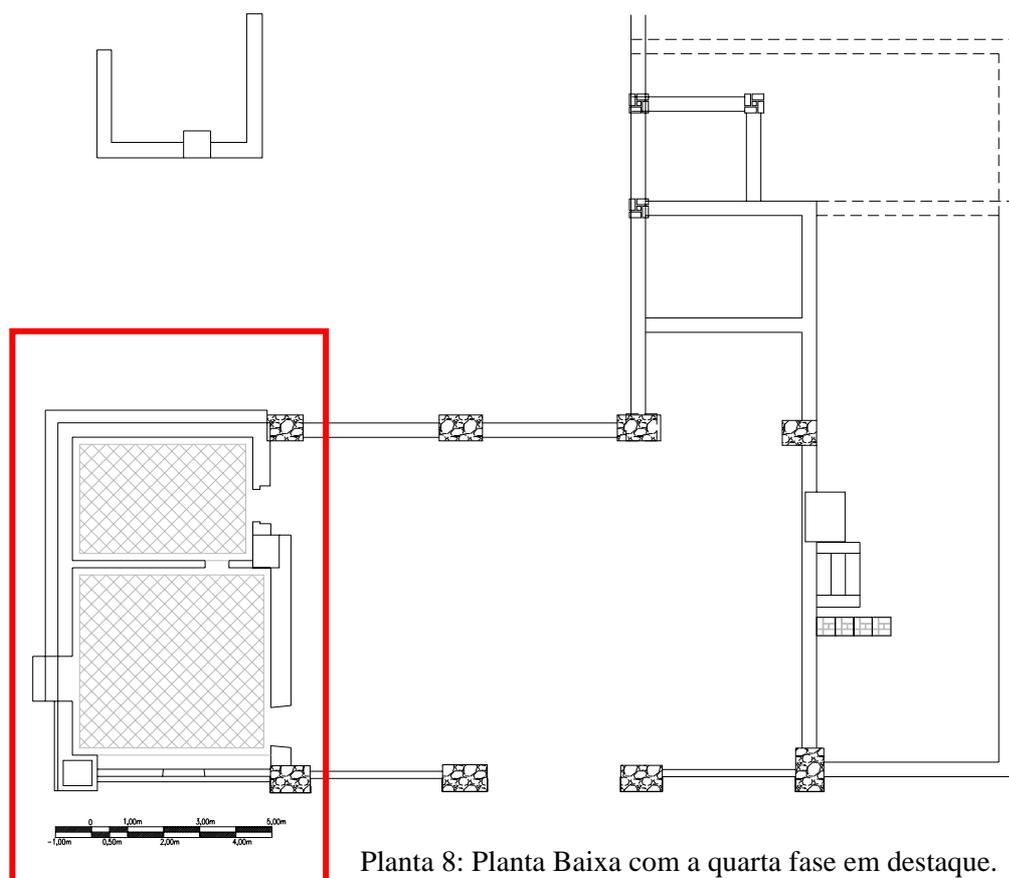


Foto 78: Vista da escada no centro, ao lado esquerdo o escalonamento de tijolos e ao lado direito a massa calcária.

Na escada, os tijolos têm dimensões de 29x14x06cm, e se encontram num estado de conservação razoável; do lado direito da escada visualiza-se um escalonamento, distando 29 centímetros da mesma e executado com tijolos dispostos de forma a compor um desenho. No lado esquerdo da escada havia um aglomerado calcário em que as pedras foram cortadas para formar o retângulo, numa altura alinhada com o piso interno da casa.

Como anteparo entre o espaço interno e externo, encontra-se a base de um muro, feito com pedras, tendo sido observado que sua função era a de contenção. A hipótese sobre a área é que houve a reutilização do espaço, a necessidade fez com que fossem feitas alterações, sendo essa área uma espécie de oitão da casa, um espaço interno, mas sem coberta.

A quarta fase da casa está descrita nos Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda (ROCHA, 1948), da seguinte forma: “*Fez-se de novo hum lanço de telhado da caza de vivenda, levantou-se de tijolos, e cal uma parede, e repartimentos de dous quartos: ladrilhou-se todo o mais para o asseio da caza*”. Esta foi identificada com a parte da casa que se encontra próximo à igreja.



Planta 8: Planta Baixa com a quarta fase em destaque.

Associamos este relato ao local construído que fica bastante próximo da igreja, devido aos materiais construtivos utilizados, tijolo e argamassa, e à preocupação estética mais refinada no detalhe do piso, aplicado com uma borda, chamada de rodapiso, e na parte central o piso foi assentado a 45°.



Foto 79: Base do pilar da quarta fase.

A proximidade com a igreja faz com que o pátio externo da igreja diminua, perdendo um pouco da sua imponência; no entanto, este espaço, trabalhado para erguer estes novos cômodos, fica numa área plana do platô, no nível da casa, sem necessidade de gastos com aterros.

Após esta construção, já no século XIX, os Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda (ROCHA, 1948) relatam apenas serviços de reparos e manutenção da casa, como troca de telhado, caiação, mas não mais de construção.

5.3- Estudo Comparativo

A contribuição da arqueologia histórica, através da linha de pesquisa da arqueologia da arquitetura, para o estudo dos remanescentes do passado só é completa se ocorrer uma interpretação do material coletado, relacionando-o com a historiografia.

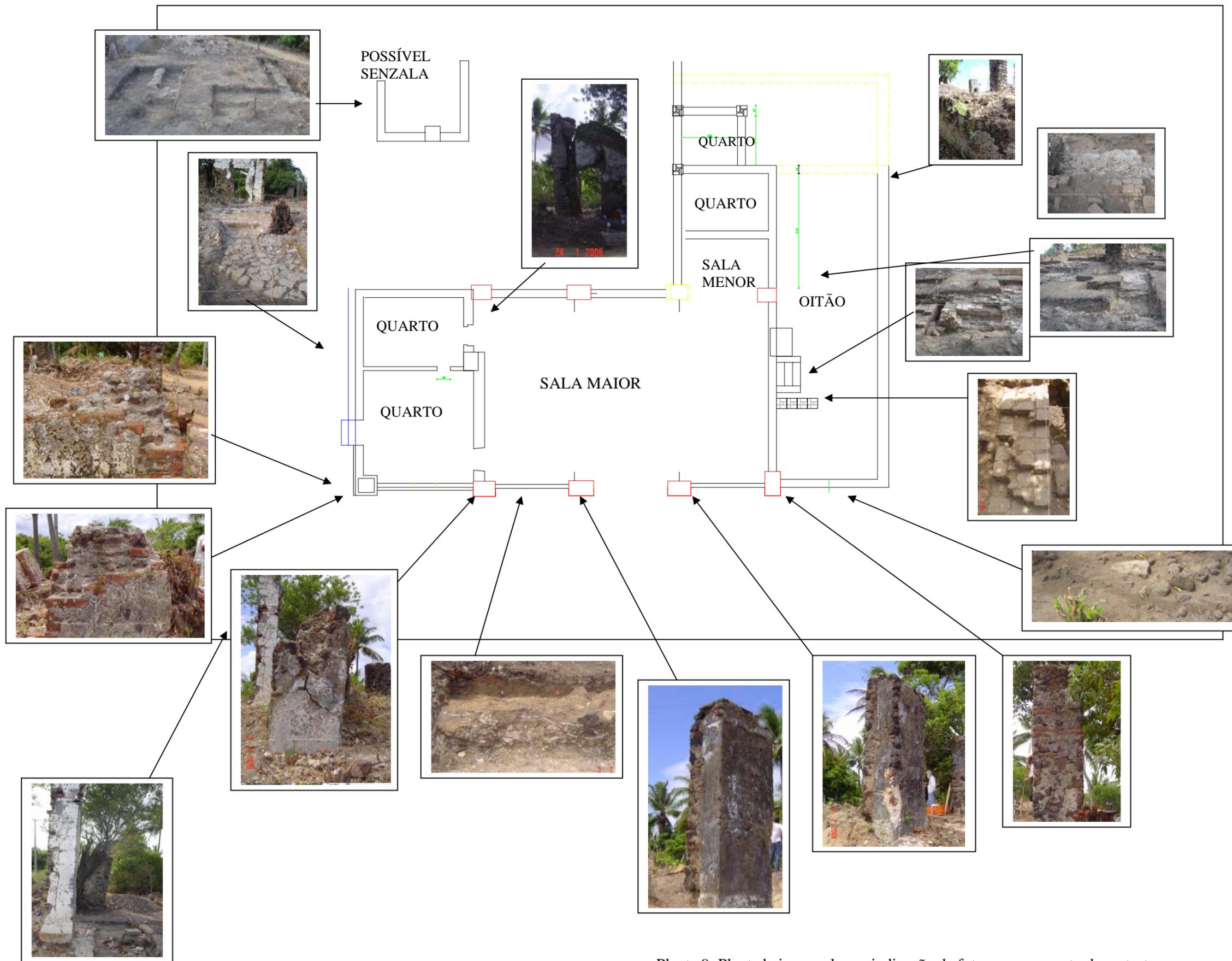
As estruturas identificadas da casa de vivenda da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, comparadas com as casas apresentadas no terceiro capítulo ou com os tipos de construções religiosas comentadas nesta pesquisa, não têm características comuns.

De acordo com Luna (1947), cronista da Ordem Beneditina, nas fazendas desses religiosos, em todo o Brasil, havia o zelo apostólico em cuidar espiritualmente dos habitantes do lugar, que incluía também os indígenas. Nessas propriedades, quando não havia pequenos mosteiros, existia uma casa espaçosa para residência de um ou mais religiosos, que exerciam não só a função de administradores, mas principalmente de catequisadores.

Koster (2002), durante a sua estadia no Engenho Jaguaribe, participou da festa do padroeiro dos beneditinos e comenta a importância desses religiosos e seu trabalho com a população, não apenas da fazenda, mas de toda a redondeza, confirmando a utilização do edifício como moradia.

Essa função de moradia foi a base da pesquisa, cuja finalidade era conhecer o programa de necessidades dos monges. A identificação dos ambientes amplos, definindo espaços diferenciados dos encontrados nas casas-grandes da área rural no período colonial, levou-nos a acreditar na adequação da edificação ao *modus vivendi* dos seus proprietários. É evidente a necessidade de espaços amplos para o funcionamento adequado dos trabalhos realizados no dia-a-dia destes religiosos.

Não obstante a Fazenda de São Bento de Jaguaribe ter uma função econômica semelhante à das propriedades laicas, ou seja, gerar lucros, a pesquisa demonstra que o programa de necessidades dos religiosos, em relação ao edifício, foi diferente do daquelas propriedades, verificando-se uma forte adequação ao *modus vivendi* dos beneditinos, baseada no cumprimento da tríplice missão: catequese, educação e hospitalidade.



Planta 9: Planta baixa geral com indicação de fotos, mapeamento das estruturas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aspecto positivo desta pesquisa não consistiu somente na possibilidade de recuperar e resgatar informações sobre a edificação que, de outra maneira, estariam perdidas para sempre, mas, principalmente, em poder fornecer subsídios técnicos e metodológicos para minimizar as perdas em atividades restaurativas futuras e, além disso, contribuir para a construção do conhecimento histórico a partir da cultura material encontrada.

Sem dúvida, a pesquisa arqueológica é um valioso aporte para a realização de projetos e programas de Governo visando preservar o patrimônio cultural. Espera-se dos gestores dos órgãos de proteção e preservação do patrimônio cultural uma maior sensibilização para essas questões. Somente a educação e a democratização das ações e atividades patrimoniais podem assegurar que o riquíssimo legado dos beneditinos esteja disponível para o amanhã.

O estudo realizado na Fazenda de São Bento de Jaguaribe demonstra, cada vez mais, a necessidade das pesquisas arqueológicas, associadas a outras disciplinas, no caso presente a arquitetura, uma vez que o resgate arqueológico será tanto mais rico em subsídios quando analisado e interpretado pelos mais diversos profissionais.

A arquitetura civil do tipo moradia é o reflexo de quem a criou e, mais ainda, daquele para quem foi criada, demonstrando como se vivia, como se pensava, como o espaço era adequado às necessidades dos primeiros habitantes. O estudo sobre as casas de vivenda deve ser cada vez mais aprofundado, tanto no que concerne ao seu partido como ao seu programa, levando em consideração a preocupação com os materiais construtivos e seu sistema de construção.

A pesquisa teve como finalidade conhecer e interpretar a casa de vivenda dos monges beneditinos quando estes administravam a fazenda, verificando-se que o programa de necessidades estipulado pelos proprietários rurais laicos não é seguido. Trata-se, aqui, de um outro tipo de moradia, que segue um programa diferenciado, ligado ao modo de vida daqueles que o habitavam.

Deste modo, pode-se afirmar que os elementos trabalhados na pesquisa: a planta levantada em campo e sua confrontação com os documentos históricos e modelos arquitetônicos, possibilitam confirmar a hipótese de que o *modus vivendi* dos habitantes define o programa de sua moradia.

No entanto, o Sítio São Bento continua sendo um local com muitas questões ainda a serem estudadas; seus equipamentos e várias áreas específicas, como estribaria, casa de farinha, adega, ainda não foram localizados. Há necessidade de mais pesquisas para completar o mosaico de informações e entender como era o cotidiano do grupo que habitava aquele lugar.

A Fazenda São Bento de Jaguaribe faz parte da História, sua riqueza vestigial implica numa imensa responsabilidade em preservá-la, suas ruínas guardam o cotidiano de uma época, e estão sendo perdidas, pelo descaso. O Sítio São Bento é parte do patrimônio histórico e cultural de Pernambuco, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregaram.

A consciência histórica deve estar presente no dia-a-dia das comunidades. Compreender a nossa História é um passo importante para o desenvolvimento. E isso só poderá ser efetivado através do conhecimento, resgate, análise, interpretação, base para a preservação do patrimônio, seja ele histórico, cultural, natural, material e imaterial, uma herança recebida dos antepassados e que será transmitida às gerações futuras.

BIBLIOGRAFIA:

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura.** 3ªed. São Paulo: Pró Editores, 2003. 670 p.

ALBUQUERQUE, Marcos. **Arraial Novo do Bom Jesus: consolidando um processo, iniciando um futuro.** 1ªed. Recife: Graftorre Ltda., 1997. 225 p.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Economia pernambucana no século XVI.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1962.

_____. **Itamaracá, uma capitania frustrada.** Recife: Fidem, 1999. 111p. (Coleção Tempo Municipal nº20 – Centro de Estudos de História e Cultura Municipal).

ANDRADE LIMA, Tânia. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico. **Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material,** São Paulo, n.1, p. 225-262, 1993.

_____.Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas. **CLIO – Série Arqueológica,** n. 5, p 87-100, 1989.

BARBOSA, José Antônio. **Evolução da Bacia Paraíba durante o Maastrichitano-paleoceno- Formações Gramame e Maria Farinha, Nordeste do Brasil.** 2004. Dissertação (Mestrado em Geociências), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

BARDI, Pietro Maria; PENIDO, Dom Basílio; FONSECA, Edson Nery; GONSALVES DE MELLO, J. A.; MENEZES, José Luiz Mota. **Benedictinos em Olinda – 400 anos.** São Paulo: Editora SANBRA, 1986.

BAZIN, Germain. Arquitetura religiosa barroca no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1983.

BEZERRA, Almir, SILVA, Henrique, SANTOS; Marcelo. Faianças do Sítio São Bento. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 13. Resumos; Campo Grande: SAB, 2005.

BLANTON, R. Houses and households. New York: Plenum, 1994.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1985.

CARRÉRA, Mércia. Reconstituição de uma fazenda colonial: estudo da casa de Fazenda de São Bento de Jaguaribe. 2005. 123f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CARRERA, Mércia. Reconstituição de uma fazenda colonial: estudo de caso Fazenda São Bento de Jaguaribe. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 13. Resumos; Campo Grande: SAB, 2005.

CASTILLO, Juan. Arqueologia de la Arquitectura. n.1, p. 27-38, 2002. Disponível em: www.vc.ehu.es. Acesso em: 12 de abril de 2006.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A.C.. Dicionário da arquitetura brasileira. São Paulo: Edart, 1972.

COSTA, Lúcio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 5, 1941.

_____. Lúcio Costa: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

DERENJI, Jorge. Arquitetura Indígena. In: MONTEZUMA, Roberto. Arquitetura Brasil 500 anos: uma invenção recíproca. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

ENDRES, D. José Lohr. **A Ordem de São Bento no Brasil quando província – 1582-1827.** Salvador: Editora Beneditina , 1980.

FALCÃO, Verônica. Reservas que nada têm de ecológicas. **Jornal do Commercio.** Recife, 20 de junho de 1999. Secção Ciência/ Meio Ambiente, p. 8.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958.

_____. Casas de residência no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, nº 7, p. 99 - 127, 1943.

FOREST, Melânia Gaudêncio Noya. **Engenho Maranguape: uma leitura arqueológica.** 2006. 85f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigilar y castigar. el nacimiento de la prisión.** México: Siglo XXI, 1976.

GOMES, Geraldo. **Engenhos e arquitetura.** Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

_____. Linguagem Clássica na Arquitetura Brasileira. In: MONTEZUMA, Roberto. **Arquitetura Brasil 500 anos: uma invenção recíproca.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

GONSALVES DE MELLO, J. A. O Mosteiro de São Bento e seus cronistas. 27- 58p. In: **Benedictinos em Olinda – 400 anos.** São Paulo: Editora Sanbra, 1986.

GONSALVES DE MELLO, J. A.; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei;** reprodução fac-similar. Recife: UFPE, Imprensa Universitária, 1967.

GUEDES, Ana. Classificação de fragmentos de vidro de uma fazenda colonial em Pernambuco. **In: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia**, 13. Resumos; Campo Grande: SAB, 2005.

HODDER, I. **Interpretación en arqueología**. Barcelona: Editora Crítica, 1988.

HOORNAERT, Eduardo. As relações entre a Igreja e o Estado na Bahia Colonial. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 32, n. 126, p. 275-308, jun. 1972.

HUE, Jorge de Sousa (Coord.). **Uma visão da arquitetura colonial no Brasil**. 3^o ed. São Paulo: Agir, 1999. 200 p.

KOSTER, Henry. **1793 – 1820. Viagens ao Nordeste do Brasil**. 11.ed. atual. Recife: Massangana, 2002.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. **Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material**, São Paulo, n.1, p. 95-106, 1993.

LIVRO DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE OLINDA. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v.41, 1948.

LUNA, Joaquim G. de. **Os monges beneditinos no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1947.

MANNONI, T. Archeologia dell'Architettura. **Notiziario di Archeologia Medievale**, n.54, p. 28 - 29, 1990.

MENEZES, José Luís Mota. Mosteiro de São Bento de Olinda. 59-123p. In: **Benedictinos em Olinda – 400 anos**. São Paulo: Editora Sanbra, 1986.

ORSER Jr., Charles E. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

RAPOPORT, A. **House form and culture**. London: Prentice-Hall Inc., 1969.

Regras de São Bento site da ordem beneditina. Disponível em: www.osb.org.br . Acesso em: dezembro de 2005.

ROCHA, Mateus. Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v.42, 1948. 297páginas.

_____. **Benedictinos em Olinda. Chegada dos Benedictinos em Olinda: 1591 – 1592, e outros acontecimentos daquele Mosteiro até 1630**. Olinda [s.d.].

RODRIGUES, J. Wash. A casa de moradia no Brasil antigo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº 9, 1945.

SCHWARTZ, Stuart B. Os engenhos beneditinos do Brasil colonial. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, 1983. 47páginas.

_____. **Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHANKS, M.; TILLEY, C. **Social theory and archaeology**. Albuquerque: University of New México, 1987.

SMITH, Robert C. A arquitetura civil no período colonial. **Revista do Patrimônio Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 27 - 126, 1969.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 9. ed. rev. atual. Recife: Editora Massangana, 2000. 355p.

SURYA, Leandro. Cachimbos cerâmicos da Sesmaria Jaguaribe – PE: uma análise preliminar. **In: Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia**, 13. Resumos; Campo Grande: SAB, 2005.

TOLEDO, Benedito Lima de. Do século XVI ao século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: ZANINI, Walter. **História da arte**. São Paulo: Banco Moreira Sales, 1985.

VAUTHIER, L. Casas de residência no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 128 - 208, 1943.

WHEELER, Mortimer. **Arqueología de campo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

ZARANKIN, Andrés. Casa Tomada: Sistema, poder y vivienda domestica. In: ACUTO, Félix A. **Sed Non Satiata – Teoría social en arqueología latinoamericana contemporánea**. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 1999.

ZARANKIN, Andrés. **Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista – o caso de Buenos Aires**. Campinas: Unicamp, 2002.

APÊNDICE:

Legenda da tabela:

Etiqu	Etiqueta
Quadr	Quadrícula
quadt	quadrante

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1045	Botão	1	-	0	-	-	15.01.06	Trab.Galego	Material de superfície 2ª campanha
1046	Medalha	1	-	0	-	-	15.01.06	Trab.Galego	Material de superfície 2ª campanha
1047	Crucifixo	1	-	0	-	-	15.01.06	Trab.Galego	Material de superfície 2ª campanha
1048	Metal(chave)	1	-	0	-	-	15.01.06	Trab.Galego	Material de superfície 2ª campanha
1049	Tijolo	1	-	0	-	-	16.01.06	Ana Paula	Material de superfície 2ª campanha
1050	Reboco	1	-	0	-	-	16.01.06	Ana Paula	Parte externa 2ª campanha
1051	Telha	1	Superfície	11	-	-	16.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1052	Vidro	1	Superfície	11	-	-	16.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1053	Cerâmica	1	Superfície	11	-	-	16.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1054	Seixo	1	Superfície	11	-	-	16.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1055	Metal Férreo	1	Superfície	11	-	-	16.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1056	Cantaria	1	Superfície	11	-	-	16.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1057	Reboco	1	Superfície	11	-	-	16.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1058	Rocha Calcárea	1	Superfície	11	-	-	16.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1059	Malacológico	1	Superfície	11	-	-	16.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1060	Faiança	1	Superfície	11	-	-	16.01.06	Carlos Rios	Material de superfície
1061	Metal	1	Superfície	11	D	-	17.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1062	Cal	1	Superfície	11	D	-	17.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1063	Cerâmica	1	Superfície	11	D	-	17.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1064	Botão	1	Superfície	11	D	-	17.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1065	Malacológico	1	Superfície	11	D	-	17.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1066	Ossos	1	Superfície	11	D	-	17.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1067	Louça	1	Superfície	11	D	-	17.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1068	Seixo	1	Superfície	11	D	-	17.01.06	Carlos Rios	Material de superfície do interior da casa
1069	Louça	1	Superfície	11	D	-	17.01.06	Henrique	Material de sup. da parte externa da casa
1070	Metal	1	1ª DEC	11	D	-	17.01.06	Carlos Rios	
1071	Cerâmica	1	1ª DEC	11	-	-	17.01.06	Carlos Rios	
1072	Vidro	1	1ª DEC	11	D	-	17.01.06	Carlos Rios	
1073	Malacológico	1	Superfície	11	N	b,d	18.01.06	Henrique	
1074	Vidro	1	Superfície	11	N	b,d	18.01.06	Henrique	
1075	Faiança	1	Superfície	11	N	b,d	18.01.06	Henrique	
1076	Lítico	1	Superfície	11	N	b,d	18.01.06	Henrique	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1077	Cerâmica	1	Superfície	11	N	b,d	18.01.06	Henrique	
1078	Férreo	1	Superfície	11	N	b,d	18.01.06	Henrique	
1164	Botão	1	Superfície	11	M	a,c	19.01.06	Flávio	
1165	Prego	1	2ª DEC	11	P	b,d	20.01.06	Flávio	
1166	Ossos	1	2ª DEC	11	P	b,d	20.01.06	Flávio	
1167	Vidro	1	2ª DEC	11	P	b,d	20.01.06	Flávio	
1168	Cerâmica	1	2ª DEC	11	P	b,d	20.01.06	Flávio	
1169	Louça	1	2ª DEC	11	P	b,d	20.01.06	Flávio	
1170	Prego	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Flávio	
1171	Seixo	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Flávio	
1172	Cerâmica	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Flávio	
1173	Vidro	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Flávio	
1174	Louça	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Flávio	
1175	Ossos	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Flávio	
1176	Cal	1	1ª DEC	15	L	c,d	20.01.06	Leandro	
1177	Cerâmica	1	1ª DEC	15	L	c,d	20.01.06	Leandro	
1178	Ossos	1	1ª DEC	15	L	c,d	20.01.06	Leandro	
1179	Louça	1	2ª DEC	15	L	c,d	20.01.06	Leandro	
1180	Cerâmica	1	1ª DEC	15	L	c,d	20.01.06	Leandro	
1181	Cerâmica	1	2º nível	11	N	b,d	20.01.06	Onésimo	
1182	Malacológico	1	2º nível	11	N	b,d	20.01.06	Onésimo	
1183	Prego	1	2º nível	11	N	b,d	20.01.06	Onésimo	
1184	Madeira	1	2º nível	11	N	b,d	20.01.06	Onésimo	
1185	Metal	1	2º nível	11	N	b,d	20.01.06	Onésimo	
1186	Vidro	1	2º nível	11	N	b,d	20.01.06	Onésimo	
1187	Ossos	1	2º nível	11	N	b,d	20.01.06	Onésimo	
1188	Cerâmica	1	2º nível	11	N	b,d	20.01.06	Onésimo	
1189	Louça	1	2º nível	11	N	b,d	20.01.06	Onésimo	
1190	Enxofre	1	2º nível	11	N	b,d	20.01.06	Onésimo	
1191	Prego	1	Superfície	11	P	b,d	20.01.06	Matheus	
1192	Louça	1	Superfície	11	P	b,d	20.01.06	Matheus	
1193	Cerâmica	1	2º DEC	7	L	-	20.01.06	Felipe	
1194	Reboco	1	2º DEC	7	L	-	20.01.06	Felipe	
1195	Prego	1	2º DEC	7	L	-	20.01.06	Felipe	
1196	Louça	1	Superfície	11	N	b,d	20.01.06	Onésimo	
1197	Cerâmica	1	Superfície	11	N	b,d	20.01.06	Onésimo	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1198	Metal	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Neto	
1199	Louça	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Neto	
1200	Cerâmica	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Neto	
1201	Ossos	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Neto	
1202	Prego	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Neto	
1203	Não identificado	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Neto	
1204	Sedimento	1	Superfície	11	M	a,c	20.01.06	Neto	
1205	Cobre (colher)	1	1ª DEC	11	M	b,d	20.01.06	Matheus	
1206	Lítico	1	1ª DEC	11	M	-	20.01.06	Marcelo	
1207	Calcário	1	Superfície	10	F	-	20.01.06	Cláudia	Limpeza
1208	Vidro	1	Superfície	10	E	-	20.01.06	Flávio	
1209	Louça	1	Superfície	10	E	-	20.01.06	Flávio	
1210	Férreo	1	Superfície	11	M	-	23.01.06	Neto	
1211	Plástico	1	Superfície	11	M	-	23.01.06	Neto	
1262	Metal	1	1º	11	Q	-	23.01.06	Neto	
1263	Vidro	1	1º	11	Q	-	23.01.06	Neto	
1264	Cerâmica	1	1º	11	Q	-	23.01.06	Neto	
1265	Ossos	1	1º	11	Q	-	23.01.06	Neto	
1266	Botão	1	1º	11	Q	-	23.01.06	Neto	
1267	Ossos	1	2º	11	Q	-	23.01.06	Neto	
1268	Telha	1	1º	18	L	a,b	23.01.06	Henrique	
1269	Cachimbo	1	1º	18	L	a,b	24.01.06	Henrique	
1270	Ossos	1	2º	11	Q	-	24.01.06	Henrique	
1271	Cerâmica	1	1º	14	L	a,b	24.01.06	Neto	
1272	Louça	1	1º	14	L	a,b	24.01.06	Neto	
1273	Ossos	1	1º	14	L	a,b	24.01.06	Neto	
1274	Metal	1	1º	14	L	a,b	24.01.06	Neto	
1275	Louça	1	1º	18	L	a,b	24.01.06	Henrique	
1276	Ossos	1	1º	18	L	a,b	24.01.06	Henrique	
1277	Vidro	1	1º	18	L	a,b	24.01.06	Henrique	
1278	Metal	1	1º	18	L	a,b	24.01.06	Henrique	
1279	Cerâmica	1	1º	18	L	a,b	24.01.06	Henrique	
1280	Malacológico	1	1º	18	L	a,b	24.01.06	Henrique	
1281	Vidro	1	1º	11	P	a,c	24.01.06	Flávio	
1282	Cerâmica	1	1º	11	P	a,c	24.01.06	Flávio	
1283	Louça	1	1º	11	P	a,c	24.01.06	Flávio	
1284	Metal	1	1º	11	P	a,c	24.01.06	Flávio	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1285	Cerâmica	1	1º	11	P	b,d	24.01.06	Flávio	
1286	Louça	1	1º	11	P	b,d	24.01.06	Flávio	
1287	Vidro	1	1º	11	P	b,d	24.01.06	Flávio	
1288	Metal	1	1º	11	P	b,d	24.01.06	Flávio	
1289	Ossos	1	-	11	R	b,d	24.01.06	Neto	
1290	Louça	1	Superfície	0	-	-	24.01.06	Henrique	
1291	Cerâmica	1	2º	11	Q	-	24.01.06	Henrique	
1292	Metal	1	2º	11	Q	-	24.01.06	Henrique	
1293	Vidro	1	2º	11	Q	-	24.01.06	Henrique	
1294	Louça	1	2º	11	Q	-	24.01.06	Henrique	
1295	Cachimbo	1	2º	11	Q	-	24.01.06	Henrique	
1296	Ossos	1	1º	11	R	b,d	24.01.06	Henrique	
1297	Cerâmica	1	1º	11	R	b,d	24.01.06	Henrique	
1298	Louça	1	1º	11	R	b,d	24.01.06	Henrique	
1299	Metal	1	1º	11	R	b,d	24.01.06	Henrique	
1300	Vidro	1	1º	11	R	b,d	24.01.06	Henrique	
1301	Cerâmica	1	1º	11	R	b,d	24.01.06		
1302	Louça	1	1º	11	R	b,d	24.01.06		
1303	Ossos	1	1º	13	M	-	24.01.06	Ana Guedes	
1304	Cachimbo	1	1º	11	R	-	24.01.06		
1305	Metal	1	1º	13	L	b,d	24.01.06	Mércia	
1306	Cerâmica	1	1º	13	L	a,b,d	24.01.06		
1307	Louça	1	1º	13	L	a,b,d	24.01.06	Mércia	
1308	Vidro	1	1º	13	L	a,b,d	24.01.06		
1309	Vidro	1	1º	13	M	b,d	24.01.06		
1310	Cerâmica	1	1º	13	M	b,d	24.01.06		
1311	Metal	1	1º	11	R	b,d	24.01.06	Ana	
1312	Cerâmica	1	1º	11	R	b,d	24.01.06	Ana	
1313	Metal	1	1º	9	C	a,b	25.01.06	Mércia	
1314	Vidro	1	1º	9	C	a,b	25.01.06	Mércia	
1315	Ossos	1	1º	9	C	a,b	25.01.06	Mércia	
1316	Lítico	1	1º	9	C	a,b	25.01.06	Mércia	
1079	Cerâmica	1	Superfície	11	O	a,c	18.01.06	Henrique	
1080	Férreo	1	Superfície	11	O	a,c	18.01.06	Henrique	
1081	Malacológico	1	Superfície	11	O	a,c	18.01.06	Henrique	
1082	Vidro	1	Superfície	11	O	a,c	18.01.06	Henrique	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1083	Lítico	1	Superfície	11	O	a,c	18.01.06	Henrique	
1084	Grés	1	-	11	O	a,c	18.01.06	Henrique	
1085	Cerâmica	1	Superfície	18	L	a,b	18.01.06	Henrique	
1086	Faiança	1	Superfície	18	L	a,b	18.01.06	Henrique	
1087	Cerâmica	1	Superfície	11	N	b,d	18.01.06	Henrique	
1088	Vidro	1	Superfície	18	L	a,b	18.01.06	Henrique	
1089	Férreo	1	Superfície	11	N	b,d	18.01.06	Henrique	
1090	Louça	1	Superfície	11	N	b,d	18.01.06	Henrique	
1091	Louça	1	1º	11	O	a,c	18.01.06		
1092	Metal	1	1º	11	O	a,c	18.01.06		
1093	Botão	1	1º	11	O	a,c	18.01.06		
1094	Louça	1	Superfície	11	A	-	18.01.06		
1095	Vidro	1	Superfície	11	A	-	18.01.06		
1096	Cerâmica	1	Superfície	11	H	-	18.01.06		
1097	Botão	1	1º	11	N	b,d	18.01.06		
1098	Cerâmica	1	1º	11	N	b,d	18.01.06		
1099	Grés	1	1º	18	L	a,b	18.01.06		
1100	Ossos	1	1º	18	L	a,b	18.01.06		
1101	Vidro	1	Superfície	11	N	b,d	18.01.06	Henrique	
1102	Ossos	1	Superfície	11	N	b,d	18.01.06	Henrique	
1103	Cachimbo	1	Superfície	11	N	b,d	18.01.06	Henrique	
1104	Cachimbo	1	Superfície	11	O	a,c	18.01.06	Henrique	
1105	Louça	1	1º	18	L	a,b	18.01.06	Henrique	
1106	Vidro	1	1º	18	L	a,b	18.01.06	Henrique	
1107	Cerâmica	1	1º	18	L	a,b	18.01.06	Henrique	
1108	Férreo	1	1º	18	L	a,b	18.01.06	Henrique	
1109	Malacológico	1	1º	18	L	a,b	18.01.06	Henrique	
1110	Vidro	1	Superfície	0	-	-	18.01.06	Henrique	
1111	Cerâmica	1	Superfície	18	L	a,b	19.01.06	Flávio	
1112	Faiança	1	Superfície	18	L	a,b	19.01.06	Flávio	
1113	Vidro	1	Superfície	18	L	a,b	19.01.06	Flávio	
1114	Telha	1	Superfície	18	L	a,b	19.01.06	Flávio	
1115	Prego	1	Superfície	18	L	a,b	19.01.06	Flávio	
1116	Malacológico	1	Superfície	18	L	a,b	19.01.06	Flávio	
1117	Prego	1	Superfície	8	L	a,c	19.01.06	Carlos Rios	
1118	Vidro	1	Superfície	8	L	a,c	19.01.06	Carlos Rios	
1119	Telha	1	2ª DEC	8	L	a,c	19.01.06	Carlos Rios	Decapagem obedecendo os níveis

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
									naturais
1120	Prego	1	3ª DEC	8	L	a,c	19.01.06	Carlos Rios	Decapagem obedecendo os níveis naturais
1121	Cerâmica	1	Superfície	17	L	c,d	19.01.06	Neto	
1122	Vidro	1	Superfície	17	L	c,d	19.01.06	Neto	
1123	Telha	1	Superfície	17	L	c,d	19.01.06	Neto	
1124	Malacológico	1	Superfície	17	L	c,d	19.01.06	Neto	
1125	Ossos	1	Superfície	17	L	c,d	19.01.06	Neto	
1126	Botão	1	Superfície	17	L	c,d	19.01.06	Neto	
1127	Faiança	1	Superfície	17	L	c,d	19.01.06	Neto	
1212	Cerâmica	1	Superfície	11	M	-	23.01.06	Neto	
1213	Madeira	1	Superfície	11	M	-	23.01.06	Neto	
1214	Louça	1	Superfície	11	M	-	23.01.06	Neto	
1215	Cerâmica	1	1º	18	L	a,b	23.01.06	Henrique	
1216	Louça	1	1º	18	L	a,b	23.01.06	Henrique	
1217	Férreo	1	1º	18	L	a,b	23.01.06	Henrique	
1218	Vidro	1	1º	18	L	a,b	23.01.06	Henrique	
1219	Ossos	1	1º	18	L	a,b	23.01.06	Henrique	
1220	Louça	1	1º	17	L	c,d	23.01.06	Henrique	
1221	Ossos	1	1º	17	L	c,d	23.01.06		
1222	Cerâmica	1	1º	17	L	c,d	23.01.06		
1223	Vidro	1	1º	17	L	c,d	23.01.06		
1224	Malacológico	1	1º	17	L	c,d	23.01.06		
1225	Malacológico	1	Superfície	16	L	a,b	23.01.06		
1226	Cerâmica	1	Superfície	16	L	a,b	23.01.06		
1227	Louça	1	Superfície	16	L	a,b	23.01.06		
1228	Ossos	1	Superfície	16	L	a,b	23.01.06		
1229	Sedimento até 35 cm	1	1º	11	M	d	23.01.06	Leandro	
1230	Sedimento abaixo de 35 cm	1	1º	11	M	d	23.01.06	Leandro	
1231	Amostra de carvão	1	1º	11	M	d	23.01.06	Leandro	
1232	Cerâmica	1	1º	18	L	a,b	23.01.06	Henrique	
1233	Grés	1	1º	18	L	a,b	23.01.06	Henrique	
1234	Férreo	1	1º	18	L	a,b	23.01.06	Henrique	
1235	Vidro	1	1º	18	L	a,b	23.01.06	Henrique	
1236	Ossos	1	1º	18	L	a,b	23.01.06	Henrique	
1237	Cachimbo	1	1º	11	M	d	23.01.06	Leandro	
1238	Malacológico	1	Superfície	11	M	d	23.01.06	Leandro	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1239	Cerâmica	1	Superfície	11	M	d	23.01.06	Leandro	
1240	Louça	1	Superfície	11	M	d	23.01.06	Leandro	
1241	Férreo	1	-	11	M	d	23.01.06	Leandro	
1242	Ossos	1	-	11	M	d	23.01.06	Leandro	
1243	Cerâmica	1	-	11	M	d	23.01.06	Leandro	
1244	Louça	1	Superfície	16	L	a,b	23.01.06	Ana Valéria	
1245	Piso	1	Superfície	10	E	c	23.01.06	Matheus	
1246	Cerâmica	1	2°	16	L	a,b	23.01.06	Ana Valéria	
1247	Férreo	1	2°	16	L	a,b	23.01.06	Ana Valéria	
1248	Vidro	1	2°	16	L	a,b	23.01.06	Ana Valéria	
1249	Louça	1	2°	16	L	a,b	23.01.06	Ana Valéria	
1250	Ossos	1	2°	16	L	a,b	23.01.06	Ana Valéria	
1251	Malacológico	1	2°	16	L	a,b	23.01.06	Ana Valéria	
1252	Férreo	1	1°	18	L	a,b	23.01.06	Ana Valéria	
1253	Ossos	1	1°	18	L	a,b	23.01.06	Ana Valéria	
1254	Malacológico	1	1°	18	L	a,b	23.01.06	Ana Valéria	
1255	Madeira	1	1°	18	L	a,b	23.01.06	Ana Valéria	
1256	Faiança	1	2ª DEC	11	Q	-	23.01.06	Neto	
1257	Ferro	1	2ª DEC	11	Q	-	23.01.06	Neto	
1258	Botão	1	2ª DEC	11	Q	-	23.01.06	Neto	
1259	Cerâmica	1	2ª DEC	11	Q	-	23.01.06	Neto	
1260	Vidro	1	2ª DEC	11	Q	-	23.01.06	Neto	
1261	Louça	1	1°	11	Q	-	23.01.06	Neto	
1317	Metal	1	1°	11	P	a	25.01.06	Flávio	
1318	Vidro	1	1°	11	P	a	25.01.06	Flávio	
1319	Cerâmica	1	1°	11	P	a	25.01.06	Flávio	
1320	Cerâmica	1	1°	11	Q	-	25.01.06	Matheus	
1321	Faiança	1	1°	11	Q	-	25.01.06		
1322	Vidro	1	1°	11	S	a,c	25.01.06	Cláudia	
1323	Metal	1	1°	11	S	a,c	25.01.06	Cláudia	
1324	Faiança	1	1°	11	S	a,c	25.01.06	Cláudia	
1325	Cerâmica	1	1°	11	S	a,c	25.01.06	Cláudia	
1326	Ossos	1	2°	11	R	b,d	25.01.06	Cláudia	
1327	Metal	1	2°	11	R	b,d	25.01.06	Cláudia	
1328	Cerâmica	1	2°	11	R	b,d	25.01.06	Cláudia	
1329	Faiança	1	2°	11	R	b,d	25.01.06	Cláudia	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1330	Mat. Construtivo (telha)	1	2º	11	R	b,d	25.01.06	Cláudia	
1331	Moeda	1	1º	13	M	b,c,d	25.01.06	Neto	
1332	Cerâmica	1	1º	13	M	b,c,d	25.01.06	Neto	
1333	Ossos	1	1º	13	M	b,c,d	25.01.06	Neto	
1334	Faiança	1	1º	13	M	b,c,d	25.01.06	Neto	
1335	Grés	1	1º	13	M	b,c,d	25.01.06	Neto	
1336	Metal	1	1º	12	L	a,b	25.01.06	Ana Paula	
1337	Faiança	1	1º	11	M-N	b,d	25.01.06	Inaldo	
1338	Cerâmica	1	1º	11	M-N	b,d	25.01.06	Inaldo	
1339	Metal	1	1º	11	N	a,b	25.01.06	Inaldo	
1340	Moeda	1	1º	11	N	a,b	25.01.06	Inaldo	
1341	Faiança	1	1º	11	N	a,b	25.01.06	Inaldo	
1342	Cerâmica	1	1º	11	N	a,b	25.01.06	Inaldo	
1343	Metal	1	-	0	-	-	25.01.06		Mat. Superfície
1344	Louça	1	1º	10	N	-	26.01.06	Inaldo	
1345	Metal	1	1º	10	M	-	26.01.06	Carlos Rios	
1346	Cerâmica	1	1º	10	M	-	26.01.06	Carlos Rios	
1347	Cerâmica	1	1º	11	N	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1348	Grés	1	1º	11	N	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1349	Louça	1	1º	11	N	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1350	Metal	1	1º	11	N	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1351	Seixo	1	1º	11	N	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1352	Metal	1	1º	13	L	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1353	Moeda	1	1º	13	L	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1354	Cerâmica	1	1º	13	L	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1355	Louça	1	1º	13	L	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1356	Ossos	1	1º	13	L	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1357	Vidro	1	1º	13	L	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1358	Botão	1	1º	13	L	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1359	Conta	1	1º	13	L	-	26.01.06	Flávio/Neto	
1360	Cerâmica	1	1º	11	Q	-	26.01.06	Flávio	
1361	Metal	1	1º	11	Q	-	26.01.06	Flávio	
1362	Vidro	1	1º	11	Q	-	26.01.06	Flávio	
1363	Louça	1	1º	11	Q	-	26.01.06	Flávio	
1364	Ossos	1	1º	11	Q	-	26.01.06	Flávio	
1365	Botão	1	1º	11	Q	-	26.01.06	Flávio	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1366	Cachimbo	1	1º	12	L	-	26.01.06	Neto	
1367	Vidro	1	1º	12	L	-	26.01.06	Neto	
1368	Grés	1	1º	12	L	-	26.01.06	Neto	
1369	Metal	1	1º	12	L	-	26.01.06	Neto	
1370	Louça	1	1º	12	L	-	26.01.06	Neto	
1371	Cerâmica	1	1º	12	L	-	26.01.06	Neto	
1372	Moeda	1	1º	11	H	a,b	26.01.06	Carlos Rios	
1373	Grés	1	1º	11	H	a,b	26.01.06	Carlos Rios	
1374	Louça	1	1º	17	C	-	26.01.06	Leandro	
1375	Ossos	1	1º	17	C	-	26.01.06	Leandro	
1376	Metal	1	1º	17	C	-	26.01.06	Leandro	
1377	Vidro	1	1º	17	C	-	26.01.06	Leandro	
1378	Cerâmica	1	1º	17	C	-	26.01.06	Leandro	
1379	Louça	1	1º	17	E	c,d	26.01.06	Leandro	
1380	Vidro	1	1º	17	E	c,d	26.01.06	Leandro	
1381	Cachimbo	1	1º	17	E	c,d	26.01.06	Leandro	
1382	Ossos	1	1º	17	E	c,d	26.01.06	Leandro	
1383	Cerâmica	1	1º	17	E	c,d	26.01.06	Leandro	
1384	Ossos	1	1º	14	L	-	26.01.06	Neto/Inaldo	
1385	Cerâmica	1	1º	14	L	-	26.01.06	Neto/Inaldo	
1386	Cerâmica	1	1º	10	N	-	26.01.06	Neto/Flávio	
1387	Faiança	1	-	0	-	-	27.01.06	Ana Paula	Material superfície
1388	Ossos	1	1º	11	H	a,c	27.01.06	Carlos	
1389	Metal	1	1º	11	H	a,c	27.01.06	Carlos	
1390	Ossos	1	1º	10	N	-	27.01.06	Ana Paula	
1391	Cachimbo	1	Superfície	0	-	-	27.01.06		Doação de moradores locais
1392	Metal	1	Superfície	0	-	-	27.01.06		Doação de moradores locais
1393	Vidro	1	Superfície	0	-	-	27.01.06		Doação de moradores locais
1394	Faiança	1	Superfície	0	-	-	27.01.06		Doação de moradores locais
1395	Cerâmica	1	Superfície	0	-	-	27.01.06		Doação de moradores locais
1396	Grés	1	Superfície	0	-	-	27.01.06		Doação de moradores locais
1397	Cachimbo	1	1º	11	N	-	27.01.06	Leandro	
1398	Botão	1	1º	11	N	-	27.01.06	Flávio/Matheus	
1399	Ossos	1	1º	11	N	-	27.01.06	Flávio/Matheus	
1400	Cerâmica	1	1º	11	N	-	27.01.06	Flávio/Matheus	
1401	Metal	1	1º	11	N	-	27.01.06	Flávio/Matheus	
1402	Faiança	1	1º	11	N	-	27.01.06	Flávio/Matheus	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1403	Seixo	1	1º	11	N	-	27.01.06	Flávio/Matheus	
1404	Fragmento rocha	1	1º	11	N	-	27.01.06	Flávio/Matheus	
1405	Vidro	1	1º	11	N	-	27.01.06	Flávio/Matheus	
1406	Ossos	1	2º	11	R	b,d	27.01.06	Flávio	
1407	Cerâmica	1	2º	11	R	-	27.01.06	Flávio	
1408	Faiança	1	2º	11	R	b,d	27.01.06	Flávio	
1409	Seixo	1	2º	11	R	b,d	27.01.06	Flávio	
1410	Lítico	1	2º	11	R	b,d	27.01.06	Flávio	
1411	Metal	1	2º	11	R	b,d	27.01.06	Flávio	
1412	Vidro	1	1º	11	N	a,b,d	27.01.06	Flávio	
1413	Metal	1	1º	11	N	a,b,d	27.01.06	Flávio	
1414	Cerâmica	1	1º	11	N	a,b,d	27.01.06	Flávio	
1415	Faiança	1	1º	11	N	a,b,d	27.01.06	Flávio	
1416	Faiança	1	1º	18	E	-	27.01.06	Carlos	
1417	Vidro	1	1º	18	E	-	27.01.06	Carlos	
1418	Ossos	1	1º	18	E	-	27.01.06	Carlos	
1419	Cerâmica	1	1º	18	E	-	27.01.06	Carlos	
1420	Pedra de cal	1	1º	18	E	-	27.01.06	Carlos	
1421	Faiança	1	1º	16	L	a,b	27.01.06	Henrique	
1422	Metal	1	1º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1423	Cachimbo	1	1º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1424	Ossos	1	1º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1425	Vidro	1	1º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1426	Faiança	1	1º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1427	Semente	1	1º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1428	Seixo	1	1º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1429	Cerâmica	1	1º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1430	Malacológico	1	1º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1431	Material construtivo (telha)	1	1º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1432	Metal	1	1º	11	L	-	27.01.06	Neto	
1433	Pedra de cantaria	1	1º	11	P	-	27.01.06	Leandro	
1434	Cachimbo	1	1º	11	R	-	27.01.06	Flávio	
1435	Metal	1	1º	11	R	-	27.01.06	Flávio	
1436	Ossos	1	1º	11	R	-	27.01.06	Flávio	
1437	Malacológico	1	1º	11	R	-	27.01.06	Flávio	
1438	Cerâmica	1	1º	11	R	-	27.01.06	Flávio	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1439	Faiança	1	1º	11	R	-	27.01.06	Flávio	
1440	Vidro	1	1º	11	A-B	-	27.01.06	Matheus	
1441	Louça	1	1º	11	A-B	-	27.01.06	Matheus	
1442	Grés	1	1º	11	A-B	-	27.01.06	Matheus	
1443	Botão	1	1º	11	A-B	-	27.01.06	Matheus	
1444	Vidro	1	2º	16	C	b,d	27.01.06	Matheus	
1445	Ossos	1	2º	16	C	b,d	27.01.06	Matheus	
1446	Louça	1	2º	16	C	b,d	27.01.06	Matheus	
1447	Cerâmica	1	2º	16	C	b,d	27.01.06	Matheus	
1448	Metal	1	1º	16	C	b,d	27.01.06	Matheus	
1449	Cachimbo	1	1º	15	L	c,d	27.01.06	Flávio/Inaldo	
1450	Ossos	1	1º	15	L	c,d	27.01.06	Flávio/Inaldo	
1451	Cerâmica	1	1º	15	L	c,d	27.01.06	Flávio/Inaldo	
1452	Metal	1	1º	15	L	c,d	27.01.06	Flávio/Inaldo	
1453	Vidro	1	1º	15	L	c,d	27.01.06	Flávio/Inaldo	
1454	Ossos	1	2º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1455	Malacológico	1	2º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1456	Metal	1	2º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1457	Vidro	1	2º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1458	Cerâmica	1	2º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1459	Faiança	1	2º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1460	Grés	1	-	0	-	-	27.01.06		Material superfície
1461	Vidro	1	-	0	-	-	27.01.06		Material superfície
1462	Cerâmica	1	1º	10	N	-	27.01.06	Inaldo/Neto	
1463	Metal	1	1º	10	N	-	27.01.06	Inaldo/Neto	
1464	Vidro	1	1º	10	N	-	27.01.06	Inaldo/Neto	
1465	Botão	1	1º	10	N	-	27.01.06	Inaldo/Neto	
1466	Cachimbo	1	1º	10	N	-	27.01.06	Inaldo/Neto	
1467	Faiança	1	1º	10	N	-	27.01.06	Inaldo/Neto	
1468	Grés	1	2º	11	Q	-	27.01.06	Flávio	
1469	Cerâmica	1	1º	10	M	-	27.01.06	Neto	
1470	Louça	1	1º	17	C	-	27.01.06	Carlos	
1471	Ossos	1	1º	10	N	-	27.01.06	Inaldo/Neto	
1472	Ossos	1	1º	17	C	-	27.01.06		
1473	Vidro	1	1º	17	C	-	27.01.06	Carlos	
1474	Material construtivo (telha)	1	-	0	-	-	27.01.06	Ana Paula	Material superfície
1475	Grés	1	1º	17	C	-	27.01.06	Carlos	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1476	Cerâmica	1	1º	17	C	-	27.01.06	Carlos	
1477	Malacológico	1	1º	17	C	-	27.01.06	Carlos	
1478	Sementes	1	1º	11	L	-	27.01.06	Henrique	
1479	Metal	1	1º	17	C	-	27.01.06	Carlos	
1480	Material construtivo (telha)	1	1º	11	L	-	27.01.06	Henrique	
1481	Metal	1	1º	11	L	-	27.01.06	Henrique	
1482	Louça	1	1º	11	L	-	27.01.06	Henrique	
1483	Metal	1	1º	13	M	b,c,d	30.01.06	Flávio/Neto	
1484	Vidro	1	1º	13	M	b,c,d	30.01.06	Flávio/Neto	
1485	Cerâmica	1	1º	13	M	b,c,d	30.01.06	Flávio/Neto	
1486	Ossos	1	1º	13	M	b,c,d	30.01.06	Flávio/Neto	
1487	Botão	1	1º	13	M	b,c,d	30.01.06	Flávio/Neto	
1488	Louça	1	1º	13	M	b,c,d	30.01.06	Flávio/Neto	
1489	Cerâmica	1	1º	17	C	-	30.01.06	Leandro	
1490	Metal	1	1º	17	C	-	30.01.06	Leandro	
1491	Vidro	1	1º	17	C	-	30.01.06	Leandro	
1492	Ossos	1	1º	17	C	-	30.01.06	Leandro	
1493	Louça	1	1º	17	C	-	30.01.06	Leandro	
1494	Botão	1	1º	17	C	-	30.01.06	Leandro	
1495	Metal	1	1º	18	E	-	30.01.06	Carlos Rios	
1496	Ossos	1	1º	18	E	-	30.01.06	Carlos Rios	
1497	Grés	1	1º	18	E	-	30.01.06	Carlos Rios	
1498	Vidro	1	1º	18	E	-	30.01.06	Carlos Rios	
1499	Louça	1	1º	18	E	-	30.01.06	Carlos Rios	
1500	Cerâmica	1	1º	18	E	-	30.01.06	Carlos Rios	
1501	Cerâmica	1	1º	11	S	a,c	30.01.06	Cláudia	
1502	Louça	1	1º	11	S	a,c	30.01.06	Cláudia	
1503	Ossos	1	1º	11	S	a,c	30.01.06	Cláudia	
1504	Vidro	1	1º	11	S	a,c	30.01.06	Cláudia	
1505	Metal	1	1º	11	S	a,c	30.01.06	Cláudia	
1506	Cerâmica	1	1º	16	C	-	30.01.06	Carlos	
1507	Metal	1	1º	16	C	-	30.01.06	Carlos	
1508	Vidro	1	1º	16	C	-	30.01.06	Carlos	
1509	Louça	1	1º	16	C	-	30.01.06	Carlos	
1510	Ossos	1	1º	16	C	-	30.01.06	Carlos	
1511	Cone metálico	1	1º	0	-	-	30.01.06		Objeto encontrado por Sr. Galego

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1512	Metal	1	1º	10	G	-	30.01.06	Ana	
1513	Seixo	1	1º	10	G	-	30.01.06	Ana Guedes	
1514	Cerâmica	1	1º	10	G	-	30.01.06	Ana Guedes	
1515	Vidro	1	1º	13	O	c,d	31.01.06	Cláudia	
1516	Faiança	1	1º	13	O	c,d	31.01.06	Cláudia	
1517	Cerâmica	1	1º	13	O	c,d	31.01.06	Cláudia	Cerâmica vermelha e branca
1518	Cerâmica	1	1º	13	O	c,d	31.01.06	Cláudia	
1519	Metal	1	1º	13	O	c,d	31.01.06	Cláudia	
1520	Porcelana	1	1º	13	O	c,d	31.01.06	Cláudia	
1521	Cerâmica	1	1º / 2º	10	N	c	31.01.06	Bárbara	
1522	Louça	1	1º / 2º	10	N	c	31.01.06	Bárbara	
1523	Malacológico	1	2º	13	O	-	31.01.06	Neto	
1524	Cerâmica	1	2º	13	O	-	31.01.06	Neto	
1525	Vidro	1	2º	13	O	-	31.01.06	Neto	
1526	Louça	1	2º	13	O	-	31.01.06	Neto	
1527	Metal	1	2º	13	O	-	31.01.06	Neto	
1528	Telha	1	1ª DEC	12	N	c	01.02.06	Cláudia	
1529	Metal	1	1ª DEC	12	N	c	01.02.06	Cláudia	
1530	Cerâmica	1	1ª DEC	12	N	c	01.02.06	Cláudia	
1531	Louça	1	1º	13	O	-	31.01.06	Cláudia	
1532	Vidro	1	1º	13	O	c,d	31.01.06	Cláudia	
1128	Cerâmica vitrificada	1	Superfície	17	L	c,d	19.01.06	Neto	
1129	Mineral (amazonita?)	1	Superfície	17	L	c,d	19.01.06	Neto	
1130	Vidro	1	Superfície	7	L	c,d	19.01.06	Carlos Rios	
1131	Prego	1	Superfície	7	L	c,d	19.01.06	Carlos Rios	
1132	Malacológico	1	Superfície	7	L	c,d	19.01.06	Carlos Rios	
1133	Grés	1	Superfície	11	A	b,d	19.01.06	Matheus	
1134	Faiança	1	Superfície	11	A	b,d	19.01.06	Matheus	
1135	Cachimbo	1	Superfície	11	A	b,d	19.01.06	Matheus	
1136	Cerâmica	1	1ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1137	Telha	1	1ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1138	Vidro	1	1ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1139	Cerâmica vitrificada	1	1ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1140	Faiança	1	1ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1141	Malacológico	1	1ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1142	Férreo	1	1ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1143	Cerâmica	1	2ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1144	Vidro	1	2ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1145	Metal	1	2ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1146	Malacológico	1	2ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1147	Faiança	1	2ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1148	Botão	1	2ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1149	Dente	1	2ª DEC	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1150	Faiança	1	Superfície	11	P	b,d	19.01.06	Flávio	
1151	Vidro	1	Superfície	11	P	b,d	19.01.06	Neto	
1152	Metal	1	Superfície	11	P	b,d	19.01.06	Neto	
1153	Cerâmica	1	Superfície	11	P	b,d	19.01.06	Neto	
1154	Malacológico	1	Superfície	11	P	b,d	19.01.06	Neto	
1155	Botão	1	Superfície	11	P	b,d	19.01.06	Neto	
1156	Ossos	1	Superfície	11	P	b,d	19.01.06	Neto	
1157	Cerâmica	1	1ª DEC	11	N	b,d	19.01.06	Carlos Rios	
1158	Faiança	1	1ª DEC	11	N	b,d	19.01.06	Carlos Rios	
1159	Vidro	1	1ª DEC	11	N	b,d	19.01.06	Carlos Rios	
1160	Metal	1	Superfície	11	I	b,d	19.01.06	Neto	
1161	Faiança	1	Superfície	11	I	b,d	19.01.06	Neto	
1162	Ossos	1	Superfície	11	M	a,c	19.01.06	Flávio	
1163	Cerâmica	1	Superfície	11	M	a,c	19.01.06	Flávio	
1533	Faiança	1	1º	13	O	c,d	31.01.06	Cláudia	
1534	Cerâmica	1	1º	13	O	c,d	31.01.06	Cláudia	
1535	Ossos	1	1º	13	O	c,d	31.01.06	Cláudia	
1536	Metal	1	1º	13	O	c,d	31.01.06	Cláudia	
1537	Porcelana	1	1º	13	O	a,d	31.01.06	Cláudia	
1538	Vidro	1	1º	13	O	a,d	31.01.06	Cláudia	
1539	Cerâmica	1	1º	13	O	a,d	31.01.06	Cláudia	
1540	Metal	1	1º	13	O	a,d	31.01.06	Cláudia	
1541	Faiança	1	1ª DEC	12	N	c	01.02.06	Cláudia	
1542	Grés	1	1ª DEC	12	N	c	01.02.06	Cláudia	
1543	Ósseo	1	1ª DEC	12	N	c	01.02.06	Cláudia	
1544	Moeda	1	1ª DEC	12	N	c	01.02.06	Cláudia	
1545	Cachimbo	1	1ª DEC	12	N	c	01.02.06	Cláudia	
1546	Vidro	1	1ª DEC	12	N	c	01.02.06	Cláudia	
1547	Cerâmica	1	1ª DEC	12	O	b	01.02.06	Flávio	
1548	Faiança	1	1ª DEC	12	O	b	01.02.06	Flávio	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1549	Metal	1	1ª DEC	12	O	b	01.02.06	Flávio	
1550	Vidro	1	1ª DEC	12	O	b	01.02.06	Flávio	
1551	Telha	1	2ª DEC	12	O	b	01.02.06	Flávio	
1552	Cerâmica	1	2ª DEC	12	O	b	01.02.06	Flávio	
1553	Faiança	1	2ª DEC	12	O	b	01.02.06	Flávio	
1554	Metal	1	2ª DEC	12	O	b	01.02.06	Flávio	
1555	Vidro	1	2ª DEC	12	O	b	01.02.06	Flávio	
1556	Moeda	1	-	0	-	-	01.02.06		Doadas pelo Sr. Galego
1557	Metal	1	1ª DEC	12	M	d	01.02.06	Cláudia	
1558	Cerâmica	1	1ª DEC	12	M	d	01.02.06	Cláudia	
1559	Faiança	1	1ª DEC	12	M	d	01.02.06	Cláudia	
1560	Telha	1	1ª DEC	12	M	d	01.02.06	Cláudia	
1561	Cerâmica	1	1ª DEC	13	N	a	01.02.06	Matheus	
1562	Faiança	1	1ª DEC	13	N	a	01.02.06	Matheus	
1563	Metal	1	1ª DEC	13	N	a	01.02.06	Matheus	
1564	Botão	1	1ª DEC	13	N	a	01.02.06	Matheus	
1565	Vidro	1	1ª DEC	13	N	a	01.02.06	Matheus	
1566	Cerâmica	1	1ª DEC	10	N	a,b	01.02.06	Henrique	
1567	Metal	1	1ª DEC	10	N	a,b	01.02.06	Henrique	
1568	Faiança	1	1ª DEC	10	N	a,b	01.02.06	Henrique	
1569	Cachimbo	1	1ª DEC	10	N	a,b	01.02.06	Henrique	
1570	Vidro	1	1ª DEC	10	N	a,b	01.02.06	Henrique	
1571	Cerâmica	1	1º	13	N	a	31.01.06	Wladimir	
1572	Louça	1	1º	13	N	a	31.01.06	Wladimir	
1573	Vidro	1	1º	13	N	a	31.01.06	Wladimir	
1574	Metal	1	1º	13	N	a	31.01.06	Wladimir	
1575	Fragmento cantaria	1	Superfície	0	-	-	31.01.06	Cláudia	Próximo a quad. 10P
1576	Cerâmica	1	1º	10	N	c,d	31.01.06	Matheus	
1577	Louça	1	1º	10	N	c,d	31.01.06	Matheus	
1578	Metal	1	1º	10	N	c,d	31.01.06	Matheus	
1579	Vidro	1	1º	10	N	c,d	31.01.06	Matheus	
1580	Metal (moeda)	1	1º	10	N	c,d	31.01.06	Matheus	
1571	Grés	1	1º	13	O	c,d	31.01.06	Cláudia	número repetido
1572	Vidro	1	1º	13	O	-	31.01.06	Cláudia	número repetido
1573	Ossos	1	1º	13	O	-	31.01.06	Cláudia	número repetido
1574	Metal	1	1º	13	O	-	31.01.06	Cláudia	número repetido
1575	Porcelana	1	1º	13	O	-	31.01.06	Cláudia	número repetido
1576	Faiança	1	1º	13	O	-	31.01.06	Cláudia	número repetido
1577	Grés	1	1º	13	O	-	31.01.06	Cláudia	número repetido

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1578	Cerâmica	1	1º	13	O	-	31.01.06	Cláudia	número repetido
1579	Malacológico	1	1º	13	O	-	31.01.06	Cláudia	número repetido
1580	Cerâmica (verm.e branco)	1	1º	13	O	-	31.01.06	Cláudia	número repetido
1581	Vidro	1	1º	17	K	a,b	31.01.06	Cláudia	
1582	Louça	1	1º	17	K	a,b	31.01.06	Cláudia	
1583	Cerâmica	1	1º	17	K	a,b	31.01.06	Cláudia	
1584	Cerâmica	1	1º	13	O	-	31.01.06	Cláudia	
1585	Metal	1	1º	13	O	a	31.01.06	Cláudia	
1586	Malacológico	1	1º	13	O	a	31.01.06	Cláudia	
1587	Vidro	1	1º	13	O	a	31.01.06	Cláudia	
1588	Louça	1	1º	13	O	a	31.01.06	Cláudia	
1589	Ósseo	1	1ª DEC	10	N	a,b	01.02.06	Henrique	
1590	Botão	1	1ª DEC	10	N	a,b	01.02.06	Henrique	
1591	Vidro	1	1ª DEC	10	M	c,d	01.02.06	Henrique	
1592	Faiança	1	1ª DEC	10	M	c,d	01.02.06	Henrique	
1593	Crustáceo	1	1ª DEC	12	M	d	01.02.06	Cláudia	
1594	Metal	1	1ª DEC	11	F	a,b	01.02.06	Neto	
1595	Cerâmica	1	1ª DEC	11	F	a,b	01.02.06	Neto	
1596	Vidro	1	1ª DEC	11	F	a,b	01.02.06	Neto	
1597	Ósseo	1	1ª DEC	11	F	a,b	01.02.06	Neto	
1598	Faiança	1	1ª DEC	13	O	a,b,d	01.02.06	Neto	
1599	Cerâmica	1	1ª DEC	13	O	a,b,d	01.02.06	Neto	
1600	Vidro	1	1ª DEC	13	O	a,b,d	01.02.06	Neto	
1601	Metal	1	2ª DEC	13	O	a	01.02.06	Neto	
1602	Faiança	1	2ª DEC	13	O	a	01.02.06	Neto	
1603	Cerâmica	1	2ª DEC	13	O	a	01.02.06	Neto	
1604	Cerâmica	1	-	13	N	c	01.02.06	Flávio	
1605	Faiança	1	-	13	N	c	01.02.06	Flávio	
1606	Ósseo	1	-	13	N	c	01.02.06	Flávio	
1607	Telha	1	-	13	N	c	01.02.06	Flávio	
1608	Botão	1	-	13	N	c	01.02.06	Flávio	
1609	Metal	1	-	13	N	c	01.02.06	Flávio	
1610	Cerâmica	1	2ª DEC	11	L	a	01.02.06	Neto	
1611	Cerâmica	1	1º	17	J	a	01.02.06	Flávio	
1612	Louça	1	1º	17	J	a	01.02.06	Flávio	
1613	Vidro	1	1º	17	J	a	01.02.06	Flávio	
1614	Ossos	1	1º	17	J	a	01.02.06	Flávio	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1615	Metal	1	1º	17	J	a	01.02.06	Flávio	
1616	Metal	1	1º	9	M	d	01.02.06	Flávio	
1617	Vidro	1	1º	9	M	d	01.02.06	Flávio	
1618	Cerâmica	1	2º	11	L	a,b	01.02.06	Mércia	
1619	Louça	1	2º	11	L	a,b	01.02.06	Mércia	
1620	Metal	1	2º	11	L	a,b	01.02.06	Mércia	
1621	Metal	1	2ª DEC	11	L	a	01.02.06	Neto	
1622	Faiança	1	2ª DEC	11	L	a	01.02.06	Neto	
1623	Metal	1	1ª DEC	11	F	b,d	01.02.06	Neto	
1624	Louça	1	1ª DEC	18	L	a,b	01.02.06	Henrique	
1625	Vidro	1	1ª DEC	18	L	a,b	01.02.06	Henrique	
1626	Metal	1	1ª DEC	10	M	c	01.02.06	Henrique	
1627	Cerâmica	1	1ª DEC	10	M	c	01.02.06	Henrique	
1628	Faiança	1	1ª DEC	10	M	c	01.02.06	Henrique	
1629	Ósseo	1	1ª DEC	12	O	b	01.02.06	Flávio	
1630	Cerâmica	1	1ª DEC	16	D	-	02.02.06	Carlos	
1631	Louça	1	1ª DEC	16	D	-	02.02.06	Carlos	
1632	Caliça	1	1ª DEC	16	D	-	02.02.06	Carlos	
1633	Ossos	1	1ª DEC	16	D	-	02.02.06	Carlos	
1634	Vidro	1	1ª DEC	16	D	-	02.02.06	Carlos	
1635	Metal	1	2ª DEC	16	D	-	02.02.06	Carlos	
1636	Ossos	1	2ª DEC	16	D	-	02.02.06	Carlos	
1637	Louça	1	2ª DEC	16	D	-	02.02.06		
1638	Cerâmica	1	2ª DEC	16	D	-	02.02.06	Carlos	
1639	Metal	1	1ª DEC	12	M	d	02.02.06	Matheus	
1640	Ossos	1	1ª DEC	12	M	-	02.02.06	Matheus	
1676	Construtivo-telha e argamassa	1	Parede	11	E	-	03.02.06	Lucila/Alcina	Tijolo da porta / foto 24
1677	Construtivo-tijolo e argamassa	1	1º	17	L	-	03.02.06	Lucila/Alcina	Foto 25
1678	Construtivo-telha e argamassa	1	1ª DEC	13	O	-	03.02.06	Lucila/Alcina	Foto 26
1679	Tijolo e argamassa	1	1ª DEC	10	N	-	03.02.06	Lucila/Alcina	
1680	Cerâmica	1	1º	12	N	a	03.02.06	Carlos	
1681	Ossos	1	1º	12	N	a	03.02.06	Carlos	
1682	Louça	1	1º	12	N	a	03.02.06	Carlos	
1683	Metal	1	1º	12	N	a	03.02.06	Carlos	
1684	Vidro	1	1º	12	N	a	03.02.06	Carlos	
1685	Cerâmica	1	1º	16	E	b,d	03.02.06	Flávio	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1686	Louça	1	1º	16	E	b,d	03.02.06	Flávio	
1687	Metal	1	1º	16	E	b,d	03.02.06	Flávio	
1688	Vidro	1	1º	16	E	b,d	03.02.06	Flávio	
1689	Cerâmica	1	1º	12	O	a	03.02.06	Carlos	
1690	Vidro	1	1º	12	O	a	03.02.06	Carlos	
1691	Louça	1	1º	12	O	a	03.02.06	Carlos	
1692	Dente	1	1º	12	O	a	03.02.06	carlos	
1693	Metal	1	1º	12	O	a	03.02.06	Carlos	
1694	Cítico	1	1º	12	O	a	03.02.06	Carlos	
1695	Metal	1	1º	9	L	c,d	03.02.06	Carlos	
1696	Moeda	1	Superfície	10	E	-	03.02.06	Leandro	
1697	Louça	1	Superfície	20	D	-	06.02.06	Mércia/Ana	Localizado em local não escovado
1698	Cerâmica	1	1º	15	L	c,d	06.02.06	Ana Paula	
1699	Cerâmica	1	1º	18	L	a,c	06.02.06	Mércia	
1700	Louça	1	1º	18	L	a,c	06.02.06	Mércia	
1701	Ossos	1	1º	18	L	a,c	06.02.06	Mércia	
1702	Vidro	1	1º	18	L	a,c	06.02.06	Mércia	
1703	Metal	1	1º	18	L	a,c	06.02.06	Mércia	
1704	Cerâmica	1	1º	17	J	d	06.02.06	Mércia	
1705	Louça	1	1º	17	J	d	06.02.06	Mércia	
1706	Vidro	1	1º	17	J	d	06.02.06	Mércia	
1707	Ossos	1	1º	17	J	d	06.02.06	Mércia	
1708	Metal	1	1º	17	J	d	06.02.06	Mércia	
1709	Madeira	1	1º	17	J	d	06.02.06	Mércia	
1710	Cerâmica	1	1º	12	Q	b,d	06.02.06	Mércia	
1711	Louça	1	1º	12	Q	b,d	06.02.06	Mércia	
1712	Vidro	1	1º	12	Q	b,d	06.02.06	Mércia	
1713	Metal	1	1º	12	Q	b,d	06.02.06	Mércia	
1714	Ossos	1	1º	12	Q	b,d	06.02.06	Mércia	
1715	Fragmento de tijolo	1	1º	12	Q	b,d	06.02.06	Mércia	
1716	Cerâmica	1	1º	16	L	d	06.02.06	Mércia	
1717	Louça	1	1º	16	L	d	06.02.06	Mércia	
1718	Vidro	1	1º	16	L	d	06.02.06	Mércia	
1719	Ossos	1	1º	16	L	d	06.02.06	Mércia	
1720	Metal	1	1º	16	L	d	06.02.06	Mércia	
1849	Prego	1	Superfície	10	E	-	10.02.06	Leandro	
1850	Conta	1	Superfície	10	E	-	10.02.06	Leandro	

TABELA 1

Etiqu	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1851	Metal	1	Superfície	11	E	-	10.02.06	Cláudia	
1855	Ossos	1	1ª DEC	18	M	a	10.02.06	Neto	
1641	Botão	1	1ª DEC	12	M	d	02.02.06	Matheus	
1642	Louça	1	1ª DEC	12	M	d	02.02.06	Matheus	
1643	Vidro	1	1ª DEC	12	M	d	02.02.06	Matheus	
1644	Cerâmica	1	1ª DEC	12	M	d	02.02.06	Matheus	
1645	Metal	1	1ª DEC	10	M	c,d	02.02.06	Ana Paula	
1646	Cerâmica	1	1ª DEC	10	M	c,d	02.02.06	Ana Paula	
1647	Chumbo	1	1ª DEC	10	N	a,b	02.02.06	Ana Paula	Circunferência de bala amassada
1648	Cerâmica	1	1ª DEC	15	M	a,b	02.02.06	Ana Paula	
1649	Vidro	1	1ª DEC	9	N	b	02.02.06	Ana Paula	
1650	Metal	1	1ª DEC	9	N	b	02.02.06	Ana Paula	
1651	Metal	1	1ª DEC	11	Q	-	02.02.06	Carlos	Parte do material estava na trincheira 12
1652	Vidro	1	1ª DEC	11	Q	-	02.02.06	Carlos	Parte do material estava na trincheira 12
1653	Cerâmica	1	1ª DEC	11	Q	-	02.02.06	Carlos	Parte do material estava na trincheira 12
1654	Louça	1	1ª DEC	11	Q	-	02.02.06	Carlos	Parte do material estava na trincheira 12
1655	Grés	1	1ª DEC	11	Q	-	02.02.06	Carlos	Parte do material estava na trincheira 12
1656	Cerâmica	1	0-80 cm	14	L	a,b	02.02.06	Ana Paula	
1657	Ossos	1	0-80 cm	14	L	a,b	02.02.06	Ana Paula	
1658	Metal	1	0-80 cm	14	L	a,b	02.02.06	Ana Paula	
1659	Fragmento arredondado	1	0-80 cm	14	L	a,b	02.02.06	Ana Paula	Rocha calcária
1660	Vidro	1	1ª DEC	12	Q	-	02.02.06	Ana Paula	Parte do material estava na trincheira 12
1661	Metal	1	1ª DEC	11	Q	-	02.02.06	Ana Paula	Parte do material estava na trincheira 12
1662	Cerâmica	1	1ª DEC	11	Q	-	02.02.06	Ana Paula	Parte do material estava na trincheira 12
1663	Louça	1	1ª DEC	11	Q	-	02.02.06	Ana Paula	Parte do material estava na trincheira 12
1664	Grés	1	1ª DEC	11	Q	-	02.02.06	Ana Paula	Parte do material estava na trincheira 12
1665	Cerâmica	1	1ª DEC	9	N	b	02.02.06	Ana Paula	
1666	Louça	1	0-80 cm	14	L	a,b	02.02.06	Ana Paula	
1667	Metal	1	1ª DEC	17	K	a,b,c	02.02.06	Ana Paula	
1668	Vidro	1	1ª DEC	17	K	a,b,c	02.02.06	Ana Paula	
1669	Ossos	1	1ª DEC	17	K	a,b,c	02.02.06	Ana Paula	
1670	Cerâmica	1	1ª DEC	17	K	a,b,c	02.02.06	Ana Paula	
1671	Louça	1	1ª DEC	17	K	a,b,c	02.02.06	Ana Paula	
1672	Metal	1	1ª DEC	7	G	a,c	02.02.06	Ana Paula	

TABELA 1

Etq	Vestígio	Setor	Nível	Linha	Quadr	quadt	Data	Pesquisador	Observação
1673	Cerâmica	1	1ª DEC	7	G	a,c	02.02.06	Ana Paula	
1674	Tijolo+argamassa	1	1º	17	C	-	03.02.06	Lucila/Alcina	Foto 22
1675	Construtivo-telha e argamassa	1	Superfície	12	H	-	03.02.06	Lucila/Alcina	Foto 23